

DIAGNÓSTICO DOS ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE
POLÍTICAS, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO EN-
SINO SUPLETIVO NA FUNÇÃO SUPLENÇA - RELATÓ-
RIO FINAL

SÉRGIO HADDAD
MARIA CLARA DI PIERRO SIQUEIRA

V. 3

PERFIL DO ENSINO SUPLETIVO - FUNÇÃO SUPLENÇA -
NAS UNIDADES FEDERADAS
REGIÕES CENTRO-OESTE, SUDESTE E SUL

Este relatório corresponde ao subpro-
jeto 5 da pesquisa "Ensino de Adul-
tos no Brasil: um balanço da produ-
ção de conhecimentos". Financiamen-
- INEP.

São Paulo, novembro 1988

Equipe de Trabalho:

Pesquisadores:

Sérgio Haddad (coordenador)

Maria Clara Di Pierro Siqueira

Documentalista:

Elie George Ghanem

Secretária:

Vera Feitosa

Processamento de Textos e Dados:

Serviço de Processamento de Dados do CEDI

Instituição:

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Programa Educação e Escolarização Popular

Av Higienópolis 983

01238 São Paulo SP

Fone (011) 8255544 Telex 1126561 ECUM BR

Financiamento:

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

SUMÁRIO

Volume 1

Primeira Parte: Perfil do Ensino Supletivo - Função Suplência - Nacional

I. Apresentação	01
II. Metodologia e Procedimentos de Pesquisa	01
A. A coleta de dados	02
III. Evolução dos índices de Analfabetismo e Demanda Potencial por Ensino Supletivo no Brasil	03
A. O Analfabetismo no Brasil	03
B. A Demanda Potencial por Ensino Supletivo	09
IV. Um Balanço da Implantação da Suplência no País	11
A. Alfabetização de Adultos e Suplência de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau	16
1. Programa de Educação Básica da Fundação Educar	16
2. Outros Programas de Alfabetização de Adultos e Suplência de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau	21
B. Suplência de 5a. a 8a. séries do 1o. Grau	22
1. Centros de Estudos Supletivos e suas Extensões	24
2. Cursos Supletivos de 5a. a 8a. séries do 1o. Grau	31
3. Exames Supletivos de Educação Geral de 1o. Grau	36
4. Suplência via Rádio de 5a. a 8a. séries do 1o. Grau	39
5. Cursos de 1o. Grau pela Televisão	43
C. Ensino Supletivo - Função Suplência - de 2o. Grau	46
1. Cursos Supletivos de 2o. Grau	47
2. Centros de Estudos Supletivos de 2o. Grau	48
3. Ensino Supletivo de 2o. Grau - Função Suplência - Via Televisão	50
4. Supletivo 2o. Grau - SSG - Via Rádio	52
5. Ensino Supletivo de 2o. Grau por Correspondência	54
6. Habilitação de Professores Leigos	54
7. Exames Supletivos de 2o. Grau	56
V. As Tendências e Resultados	62
VI. Bibliografia	

**Segunda Parte: Perfil do Ensino Supletivo - Função
Suplência - nas Unidades Federadas**

Volume 2

Região Norte

ACRE
Amapá
Amazonas
Pará
Rondônia
Roraima

Região Nordeste

Alagoas
Bahia
Ceará
Maranhão
Paraíba
Pernambuco
Piauí
Rio Grande do Norte
Sergipe

Volume 3

Região Centro-Oeste

Distrito Federal
Goiás
Mato Grosso
Mato Grosso do Sul

Região Sudeste

Espírito Santo
Minas Gerais
Rio de Janeiro
São Paulo

Região Sul

Paraná
Rio Grande do Sul
Santa Catarina

REGIÃO CENTRO-OESTE

PERFIL DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO NO BRASIL

DISTRITO FEDERAL (2a. versão com pendências)

I. Dados Cadastrais

Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal
Departamento de Planejamento Educacional - DEPLAN
Anexo do Palácio do Buriti, 8o. andar.
70075 - Brasília - DF
fone (061) 226.3067
Diretor: Eldorao de Almeida Pimentel
Contato: Profa. Magda Tereza Francischetto
(Divisão de Reconhecimento e Inspeção)

Fundação Educacional do Distrito Federal
CSAN, 607 - Modelo D
70850 - Brasília - DF
fone (061)
Contato: Profa. Maria Lima Xavier (encarregada da Fase II)

Conselho de Educação do Distrito Federal
Assessoria Técnica do Ensino Supletivo
Anexo do Palácio do Buriti, 9o. andar.
70075 - Brasília - DF
fone (061) 224.6213
Contatos: Profa. Maristela
Profa. Severina Nogueira de Andrade

Coordenação da Fundação EDUCAR no Distrito Federal
SCRLN 704/705 - Bloco "H" - Loja 33 a 43
70730 - Brasília - DF
fone (061) 226.9718
Coordenador: Antonio Djalma Gomes
Coordenadora Adjunta: Deusdedithe Jardim da Silva

II. Demanda por Ensino Supletivo

Os dados do Censo de 80 revelam que o Distrito Federal apresentava à época os menores índices de analfabetismo de todo o país entre a população jovem e adulta com 15 anos e mais. Tal fato reflete, sem dúvida, o fato de tratar-se da única unidade federada com características quase que exclusivamente urbanas.

Os dados referentes à instrução da população jovem e adulta a nível de 1o. Grau são os seguintes:

Déficits de escolarização da população com 15 anos e mais 1980 - DF

População total com 15 anos e mais	Não sabem ler e escrever	X	Sem instrução ou com menos de um ano	X	De 1 a menos de 4 anos de instrução	X	De 4 a menos de 6 anos de instrução	X
732.258	85.789	111,72	36.015	111,75	111.336	115,20	239.593	137,72

Fonte: IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980. IBGE

Se de um lado o número de jovens e adultos sem instrução era pouco mais que 85 mil indivíduos e demandarem programas de alfabetização, e outros 110 mil a requererem cursos de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau, o contingente de indivíduos que estariam a demandar cursos de 5a. a 8a. séries do 1o. Grau é bem mais numeroso, o mesmo ocorrendo a nível do 2o. Grau. Isso deverá se refletir no tipo de oferta de ensino supletivo que iremos encontrar no DF.

A. Programa de Educação Básica - PEB - (Fases I e II)

A Fundação Educar convenia órgãos, entidades e empresas que oferecem cursos de alfabetização (Fase I) e pós-alfabetização (Fase II), correspondentes a 1a. a 4a. séries do 1o. Grau.

Os dados disponíveis são os seguintes:

DF: Metas e Conveniamento da Fundação Educar para o PEB - 1986/87

Ano	Previsão de Atendimento		Conveniamento				
	Classes	Alunos	Classes	%	Alunos	%	No. de Convênios
1986	432	10.438	222	51	5.048	48	38
1987	508	11.932	476	93	9.436	79	131
1988	632	9.565	483	76	9.063	94	—

Fontes: Relatório de Atividades da Fundação EDUCAR - Período 1986.
Demonstrativo Físico do SICOP - 87.
Coordenação da Fundação Educar/DF - 1988.

Quadro Demonstrativo - Metas e Conveniamentos da Fundação EDUCAR/DF para o Programa de Educação Básica-1988

ENTIDADES CONVENIENTES	Previsão de Atendimento		Conveniamento		FASE I		FASE II	
	Classes	Alunos	Classes	Alunos	clas.	alun.	clas.	alun.
Associação dos Proprietários Rurais do Altiplano Leste de Brasília	01	25	01	25	01	25	--	--
"Barracão 17" Núcleo Cultural de Brasília	02	40	02	50	02	50	---	---
EMBRAPA - C.P.A.C.	02	40	01	21	--	---	01	21
Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP	07	170	07	170	04	110	03	60
Fundação Educacional do Distrito Federal - FEDE	110	3.050	110	3.300	110	3300	---	---
Fundação Universidade de Brasília - FUNB	448	5.000	340	5.000	340	5000	---	---
Instituto Dom Orione	05	100	05	160	02	40	03	120
Missão Cristã do Brasil	05	100	05	100	05	100	--	--
Prefeitura Comunitária do "T" Norte	10	200	10	200	10	200	---	---
Telebrás	02	40	02	37	02	37	--	--
TOTAL	632	9.565	483	9.063	476	6862	07	281

Fonte: Coordenação da Fundação EDUCAR/DF-1988.

1. Fase I - Alfabetização de Analfabetos

O programa de alfabetização da Fase I tem 400 horas de duração, adota metodologia de ensino direto e método de palavrção e o rendimento é avaliado no processo de aprendizagem. Destina-se a maiores de 15 anos e não tem frequência obrigatória. O material didático empregado é o Conjunto Didático Básico da Fundação Educar.

2. Fase II - Cursos de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau

O curso da Fase II tem a duração de 1440 horas, subdivididas em 4 semestres letivos, e destina-se a jovens e adultos alfabetizados com idade mínima de 14 anos e meio.

O ingresso pode ser feito ao longo do período letivo e após sondagem de nível em Língua Portuguesa e Matemática. A metodologia empregada na rede oficial é de ensino direto por áreas de estudo, compreendendo 4 níveis de aprofundamento progressivo. A frequência não é obrigatória porém recomendada. A avaliação é realizada no processo de aprendizagem.

3. Fase III - Cursos de 5a. a 8a. séries do 1o. Grau

O curso da Fase III tem a duração de 1440 horas, subdivididas em 4 semestres letivos, e destina-se a jovens e adultos com idade mínima de 15 anos e meio.

O ingresso pode ser feito ao longo do período letivo após sondagem de nível em Língua Portuguesa e Matemática, e a matrícula é realizada por disciplina, facultando a combinação ou opção por ensino direto ou semi-direto.

São oferecidas duas modalidades de organização do curso: ensino direto é organizado em 4 níveis de aprofundamento progressivo, operacionalizados semestralmente, garantindo 4 encontros diários de 15 minutos cada com atividades curriculares e até 4 encontros semanais por componente curricular; o ensino semi-indireto privilegia a instrução personalizada, possibilitando até 4 encontros semanais com 45 minutos de duração para cada um dos componentes curriculares (3 de atendimento e atividades e 1 de avaliação). No ensino semi-indireto o aluno pode matricular-se em até 3 disciplinas.

O trânsito do ensino direto para o semi-indireto é possível a qualquer momento, e do semi-indireto para o direto semestralmente. Em ambas as modalidades a frequência não é obrigatória porém recomendada, especialmente no ensino direto. A avaliação é realizada no processo de aprendizagem, e efetuada por unidade programática de cada componente curricular.

4. Fase III - SP6 via Rádio (5a. a 8a. séries do 1o. Grau)

O curso do SP6 via rádio tem 942 horas de duração distribuídas em 63 semanas, e destina-se a jovens e adultos com idade mínima de 16 anos.

O ingresso pode se realizar ao início de cada etapa por alunos que possuam certificado de conclusão de estudos equivalentes à 1a. a 4a. séries do 1o. Grau, atestado de aprovação parcial em Exames de Suplência de 1o. Grau em Língua Portuguesa e Matemática ou ainda mediante sondagem de nível nestas disciplinas e em Ciências.

O curso é desenvolvido em 3 etapas, mediante transmissões radiofônicas diárias de 30 minutos produzidas pela FUNTV/CDKERP e atuação dos Professores Orientadores de Aprendizagem. O material didático de apoio é o Jornal do Telecurso 1o. Grau, elaborado pela FRM e vendido nas bancas de jornais.

A frequência não é obrigatória e a avaliação realizada no processo de aprendizagem.

5. Fase IV - Cursos de 2o. Grau

O curso da Fase IV tem duração de 2200 horas, desenvolvidas em 4 semestres letivos, e destina-se a jovens e adultos com idade mínima de 17 anos e meio.

O ingresso e organização do curso é similar ao da Fase III, com matrícula por disciplina e possibilidade de opção ou combinação de ensino direto e semi-indireto.

A frequência não é obrigatória porém recomendada, especialmente no ensino direto, e a avaliação realizada no processo de aprendizagem, em cada componente curricular e ao final de cada unidade programática. É facultada a combinação de meios de ensino não convencionais, como a TV.

6. Fase IV - SSB via Rádio

As estatísticas educacionais de 1984 apontam a existência do Supletivo 2o. Grau via Rádio. Não dispomos de outras informações a este respeito.

7. Fase IV - Telecurso 2o. Grau

As estatísticas de 1984 e 1985 apontam a existência de turmas do Telecurso 2o. Grau, porém não dispomos de maiores informações a esse respeito.

8. Centros de Estudos Supletivos - CES

Há dois CES no DF: o CES/AS-L2 Sul e o CES/VO (Verde Oliva) do Setor Militar.

Ambos operacionalizam os cursos fases II, III e IV nos moldes da rede oficial como um todo.

Quadro Síntese do Atendimento da Suplência na Rede Pública do Distrito Federal

Denominação	Correspondência com o regular	Duração	Idade (Minima)	Ingresso	Organização e Metodologia	Frequência	Avaliação	Material	Circular
Cursos da Fase I	Alfabetização	1400 hs no mínimo	15 a.	sucessivo mediante sondagem	Ensino direto, utiliza processo de palavração	Não obrigatório, porém recomendável	No processo de aprendizagem	Conjunto Didático Básico	Livre da alfabetização à Fase II
Cursos da Fase II	1a. a 4a. séries do 1o.G.	1440 hs em 14 semestres letivos	14 anos e meio	sucessivo mediante sondagem de nível p/já alfabetizados	Ensino direto por Áreas de Estudo, com quatro níveis de aprofundamento progressivo operacionalizados semestralmente	Não obrigatório, porém recomendável	No processo de aprendizagem. Recuperção paralela		Livre, de regular para supletivo Do supletivo ao regular ao final da fase.
Cursos da Fase III	5a. a 8a. séries do 1o.G.	1440 hs em 14 semestres letivos	15 anos e meio	sucessivo mediante sondagem de nível matriculados p/disciplinas	Nivelamento, na falta de pré-requisitos, em Matemática e L. Portuguesa, com duração de um semestre e 8 encontros semanais.	Não obrigatório, porém recomendável	No processo de aprendizagem. Por componente curricular		Do supletivo para o regular da fase Do regular exames p/Supletivo Quer mo Do semi-regular p/oto e Do SPG p/curso, s/ tratament
Fase III SPG via Rádio	5a. a 8a. séries do 1o.G.	942 hs em 63 semanas	16 anos	no início de cada etapa. automático c/ documentação testes de sondagem	Ensino direto com base em aulas radiofônicas diárias, de 130". Três a quatro disciplinas por etapa.	Não obrigatório, porém recomendável	No processo de aprendizagem. Por disciplina	Jornal do Telecurso de 1o. Grau (FRM)	Do regular do supletivo Do supletivo para o regular da fase.

Evasão e Rendimento no Ensino Supletivo no - 1984

	1o. Semestre				2o. Semestre				Total Anual			
	Matricula Inicial	Evasão	Matricula Final	Concluintes	Matricula Inicial	Evasão	Matricula Final	Concluintes	Matricula Inicial	Evasão	Matricula Final	Concluintes
Fase II	9135	3006	7029	1298	7056	2340	5287	1288	16191	5346	12316	2576
Fase III/CSI	17943	5630	16936	742	17078	7263	12575	978	35021	12093	29511	1296
Fase III/SPGI	1490	681	1403	259	1634	598	1224	187	3124	1279	2627	427
Fase IV/CS	4559	2445	4782	221	4048	2931	3756	219	9407	5376	8538	401
Fase IV/SSGI	207	70	177	—	110	23	87	—	317	93	264	121
Fase IV/Telecurso 2o. G.	168	100	177	—	178	123	133	4	346	223	310	123

Fonte: DP/DEPLAN/SEC/GF. Evasão e Rendimento 1984 - Rede Oficial

A diferença entre matrícula inicial e evasão não coincide com a matrícula efetiva. Porque?

Matricula Inicial e No. de Turmas do Ensino Supletivo no Distrito Federal (1o. Semestre de 1985)

FASES -->	FASE II		FASE III						FASE IV						Total Geral	
	Cursos	Total	Total		Cursos		ISPG via Rádio		Total		Cursos		Telecurso 2. G.			
(Modalidades-->)	CI	Alunos	CI	Alunos	CI	Alunos	CI	Alunos	CI	Alunos	CI	Alunos	CI	Alunos	CI	Alunos
REDES																
Oficial	246	8545	-	22234	-	19506	-	2728	-	6635	-	6350	-	205	-	37
Particular	-	9	-	1312	-	1312	-	-	-	4531	-	4531	-	-	-	5
TOTAL	-	8554	-	23546	-	20818	-	2728	-	11166	-	10881	-	205	-	42

Fonte: DP/DEPLAN - SEC-GDF. Matrícula Inicial 1985.

I. Exames Supletivos

Os Exames Supletivos de Educação Geral de 1o. e 2o. Graus são oferecidos semestralmente a candidatos com idade superior a 18 e 21 anos, respectivamente. São coordenados pela Fundação Educacional do Distrito Federal e elaborados por professores da rede oficial.

Os dados históricos disponíveis são os seguintes:

Resultados dos Exames Supletivos no Distrito Federal - 1972/1986

	No. de Certificados de Educ. Geral		Profissionalizantes de 2o. Grau		
	1o. Grau	2o. Grau	No. de Certificados	No. de Diplomas	No. de Modalidades Oferecidas
1972	360	617	x	x	
1973	...	431	x	x	
1974	282	662	104		11
1975	800	1320	397		12
1976	1480	1500	297		6
1977	1130	960	584		5
1978	1035	1400	104		5
1979	719	1143	111		6
1980	960	960	180		6
1981	540	600	225		6
1982	
1983	314	559	52x/400xx	43	5
1984	550	801
1985	355xx	...	4
1986	242	376	

Fonte: MEC.CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, 1983.
MEC.SG.SEPLAN.SEEC. Síntese do Ensino Supletivo - Exames.83/86

Os Cursos Supletivos Profissionalizantes de 2o. Grau são oferecidos anualmente a candidatos com idade superior a 19 anos e 1100 horas de exercício profissional comprovado.

* As tabelas totais e parciais não coincidem.

** Corresponde a soma das aprovações nas diferentes modalidades.

Cursos Privados

Há no DF cursos supletivos privados com avaliação no processo de aprendizagem e preparatórios aos exames supletivos.

A autorização para funcionamento de novos cursos com avaliação no processo estão suspensas pelo Conselho de Educação do DF desde 1981, quando a Resolução 02/81 determinou que fosse realizada uma avaliação diagnóstica dos cursos já existentes. A 22/11/84 a Comissão designada pela SEC concluiu seus trabalhos e seu relatório foi objeto do Parecer No.53/85 de 29/04/85, que contém recomendações de diversos tipos e sugere maior discussão e aprofundamento sobre o tema (1).

Segundo informações da Divisão de Reconhecimento e Inspeção da SEC-DF, até 1984 a maioria dos cursos desenvolvia as Fases II e III em um ano apenas. A partir deste ano, por um acordo entre o Sindicato Patronal e o Conselho, passaram a desenvolver os cursos em 3 semestres. Algumas escolas trabalham com frequência livre e outras não.

Os cursos privados de 2o. Grau (Fase IV) estão mais voltados à preparação para os exames vestibulares.

A peculiaridade da posição do DF no interior do Estado de Goiás traz alguns inconvenientes: há denúncias de que em cidades periféricas ao Distrito Federal desenvolvem-se cursos supletivos de habilitação para o Magistério em apenas um ano, com autorização de funcionamento expedida pelo CEE de Goiás; há ainda muitos alunos que fazem cursos preparatórios aos Exames no DF e realizam as provas em Goiás; às vezes, instituições que não obtêm autorização de funcionamento para atuar no DF recebem autorização em Goiás e mantêm extensões no DF.

(1) Conselho de Educação do DF. Avaliação Diagnóstica da Situação dos Cursos Supletivos, com avaliação no processo, em funcionamento no DF (Portaria de 29/05/84): Relatório. Brasília, Agosto/1985.

Os dados disponíveis além daqueles das tabelas à página 10, são relativos a 1981:

Matrículas e Concluintes nas Escolas que expõem certificados/1981/DF

Grau de Ensino	TOTAL		Rede Federal		Rede Estadual		Rede Municipal		Rede Particular	
	Matrículas	Concluintes	Matrículas	Concluintes	Matrículas	Concluintes	Matrículas	Concluintes	Matrículas	Concluintes
1o.	14.114	2.253	---	---	13.041	2.253	---	---	1.073	...
2o.	7.583	...	---	---	4.668	725	---	---	2.918	...

Fonte: MEC.CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, 1983.

PERFIL DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO NO BRASIL

Estado de Goiás (1. versão, preliminar)

I. Dados Cadastrais

Secretaria de Educação de Goiás
Superintendência de Ensino Não-Formal
Av. Anhanguera, 3272 - 4/andar - Centro
74.000 - Goiânia - GO
Fones: (062) 223-0732
Superintendente: Paulo Sérgio Pantaleão

Coordenação Estadual da Fundação EDUCAR
Av. Mutirão, 6098 - Setor Oeste
74.000 - Goiânia - GO
Fones: (062) 251-7773
Coordenador: Vilobaldo Gonçalves Vieira

II. Demanda por Ensino Supletivo

O Censo de 1980 fornece os dados sobre os níveis de instrução da população por faixas etárias, o que nos permite calcular a demanda potencial por ensino supletivo no Estado:

Déficits de Escolarização da População com 15 anos e Mais - GO/1980:

População Total c/ 15 anos e mais	Não sabem ler e escrever	%	Sem instrução ou ou c/ menos de 1 ano de estudo	%	De 1 a menos de 4 anos de estudo	%	De 4 a menos de 8 anos de estudo	%
2.258.339	648.395	28,71	703.922	31,17	560.908	24,84	651.312	28,84

Fonte: IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980. IBGE

Como se observa, mais de 56% da população com 15 anos e mais não haviam concluído as 4 primeiras séries do 1. Grau, configurando uma ampla clientela para programas de alfabetização e pós-alfabetização. Outros 28,84% - mais de 650 mil indivíduos - constituíam a clientela potencial para o ensino supletivo de 1. Grau.

Como se observa, o número de classes, alunos e convênios cresceu em mais de 100% de um ano para outro. Não possuímos dados sobre as entidades ou órgãos conveniados.

B. Programa de Educação Integrada - PEI (I Fase do 1. Grau)

Corresponde às 4 primeiras séries do 1. grau, e destina-se a clientela com idade superior a 14 anos já alfabetizada. Tem 720 hs/aula de duração, em três períodos de 240 horas cada. Adota metodologia de ensino direto com avaliação no processo de aprendizagem.

Em 1986 a UESU produziu um material didático próprio, substituto dos livros do MOBIL/EDUCAR, porém dependia de verbas federais para imprimi-lo.

Em 1985 o PEI atendeu 10.315 alunos inscritos, 2.292 dos quais concluíram o curso.

C. Projeto SATURNUS (II Fase do 1. Grau)

O projeto SATURNUS caracteriza-se como extensão dos CES e corresponde a suplência de 5a. a 8a. séries do 1o. Grau. A metodologia emprega a combina ensino personalizado através de módulos didáticos e ensino direto. A frequência não é obrigatória e a avaliação é realizada no processo de aprendizagem. A partir de 1983 passou-se a utilizar o material didático do Telecurso 1.Grau da Fundação Roberto Marinho.

Os dados disponíveis são os seguintes:

PROJETO SATURNUS - Atendimento em Goiás - 1983/85

	Salas	Unidades Esc.	Alunos	Concluintes
1983	76	22	2206	--
1984	-	--	3755	--
1985	-	--	7147	552

Fontes: SE-GO.UESU. Demonstrativo de Mudanças no Ensino Supletivo em Goiás.1985.
Boletim Informativo da UESU. Junho/86.

D. Teleducação

1. Projeto Minerva (II fase do 1. Grau e 2. Grau)

O Projeto Minerva é a denominação local do SPG e SSG via Rádio e consiste no atendimento em radiopostos da clientela com idade superior a 17 e 19 anos em cursos veiculados pelo rádio e correspondentes respectivamente a 5a. a 8a. séries do 1. Grau e do 2. Grau. Em 1976 havia recepção livre, organizada e controlada. É dividido em 3 etapas de 5 meses cada, ao final das quais é realizada a avaliação da aprendizagem e Exames Supletivos Especiais para esta clientela. Os programas radiofônicos são produzidos pela FUNTEVE/Centro Brasileiro de Rádio Educativo Roquette Pinto.

Projeto Minerva - 1. Grau - Goiás

ANO	N. de Municípios	N. Radiopostos	Alunos	Conluintes
1983	26	36	1789	--
1984	--	50	2700	--
1985	--	--	6732	274

Projeto Minerva - 2. Grau - Goiás

ANO	N. de Municípios	N. Radiopostos	Alunos	Conluintes
1983	--	04	429	--
1984	--	06	731	--
1985	--	--	3594	11

Fontes: SE-GO. UESU. Demonstrativo de Mudanças no Ensino Supletivo em Goiás. 1985. Boletim Informativo da UESU. Junho/86.

2. Ensino Supletivo via TV

Em 1977 havia recepção organizada do programa "João da Silva", que correspondia a ensino supletivo de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau via TV, com 5 meses de duração e avaliação no processo de aprendizagem.

No momento não dispomos de dados sobre recepção organizada dos Telecursos 1o. e 2o. Graus.

E. Centros e Núcleos de Ensino Supletivo

O Estado de Goiás possui 2 Centros de Estudos Supletivos - CES - em Goiânia (implantado na década de 70) e Anápolis (implantado nos anos 80), com atendimento a nível de 1. e 2. Graus. Em 1983 foram implantados Núcleos de Ensino Supletivo-NES nas 25 sedes de DREs, que em 1985 alcançaram o número de 33. Em 1983 também foram criados Núcleos Avançados de Educação Supletiva-NAES em 10 Municípios sedes de DREs.

Os CES, NES e NAES atendem clientela com idade superior a 17 anos para o 1. Grau e 20 anos no 2. Grau, através de instrução personalizada com módulos instrucionais. A frequência não é obrigatória e a avaliação é realizada por disciplina ao final de cada módulo.

Segundo documento do UESU, em 1983 o CES de Goiânia apresentava grande ociosidade, com 150 professores para atender 80 alunos, despendendo na ocasião Cr\$ 20 milhões mensais. A partir de 1984 adotou-se uma política de redução de pessoal e dinamização do CES, que passou a contar com 14 professores e 500 alunos, passando a oferecer também curso de datilografia. O material didático empregado são os livros do Telecurso 1. e 2. Graus da FRM.

Os dados disponíveis são os seguintes:

Atendimento em CES e NES - Goiás - 1983/85

ANO	N. de CES	N. de Alunos	N. de NES	N. de Alunos	N. de NAES	N. de Alunos	N. de Concluintes
1983	01	500	25/29	--	10	--	--
1984	01	2200	--	--	--	--	--
1985	01	3500	33	--	--	9680	372

Fontes: SE-GO. UESU. Demonstrativo de Mudanças no Ensino Supletivo em Goiás. 1985. Boletim Informativo da UESU. Junho/86.

F. Projeto LUMEN

O Projeto LUMEN implantado em meados da década de 70 consiste num programa de habilitação de professores leigos que exercem o magistério em classes de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau nas redes estadual, municipal e particular. Destina-se à habilitação a nível de Magistério do 2. Grau através de instrução personalizada e a avaliação é realizada no processo. O material didático utilizado é o do Telecurso 1. e 2. Graus da FRM na parte do núcleo comum, e material preparado pela UESU na parte profissionalizante do currículo.

Os dados disponíveis são os seguintes:

Projeto LUMEN - Goiás - 1983/85

ANO	N. de Municípios	N. de Cursistas	N. de Habilitados
1983	227	6750	--
1984	243	8075	--
1985	--	12030	625

Fontes: SE-GD.UESU. Demonstrativo de Mudanças no Ensino Supletivo em Goiás. 1985.
Boletim Informativo da UESU. Junho/86.

G. Núcleos de Educação Comunitária - BNH/COHAB

Em 1984 iniciaram-se estudos para implantação de Núcleos de Educação comunitária em 6 Conjuntos Habitacionais BNH/COHAB, que se efetivou em 1985. Cinco deles estão localizados em Goiânia e 1 em Anápolis.

Em 1985 esses núcleos atenderam 1098 alunos, 130 dos quais concluíram o curso.

Não temos dados se os NECs atendem apenas ensino supletivo ou também regular, e que tipo de cursos são oferecidos, metodologia adotada, níveis de ensino, etc..

H. Exames Supletivos

Os Exames Supletivos de Educação Geral de 1. e 2. Graus são oferecidos a maiores de 18 e 21 anos, respectivamente, duas vezes ao ano.

Os Exames de Suplência Profissionalizante de 2o. Grau tiveram início em 1976 e são oferecidos anualmente a candidatos com idade superior a 21 anos e 3 anos de experiência profissional.

Os dados disponíveis sobre a conclusão via exames são os seguintes:

Concluintes em Exames Supletivos de Educação Geral - GO - 1973/1981

Grau \ Ano	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
1o. Grau	359	699	492	435	367	533	463	283	279
2o. Grau	695	721	592	476	269	268	156	83	173

Fonte: MEC. CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, CFE, 1983.

Os Exames de Suplência Profissionalizante de 2o. Grau tiveram início em 1976 e são oferecidos anualmente a candidatos com idade superior a 21 anos e 3 anos de experiência profissional.

Os dados disponíveis sobre a conclusão via exames são os seguintes:

Concluintes em Exames de Suplência Profissionalizante - GO - 1976/81

Modalidades Técnicas	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Administração (Assistente)	07	--	--	--	--	--
Agrimensura	32	55	81	66	61	48
Agropecuária	13	29	--	--	06	--
Edificações	--	05	--	--	--	--
Educação Física e Desportos	--	--	32	--	--	--
Eletrotécnica	11	--	7	--	--	17
Enfermagem (Auxiliar)	--	--	--	269	185	310
Enfermagem (Técnico)	255	291	127	51	62	71
Laboratórios Médicos	--	19	--	35	--	--
Ótica	--	--	--	14	--	--
Prótese Dentária	--	28	--	--	--	--
Química	--	--	--	--	--	13
Radiologia Médica	--	--	--	--	68	--
Telecomunicações	--	--	15	19	--	60
Transações Imobiliárias	--	--	--	401	80	134
TOTAL	318	427	262	855	462	640

Fonte: MEC. CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, 1983.

Concluintes em Exames por Grau e Modalidade - GO - 1983/86

A N O	Certificados de Educação Geral		Suplência Profissionaliz. (2o.G)	
	1o.Grau	2o.Grau	No.de Certificados	No.de Diplomas
1983	500	117	677	222
1984	972	147	665	259
1985	---	---	279	490
1986	494	201	1312	470

Fonte: MEC. SG. SEEC. Síntese do Ensino Supletivo: Exames: 1983/1986. Brasília, 1988.

Obs.: Todos os Programas mantidos pela UESU utilizam como material didático os livros do Telecurso 1. e 2. Graus produzidos pela FPM. São comprados pela UESU e distribuídos gratuitamente aos alunos. Os nos. são os seguintes:

- 1983 - 60 mil livros
- 1984 - 70 mil livros
- 1985 - 100 mil livros

PERFIL DA IMPLANTAÇÃO ENSINO SUPLETIVO NO BRASIL

Estado do Mato Grosso (2a. versão - corrigida)

I. Dados Cadastrais

Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso
Coordenadoria de Educação Supletiva
Rua Major Gama, 657 - Porto
78000 - Cuiabá - MT
fones (065) 321.4529 - gabinete
321.4410

Coordenadora: * Maria Sirley dos Santos
Contatos: * Elismar Bezerra Arruda (assessor)
* Eudson Ferreira de Castro (responsável pelo PEB)
* Regina Borella (assessora)

* Equipe demitiu-se junto com a Secretária em Julho de 1988.

Coordenação Estadual da Fundação Educar
Rua Joaquim Murinho, 588
78000 - Cuiabá - MT
fones (065) 321.8032
Coordenadora: Lídia Huguiney Lopes de Oliveira

II. 'a por Educação Supletiva

Segundo os dados do Censo de 1980 pode-se estimar a clientela potencial do ensino supletivo de 1o. Grau no Mato Grosso:

Déficits de escolarização da população com 15 anos e mais no MT/1980

População total com 15 anos e mais	Não sabem ler e escrever	X	Sem instrução ou com menos de um ano	X	De 1 a menos de 4 anos de instrução	X	De 4 a menos de 8 anos de instrução	X
648.116	198.611	130,641	214.614	133,111	164.765	125,421	181.577	128,021

Fonte: IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980. IBGE (cálculos do autor)

Como se observa, um terço da população jovem e adulta do MT é analfabeta, e estaria a requerer programas de alfabetização. Somada àqueles que não concluíram as 4 primeiras séries do 1o. Grau, são mais de 58% da população na faixa etária a requerer programas supletivos de educação básica. Ao todo, 86,55% dos jovens e adultos do MT não receberam o ensino de 1o. Grau, compulsório por lei, e constituem a clientela potencial da educação supletiva de 1o. Grau.

A Fundação Educar efetuou uma projeção baseada nos Censos de 1970 e 1980, que indicou uma população de analfabetos com 15 anos e mais de idade de 277.949 pessoas em 1987.

As estimativas projetadas pela SEC/MT para 1987 apontam um contingente de analfabetos bastante superior aos 200 mil indicados pelo Censo de 80 ou os 277 mil apontados pela Educar:

1987
 Estado de Mato Grosso
 SEC/MT
 Fundo Estadual de Educação - FEE

População de Analfabetos do Estado do Mato Grosso por zona e idade (a partir de 15 anos)

Faixa etária	Total	Zona Urbana	Zona Rural	% aa faixa
15 a 19	63.453	19.810	43.643	13
20 a 24	58.602	19.817	38.785	12
25 a 29	54.649	19.195	35.454	11
30 a 39	98.858	39.081	59.777	21
40 a 49	85.332	35.422	49.910	18
50 a 59	56.796	25.681	31.115	12
60 a 69	39.305	21.092	18.213	8
70 e +	21.812	13.415	8.397	5
Total Geral	478.807	193.513	285.294	100

Fonte: Dado estimado pela CODINF/SEC com base no índice geométrico de crescimento (censo 1970 e 1980)

1987

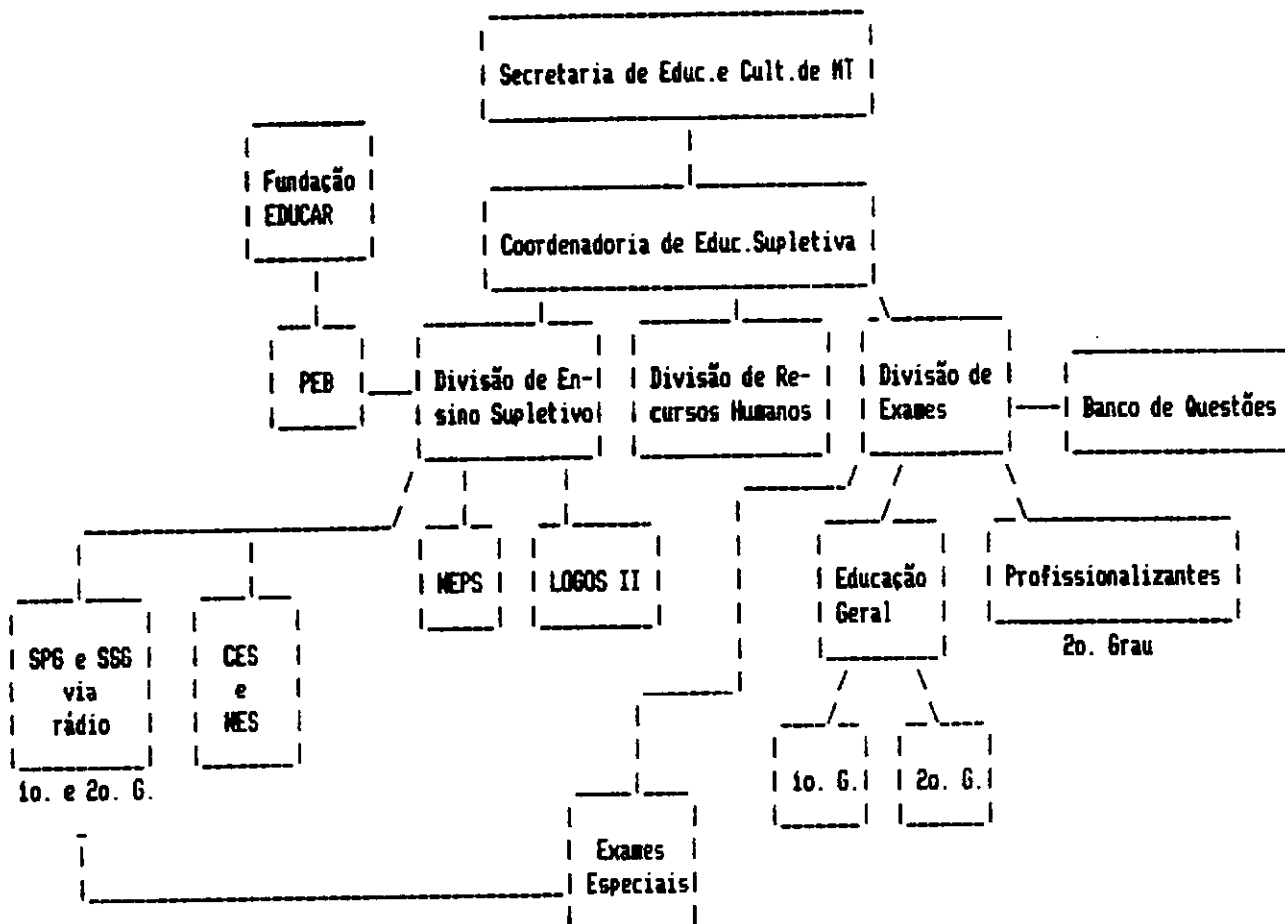
Estado de Mato Grosso

População Residente e de Analfabetos acima de 15 anos por microrregiões

Microrregiões	População Total	Analfabetos com 15 anos e mais	
		Quantidade	% na microrregião
MR/332 - Norte Matogrossense	617.122	123.628	20
MR/333 - Alto Guaporé-Jauru	286.325	98.487	34
MR/334 - Alto Paraguai	144.340	39.603	27
MR/335 - Baixada Cuiabana	626.441	129.710	20
MR/336 - Rondonópolis	190.419	56.932	30
MR/337 - Garças	97.900	34.447	35
Total Geral	1.962.547	478.807	--

Fonte: Reestimativa do FEE e estimativa da CIDINF/SEC usando dados fornecidos pela Fundação Cândido Rondon (TMG-1980/86)

III. Quadro Geral do Atendimento



A. Programa de Educação Básica - PEB - da Fundação Educar

A Fundação Educar mantém convênios com a SEC-MT, Prefeituras e entidades. Os dados gerais disponíveis são os seguintes:

Quadro demonstrativo de metas e conveniamentos para Educação Básica

ANO	Previsão de Atendimento		Conveniamento				
	Classes	Alunos	Classes	%	Alunos	%	No. de convênios
1986	1242	33355	778	63	20477	60	32
1987	1288	30765	1715	133	35185	144	225
1988	3067	61340	—	—	—	—	—

Fontes: Relatório de Atividades da Fundação EDUCAR - 1986
 Demonstrativo Físico do SICOP - 1987
 Coordenação Estadual da Fundação EDUCAR/MT.1988.

Já em 87 verifica-se um crescimento no atendimento, que foi ampliado ainda mais em 1988 em virtude do Convênio especial firmado com a SEC-MT que prevê a instalação de mais de 800 classes em 21 DRECS, atendendo em torno de 20000 alunos. O Convênio assinado entre a EDUCAR e a SEC-MT em 88 tem o valor de CZ\$ 44.640.000,00.

O projeto da SEC-MT prevê a alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos com monitores indicados pela comunidade, que receberam treinamento e são supervisionados por uma equipe de coordenadores. O material didático é produzido pelas próprias equipes. Os dados de atendimento deste programa estão na pg. 10 do relatório.

Os órgãos e entidades que já conveniaram com a Educar de Mato Grosso até Maio de 1988 são da seguinte natureza:

Natureza	No.	Salas	Alunos
Prefeituras	47	1204	22538
Órgãos Estaduais	5	1428	32176
Órgãos Federais	2	229	4330
Associações Civis	2	9	185
Igrejas	3	28	560
TOTAL	59	2898	59789

Fonte: Coordenação Estadual da Fundação Educar/MT-1988

Aos professores que atuam no PEB é exigida a habilitação mínima a nível de Magistério de 2o. Grau. Exceção feita à FUNAI, todos os órgãos convenientes utilizam o material didático nacional produzido pela Fundação Educar.

A Educar promove ainda cursos de capacitação de professores à distância, em 3 modalidades: o programa Verso e Reverso via TV (transmitido pela TV Manchete), o mesmo programa adaptado para o rádio e o CPC - Curso por Correspondência (constituído por 12 módulos instrucionais).

B. NEPS - Núcleos de Educação Permanente **Cursos Supletivos de 1o. e 2o. Graus**

Procurando superar a elevada evasão e repetência verificada no ensino supletivo, a CESU propôs uma redefinição estrutural que resultou na criação, em 1988, de uma rede de NEPS com quadro próprio de professores e funcionários.

Os NEPS passarão a oferecer cursos supletivos de 1o. e 2o. Graus com metodologia de ensino direto, em substituição ao SPG e SSG via rádio, cuja eficácia e adequação receberam uma avaliação negativa.

Os cursos supletivos deverão atender clientela com idade superior a 14 anos para o 1o. Grau e 18 anos para o 2o. Grau, em classes de 15 a 25 alunos, com frequência obrigatória a 75% das aulas e avaliação no processo de aprendizagem. O curso de 1o. e 2o. Graus terá 2 anos de duração, de 595 horas aula cada.

Para o ano de 88 foram estabelecidas como metas o atendimento em cursos supletivos de 5a. a 8a. séries do 1o. Grau e de 2o. grau em 17 municípios do Estado, assegurando a permanência de 90% dos educandos matriculados e a conclusão de 75% dos que permanecerem no processo.

A metodologia proposta é o método construtivo que objetiva desenvolver o pensamento hipotético-dedutivo. Tal metodologia implica no preparo adequado dos professores e condições de trabalho que viabilizem seu desenvolvimento.

Para este projeto foram montadas equipes de Coordenação, compostas por 6 técnicos do CESU/DES e 1 elemento de cada DREC em que o projeto for implantado. A equipe de supervisão foi formada por professores habilitados.

C. SPG e SSG via Rádio

O Estado do Mato Grosso oferece os cursos de suplência de 1o. e 2o. Graus - SPG/SSG via rádio. A avaliação do SPG é feita no processo de aprendizagem, enquanto que a avaliação do SSG é feita nos exames supletivos especiais, promovidos para esta clientela. A diretriz da CESU para 1988 era de desativação gradual desta modalidade à medida que os alunos fossem eliminando as disciplinas pendentes.

A transição dos Cursos SPG e SSG via Rádio estava se processando gradativa e concomitantemente à implantação do Projeto "Uma Proposta para Jovens e Adultos" - 1o. e 2o. Graus com avaliação no processo, já implantado em 18 escolas da rede Estadual.

D. Cursos Supletivos Particulares

Segundo informações da CESU não há cursos supletivos particulares no Mato Grosso.

E. Centros e Núcleos de Ensino Supletivo - CES e NES

Até 1987 havia em Mato Grosso 4 CES, 22 NES e 27 Núcleos Pedagógicos do Projeto Logos II, atendendo 17.120 alunos de 1o. e 2o. Graus que utilizavam os módulos institucionais do CETEB e eram avaliados no processo de aprendizagem.

O Plano Trienal da CESU previa a ampliação deste atendimento até 1990 para 2 novos CES, 10 NES e 15 N.P.s, atendendo 9400 alunos.

Pela nova diretriz da CESU estes CES e NES deverão ser extintos e substituídos pelo ensino direto nos NEPS. Em 1988 foram transformados 7 NES em NEPS.

F. Projeto Logos II

O Logos II destina-se a habilitar a nível de Magistério de 2o. grau professores não titulados que estejam exercendo atividades docentes, sem retirá-los das salas de aula. É desenvolvido através de combinação de ensino à distância com módulos instrucionais, encontros pedagógicos e sessões de micro-ensino. É instrumentalizado através de Núcleos Pedagógicos nas sedes municipais e por Orientadores Supervisores Docentes (OSDS) que promovem os Encontros, as sessões de micro-ensino e a avaliação. Até o momento o material instrucional utilizado são os Módulos de Ensino do CETEB, que deverão ser reformulados ao longo do triênio 88/90.

Os dados disponíveis são os seguintes:

Período	No. de Núcleos Pedagógicos	No. de Matrículas	Evadidos	Concluintes	Cursistas no processo
início de 1987	47	---	485	383	1771
fim de 1987	53	2918	492	281	2159
Previsão PTA 1988	68	---	---	---	---

Fonte: Equipe Logos II. Relatório Anual: 1987 GEMT. CESU. DESU.

G. Exames Supletivos de Educação Geral

Os Exames Supletivos de Educação Geral de 1o. e 2o. Graus são oferecidos duas vezes ao ano para candidatos com idade superior a 18 e 21 anos, respectivamente.

Os dados históricos disponíveis são os seguintes:

No. de Concluintes por Grau e Modalidade de Exames no MT

ANO	Educação Geral		Profissionalizantes 2o. Grau	
	1o. Grau	2o. Grau	No. de certificados	No. de diplomas
1983	398	307	132	134
1984	297	291	93	55
1985	---	---	51	97
1986	38	50	104	34

Fonte: MEC.SG.SEEC. Síntese do Ensino Supletivo - Exames - 1983/86

Outros dados mais recentes são os seguintes:

Exames Supletivos no Mato Grosso - 1987/1a. oportunidade

Grau e Modalidade	Candidatos Inscritos (*)			Resultados			
	Total	Presentes	Ausentes	Aprovados	%	Reprovados	%
1o. Grau-Educ. Ger.	3649	2219	1430	402	18,12	1817	81,88
2o. Grau-Educ. Ger.	8905	5741	3164	1240	21,60	4501	78,40
Profissionalizantes	732	533	199	56	11,00	477	89,00

(*) No caso dos Exames de Educ. Geral o número de inscrições é por disciplina
Fontes: Relatório/CEPRONAT/AGOSTO/87

H. Exames Especiais de 1o. e 2o. Graus

Até 1987 eram promovidos exames especiais para a clientela dos cursos SPG e SSG via rádio. Os dados disponíveis para maio de 1987 são os seguintes:

Exames Supletivos Especiais para Clientela do SP6 e SSG via Rádio - Maio 87

GRAU	Inscrições (#)	Presentes	Ausentes	Aprovados	%	Reprovados	%	No.de disciplinas oferecidas
1o.Grau	414	389	25	148	35,74	241	58,21	04
2o.Grau	107	105	02	72	68,58	33	31,42	01

(#) por disciplina

PREVISÃO DO No. DE SALAS E ALUNOS POR ETAPA DO PED - 1988 - MT

DREC	No. de Muni- cípios	1a. etapa		2a. etapa		3a. etapa		TOTAL	
		classes	alunos	classes	alunos	classes	alunos	classes	alunos
1. Cuiabá	7	62	1550	42	1050	61	1525	165	4125
2. Cáceres	4	09	225	08	200	14	350	31	775
3. Rondonópolis	6	16	400	13	325	20	500	49	1225
4. Sinop	6	14	350	14	350	19	475	47	1175
5. S. Félix Araguaia	4	10	250	09	225	13	325	32	800
6. P. e Lacerda	4	04	100	04	100	07	175	15	375
7. Quatro Marcos	5	09	225	09	225	13	325	31	675
8. Dom Aquino	1	04	100	04	100	04	100	12	300
9. Poxoréo	2	07	175	06	150	09	225	22	550
10. Barra do Garças	5	17	425	19	475	29	725	65	1675
11. Colider	6	13	325	10	275	15	375	38	975
12. B. do Bugres	5	21	525	22	550	24	600	67	1675
13. A. Araguaia	6	08	200	08	200	13	325	29	725
14. Poconé	2	07	175	06	150	07	175	20	500
15. Alto Paraguai	3	09	225	11	268	04	100	24	593
16. Guiratinga	3	05	125	04	100	08	200	17	425
17. V. Grande	3	25	625	26	650	27	685	78	1960
18. S.A. Leverger	2	05	125	05	125	07	175	17	425
19. Rosário Oeste	3	15	375	12	300	18	450	45	1125
20. Alta Floresta	2	04	100	05	125	06	150	15	375
21. Diamantino	3	03	75	03	80	04	105	10	260
TOTAL	82	267	6675	240	6023	322	8065	20713 * ou 20763?	829

Fonte: SENT. CESU. 1988

* A soma das colunas horizontal e vertical não coincide.

Obs.: A Coordenação Estadual da Fundação Educar não confirma os dados acima.

PERFIL DA IMPLANTAÇÃO ENSINO SUPLETIVO NO BRASIL

Estado do Mato Grosso do Sul (2a. versão)

I. Dados Cadastrais

**Secretaria de Educação e Cultura do Mato Grosso do Sul
Núcleo de Ensino Supletivo
Parque dos Poderes, Bloco V, ala B, s. 16
79046 - Campo Grande - MS
fones (067) 382.6388 ramal 342
Responsável: Maria Neusa de Souza**

**Coordenação Estadual da Fundação Educar/MS
Av. Afonso Pena, 1763 - Centro
79010 - Campo Grande - MS
fones (067) 383.4878
Coordenadora: Ilza Rosa Senna**

II. Demanda por Ensino Supletivo de 1o. Grau

Os dados do Censo Demográfico de 1980 acerca dos níveis de instrução da população por faixas etárias permitem-nos inferir a demanda potencial por ensino supletivo de 1o. Grau.

Déficits de Escolarização da População com 15 anos e mais - MS/1980

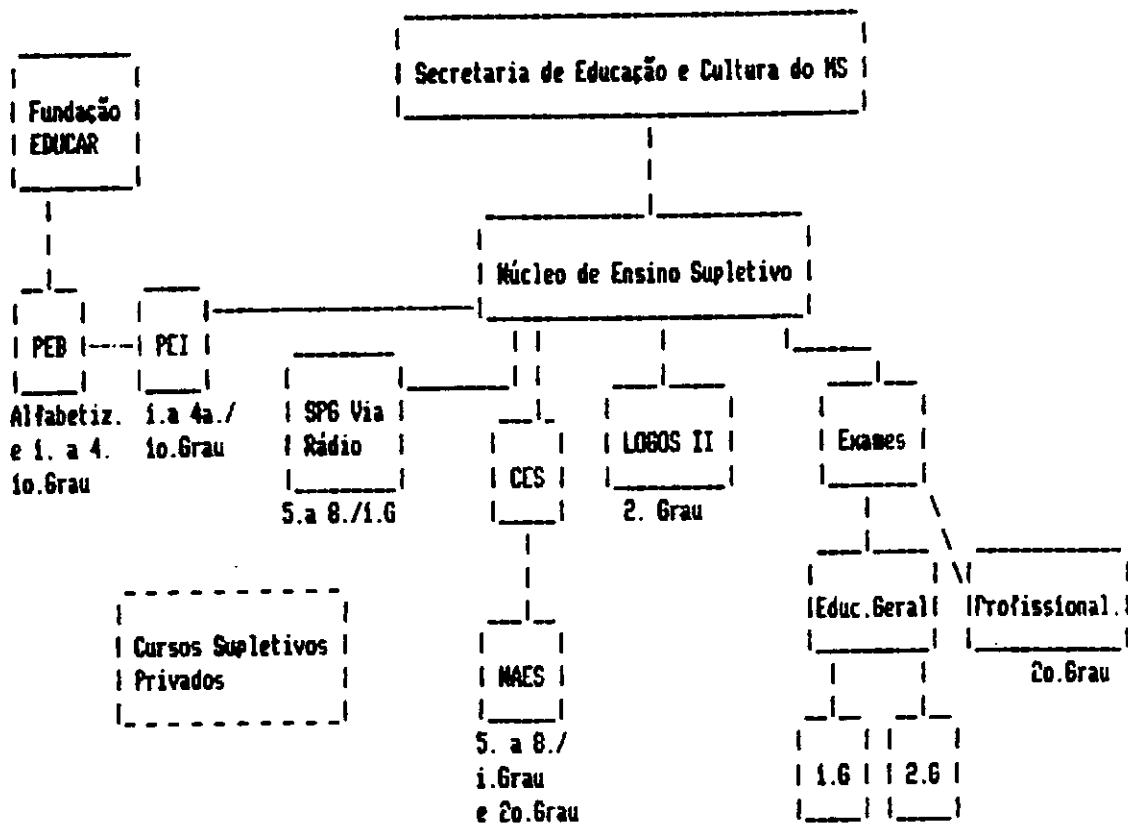
População Total c/ 15 anos e mais	Não sabem ler e escrever	X	Sem instrução ou ou c/ menos de 1 ano de estudo	X	De 1 a menos de 4 anos de estudo	X	De 4 a menos de 8 anos de estudo	X
811.632	192.254	123,691	222.808	127,451	214.260	126,401	248.568	130,631

Fonte: IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - IBGE

O índice de analfabetismo da população jovem e adulta no MS é similar à média nacional, reunindo em torno de 200 mil indivíduos por alfabetizar.

Os maiores contingentes por atender situam-se na faixa de 1a. a 4a. séries e 5a. a 8a. do 1o.Grau, onde mais de 56% da população com 15 anos e mais constitui clientela potencial por programas de ensino supletivo.

III. Quadro Geral do Atendimento na Suplência



A. Programa de Educação Básica da Fundação Educar (PEB)

O Programa de Educação Básica da Fundação Educar consiste no atendimento em nível de alfabetização de adultos e ia. a 4a. séries do 1o. Grau mediante convênios firmados entre o órgão e Prefeituras Municipais, órgãos públicos e privados, empresas e entidades civis.

Os dados de atendimento disponíveis são os seguintes:

Metas e Conveniamento do PEB - MS - 1986/87

ANO	Previsão de Atendimento		Conveniamento				
	Classes	Alunos	Classes	%	Alunos	%	No. de Convênios
1986	900	24.086	477	60	11.047	46	98
1987	528	11.825	451	85	9.669	81	129

Fontes: Relatório de Atividades da Fundação EDUCAR. Período 1986.
Demonstrativo Físico do SICOP - 87.

Como se observa, o Mato Grosso do Sul é um dos poucos estados no qual houve redução no número de classes e alunos conveniados de 86 para 87, embora o número de Convênios tenha crescido.

Não temos informações sobre a natureza das entidades conveniadas e motivos da redução do conveniamento no período.

B. Programa de Educação Integrada (PEI)

O PEI consiste num curso de Soplência de ia. a 4a. séries do 1o. Grau destinado a jovens e adultos maiores de 14 anos, já alfabetizados, não absorvidos pelo sistema regular de ensino. Atende a clientela egressa do Programa de Alfabetização Funcional (PAF) além dos membros de comunidade que não cursaram as séries iniciais do 1o. Grau.

O PEI resulta de convênio parcial firmado entre a SEC/MS e a Fundação Educar, cabendo cessão de material didático à Educar e o espaço físico e lotação de professores à SEC/MS.

O PEI é desenvolvido em duas etapas de 360 horas/aula, com uma carga horária diária de 3:30 Hs. A frequência não é obrigatória, podendo o aluno obter o certificado logo ao final da ia. etapa, mediante prova opcional nas três áreas de ensino, ou ao final da 2a. etapa. Em ambos os casos a nota mínima exigida é 6,0 (seis).

Os professores são diretamente subordinados à direção da escola e recomenda-se que sejam portadores de curso de 2o. Grau-Magistério.

Em 1983 o PEI atendia 14.400 alunos.

C. Supletivo Primeiro Grau (SPG) via Rádio

O SPG via rádio corresponde às séries finais (5a. a 8a.) do 1o. Grau e atende adolescentes e adultos maiores de 16 anos, sem exigência de escolaridade anterior.

Adota a metodologia de ensino à distância em radiopostos de 2a. a 6a. feira das 19 às 20 hs. O curso é organizado em três etapas de 2 ou 3 disciplinas cada, com duração total de 64 semanas e carga horária diária de 2:30 Hs.

Os orientadores de aprendizagem subordinaram-se ao Diretor da Escola e/ou Coordenador da entidade em que funciona o radioposto, recomendando-se que possuam 2o. Grau completo e sejam treinados para a função. A supervisão fica a cargo do Núcleo de Serviço de Educação das Agências Regionais.

A avaliação da aprendizagem é realizada no processo, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver média 5,0 (cinco) nas quatro avaliações de cada disciplina. As Escolas expõem os certificados de Eliminação de Disciplinas e o Certificado de Conclusão final.

O material radiofônico é fornecido pelo CBRE "Roquette Pinto" à Embratel e Agência Nacional que transmitem o som a determinadas emissoras que os distribuem.

O material didático impresso utilizado são os livros de cada disciplina produzidos pela FBN e editados pela Rio Gráfica Editora.

D. Ensino Personalizado nos CES e MES (5a. a 8a. séries do 1o. Grau)

O Ensino Personalizado corresponde às séries finais do 1o. Grau e destina-se a clientela maior de 16 anos. O atendimento é realizado nos Centros de Estudos Supletivos de Campo Grande e Dourados e nos Núcleos Avançados de Educação Supletiva situados em 28 municípios do Estado.

Adota a metodologia de instrução personalizada através de módulos de ensino, sem frequência obrigatória. A avaliação é realizada ao longo do processo, mediante avaliações por módulo em cada disciplina, sendo exigida a nota 8,0 (oito) como mínimo.

E. Telecurso 2o. Grau/Ensino Personalizado de 2o. Grau

Consta do Relatório do Seminário de Educação Supletiva das Regiões Norte e Centro Oeste (Cuiabá, MT: Outubro de 1983) que o Telecurso 2o. Grau era operacionalizado em circuito fechado de TV, atendendo na ocasião 700 alunos. Este atendimento era realizado no CES de Campo Grande, tendo sido desativado ao final de 1985. A clientela passou a ser atendida através do Ensino Personalizado de 2o. Grau.

F. Projeto I ; II

O Projeto Logos II destina-se à habilitação de professores não titulados das redes públicas estadual e municipal que exercem atividades docentes no ensino de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau. Corresponde ao curso de 2o. Grau - Magistério - e é operacionalizado através de ensino à distância por módulos didáticos, combinado a atendimento em Núcleos Pedagógicos por Orientadores e Supervisores Docentes (OSDs).

O curso é programado para uma duração média de 30 meses, porém sua duração real depende do ritmo de cada cursista.

A matrícula é facultada a professores das redes públicas maiores de 19 anos no efetivo exercício do magistério nas séries iniciais do 1o. Grau, com um mínimo de escolaridade de até a 4a. série do 1o. Grau e 2 anos de experiência docente.

A frequência não é obrigatória porém o cursista não pode ausentar-se do Núcleo por mais de 30 dias, devendo ainda comparecer a 10 (dez) Encontros Pedagógicos e a todas as Sessões de Micro-Ensino.

O material didático empregado são os módulos do CCTED.

A avaliação é realizada no processo de aprendizagem, devendo o cursista obter 80% de aproveitamento em cada módulo de ensino, tendo direito a três pós-avaliações ao final de cada módulo.

Os certificados de conclusão são expedidos pela respectiva Agência Regional de Educação.

Em 1985 o LOGOS II atendia 24 Municípios do Estado.

G. Exames Supletivos

Os Exames Supletivos de Educação Geral destinam-se a oferecer oportunidades de conclusão de 1o. e 2o. Graus a candidatos com idades superiores a 18 e 21 anos respectivamente. São oferecidos em duas oportunidades anuais desde 1980.

Os dados disponíveis são os seguintes:

Concluintes em Exames de Educação Geral - MS

Grau \ Ano	Ano	
	1980	1981
1o.	184	165
2o.	76	98

Fonte: MEC. CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, 1983.

REGIÃO SUDESTE

PERFIL DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO NO BRASIL

Estado do Espírito Santo (2a. versão)

I. Dados Cadastrais

Secretaria de Educação e Cultura do Espírito Santo
Departamento de Educação Supletiva
Av. Cezar Hillal, 1111 sala 212 - Praia do Suá
29050 - Vitória - ES
fones (027) 227.4144 r. 132
Chefia: Prof. Antonio Bravin Pontini

Coordenação Estadual da Fundação Educar
Av. Desembargador Sampaio, 335 - Praia do Canto
29000 - Vitória - ES
fones (027) 227.5575
Coordenação: Lutina Meirelles Amaro

Universidade Federal do Espírito Santo
Departamento de Filosofia do Centro de Estudos Gerais
Campus das Goiabeiras
29000 - Vitória - ES
fones (027) 227.4733 r.265/234.1877 (res)
Contato: Prof. Admarco Serafim de Oliveira

II. Demanda por Ensino Supletivo de 1o. Grau

Os dados do Censo de 1980 indicam a demanda potencial por escolarização supletiva no Espírito Santo:

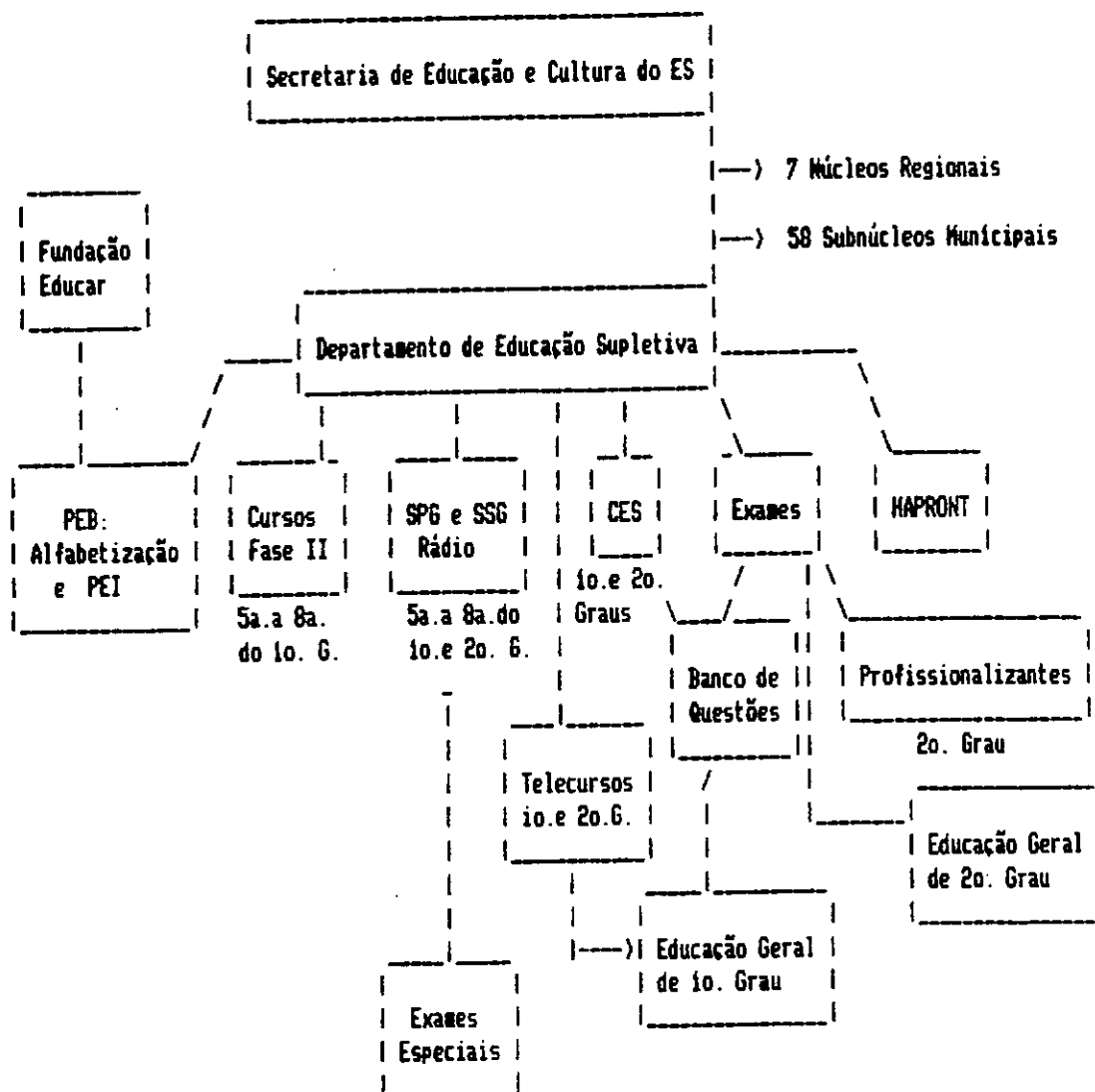
Déficits de Escolarização da População com 15 anos e mais - ES/1980

População Total c/ 15 anos e mais	Não sabem ler e escrever	X	Sem instrução ou ou c/ menos de 1 ano de estudo	X	De 1 a menos de 4 anos de estudo	X	De 4 a menos de 8 anos de estudo	X
1.240.659	308.015	24,83	316.410	25,50	267.080	21,53	405.912	32,72

Fonte: IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - IBGE

Como se observa, um quarto da população jovem e adulta é analfabeta ou não possui mais que um ano de escolarização, configurando a demanda potencial por programas de alfabetização de adultos. Somada à população que não concluiu as quatro primeiras séries do 1o. Grau, totaliza 47% dos indivíduos nesta faixa etária, mais de 580 mil pessoas. Outros 400 mil estariam a requerer cursos supletivos correspondentes às 5a. ou 8a. séries do 1o. Grau. Ao todo, quase 80% da população com 15 anos e mais não concluiu os 8 anos da escolaridade básica compulsória por lei.

III. Quadro Geral do Atendimento



A. Programa de Educação Básica - PEB - da Fundação Educar

O PEB corresponde a um programa de alfabetização de adultos e ensino supletivo de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau promovido pela Fundação Educar através de Convênios firmados com órgãos públicos, entidades e empresas.

As estatísticas divulgadas pela EDUCAR dão conta dos seguintes dados referentes ao Programa de Educação Básica - PEB:

Metas e Conveniamento do PEB no Espírito Santo

ANO	Previsão de Atendimento		Conveniamento				
	Classes	Alunos	Classes	%	Alunos	%	No. de Convênios
1986	215	4.164	195	91	8.868	212	34
1987	520	12.092	572	110	12.561	103	110

Fontes: Relatório de Atividades da Fundação EDUCAR. Período 1986.
Relatório Físico do SICOP - 87.

A1. Programa de Educação Integrada - PEI (1a. a 4a. séries do 1o. Grau)

O PEI era um Curso Supletivo equivalente às 4 primeiras séries do 1o. Grau, com metodologia de ensino direto destinado a alunos já alfabetizados. Atualmente corresponde às 2a. e 3a. etapas do PEB. É executado pela SEDU/DES através de convênios com a Fundação EDUCAR.

São empregados os materiais didáticos produzidos pela Fundação Educar.

O Convênio firmado entre a SEDU/DES e o NOBRAL para o período de 84/86 previa o atendimento de 8000 alunos em 200 classes do PEI. Em 1987 foram atendidos aproximadamente 5.000 alunos pelo PEB (2a. e 3a. etapas).

Observação: A SEDU apresentou proposta de ampliação do Convênio do PEB visando a integração de 25 classes de alfabetização de adolescentes e alunos, prevendo o atendimento de 561 alunos em 1989.

B. Alfabetização e Pós-Alfabetização de Adultos (Convênio SEDU/UFES)

Até 1986 a SEDU não mantinha programa específico de alfabetização de adultos, cabendo esta tarefa à EDUCAR (então NOBRAL) em convênio com as Prefeituras e entidades.

(1) OLIVEIRA, Admaro Serafim de. "Alfabetização de Adultos. Paulo Freire, uma nova visão do processo". (Comunicação apresentada na XI Reunião Anual da ANPED, Porto Alegre - RS, 26 a 29/04/88)

Em 1987, a SEDU passou a executar um projeto experimental de alfabetização de jovens e adultos, em convênio com a UFES, responsável pela orientação pedagógica. O projeto abrangeu neste ano 4 classes e 67 alfabetizados dos municípios de Serra e Cariacica, na Região Metropolitana da Grande Vitória. (1)

Em 1988 essas 4 classes prosseguiram com a Pós-Alfabetização. O Convênio com a UFES não foi renovado, aguardando financiamento do INEP para expansão do projeto em 1989. A UFES continua assumindo a orientação pedagógica destas salas.

C. Curso Suplência Fase II (5a. a 8a. séries do 1o. Grau)

O Curso Suplência Fase II equivale às 4 séries finais do 1o. Grau, com metodologia de ensino direto e avaliação no processo de aprendizagem. Está estruturado em 4 períodos semestrais e 2 anos de duração, com carga horária total de 1560 hs/aula.

Destina-se a clientela com idade mínima de 16 anos e nível de escolaridade equivalente às 4 primeiras séries do 1o. Grau.

D. Teleducção

D1. Supletivo Primeiro Grau - SPG via Rádio (5a. a 8a. séries do 1o. Grau)

O SPG via rádio foi implantado no Espírito Santo em 1981, com o intuito de utilizar os horários de emissão do antigo Projeto Minerva, diariamente das 20:00 às 20:30 horas, de 2a. a 6a. feiras.

As emissões radiofônicas facultam a recepção livre, controlada ou organizada. Os alunos de recepção organizada em radiopostos efetuam a avaliação da aprendizagem no processo, e os demais em Exames Especiais promovidos ao final de cada etapa.

O curso compreende 402 rádio-aulas distribuídas em 3 etapas ao longo de 64 semanas (1a. etapa: Língua Portuguesa e História; 2a. etapa: Ciências e Geografia; 3a. etapa: Matemática, OSPB e EMC).

O material didático utilizado é o Telecurso 1o. Grau da FRM, editado pela Rio Gráfica Editora.

A idade mínima para o ingresso é de 16 anos e meio, e para conclusão de 18 anos.

Os orientadores de aprendizagem dos radiopostos são professores com formação mínima a nível de Magistério de 2o. Grau.

Em 1987 foram atendidos aproximadamente 7000 alunos no SPG. O SPG está na iminência de ser reformulado, segundo informações colhidas junto ao DES/SEDU.

D2. Supletivo (1º Grau - SSG via Rádio (2o. Grau)

O SSG via rádio foi implantado em 1984, e obedece os mesmos moldes operacionais do SPG. O curso radiofônico de 2o. Grau é oferecido em 3 etapas, abrangendo cada uma delas 4 disciplinas do Núcleo Comum. A Rádio Espírito Santo retransmite diariamente, de 2a. a 6a. feira, das 20:00 às 20:30 horas, a programação fornecida pelo CBRERP. O material didático utilizado são os livros do Telecurso 2o. Grau, da FRM.

O horário de atendimento dos radiopostos é das 19:00 às 22:00 horas.

Os requisitos para ingresso são a idade mínima de 19 anos e nível de conhecimentos equivalentes ao 1o. Grau (sem exigência de certificado). A avaliação é feita por disciplina, fora do processo de aprendizagem, em Exames Especiais para esta clientela. A idade mínima para conclusão é de 21 anos.

Os monitores são recrutados mediante os seguintes critérios, na ordem: Graduação nas disciplinas do Núcleo Comum; estudante de curso superior, habilitado em Magistério a nível de 2o. Grau.

Por ocasião de sua implantação em 1984, o SSG abarcou 10 Municípios, 20 radiopostos e 10 centros controladores, atendendo aproximadamente 500 alunos em recepção organizada e 200 em recepção controlada.

Em 1987 foram atendidos aproximadamente 500 alunos.

Observação: Tanto os radiopostos do SPG quanto do SSG são prejudicados pela má qualidade da recepção, obrigando os orientadores a substituírem as aulas radiofônicas por ensino direto.

D3. Telecurso 2o. Grau - via TV

Existem 11 salas do Telecurso 2o. Grau, com aproximadamente 500 alunos, distribuídas nos Municípios de Vitória, Vila Velha, Linhares e Castela. A partir de 1987 foi suspensa a abertura de novas salas.

E. Centros de Estudos Supletivos - CES

O Estado do Espírito Santo conta com 4 CES, que oferecem cursos supletivos de 1o. e 2o. graus através de ensino personalizado com módulos instrucionais, sem frequência obrigatória e com avaliação no processo de aprendizagem.

Os CES estão localizados nos Municípios de Vitória, Cachoeiro do Itapemirim, Colatina e Linhares.

Em 1987 foram atendidos aproximadamente 1500 alunos.

F. Núcleos Avançados de Educação Supletiva - NAES

Os NAES são postos de atendimento de ensino supletivo dedicados a cursos de qualificação profissional como datilografia, manicure, pedreiro, corte e costura, etc... Os melhores implantados possuem também salas do PEI.

A criação de NAES teve início em 1983, e em 1986 já havia 19 em funcionamento e outros 4 criados mas ainda não instalados. Dez deles localizam-se na Grande Vitória (5 em conjuntos habitacionais) e 9 no interior.

G. HAPRONT: Habilitação de Professores não Titulados

O programa HAPRONT teve início em 1978, abrangendo 12 municípios interioranos, com 814 inscritos e 556 titulados. Em 1986 desenvolvia-se a 2a. etapa do Hapront, abrangendo 6 municípios e atendendo 270 professores.

H. Exames Supletivos

H1. Os Exames Supletivos de Educação Geral de 1o. e 2o. Graus eram realizados semestralmente até 1985, para clientela com 18 e 21 anos, respectivamente. Em 1985, os exames de massa foram suspensos para dar lugar a uma experiência que pretendia transferir aos CES a responsabilidade dos exames, através do sistema de banca permanente com apoio do banco de questões. As inscrições foram restritas ao número de 120. Como esta restrição gerou protestos da clientela, convocou-se novo exame geral para o 1o. Semestre de 1986.

Atualmente, os Exames de 1o. Grau são efetuados pelos CES em 4 ocasiões ao ano através da Banca Permanente de Exames, subsidiada pelo Banco de Questões. Já os Exames de 2o. Grau continuam a cargo do DES, caracterizando-se como Exames de Massa.

Até 1987 o Exame de 2o. Grau vinha sendo oferecido duas vezes ao ano, porém em 1988 e 89 será oferecido em apenas uma oportunidade em virtude de reestruturação administrativa do DES.

Os dados históricos disponíveis são os seguintes:

Concluintes em Exames de Suplência de Educação Geral - ES - 1978/1981

\ Ano				
Grau \	1978	1979	1980	1981
1o. Grau	103	70	19	103
2o. Grau	208	290	453	324

Fonte: MEC. CFE. D Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, CFE, 1983.

Exames de Educação Geral de 1o. Grau - 1987 (*)

Disciplinas	Inscritos	Presentes	Aprovados	%
Matemática	516	353	61	17,28
História	775	551	112	20,32
Geografia	426	273	105	38,46
OSPE	412	256	154	60,15
EMC	400	243	158	65,02
Ciências	288	273	133	48,71
L.Portuguesa	565	565	191	33,80
Total	3676	2529	914	36,14

(*) Exames prestados junto à Banca Permanente nos CES.

Fonte: DES/SEDU/ES

Exames de Educação Geral de 1o. e 2o. Graus - Espírito Santo - 1985

Ano/ Ocasião	Total de Candidatos		Total de Inscrições		Total de Aprovações			
	1o. Grau	2o. Grau	1o. Grau	2o. Grau	1o. Grau	%	2o. Grau	%
1985/abril	445	1914	1568	8240	333	28	1902	30,4
1985/set	---	2164	---	9870	---	---	4879	64,6

Fontes: SEDU. DES. Relatório dos Exames de Suplência de Educação Geral - 1985.

H2. Os Exames Supletivos Profissionalizantes de 2o. Grau são promovidos anualmente desde 1977 a candidatos com idade superior a 21 anos e 2 anos de experiência profissional.

Os dados históricos disponíveis são os seguintes:

Concluintes em Exames de Suplência Profissionalizante - 1977/81 - ES

Modalidades Técnicas	1977	1978	1979	1980	1981
Agrimensura	--	--	--	6	--
Alimentos	--	--	--	11	19
Biblioteca	35	--	--	--	--
Celulose	--	--	--	--	20
Eletrônica	--	--	6	--	--
Eletrotécnica	11	09	14	18	19
Enfermagem	12	38	41	--	--
Enfermagem (Auxiliar)	--	--	26	--	--
Enfermagem (Técnico)	--	--	--	42	--
Instrumentação	--	--	12	18	--
Mecânica	10	20	10	22	35
Metalurgia	--	5	4	--	12
Patologia Clínica	--	16	9	--	--
Prótese	24	--	--	--	--
Secretário de Escola	--	--	--	--	--
Telecomunicações	--	--	14	--	18
Transações Imobiliár.	--	--	--	--	--
Total	92	114	110	117	123

Fonte: MEC.CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, 1983.

Para os anos mais recentes possuímos os seguintes dados:

Concluintes em Exames por Grau e Modalidade - ES - 1983/86

A N O	Certificados de Educação Geral		Suplência Profissionaliz. (2o.G)	
	1o.Grau	2o.Grau	No.de Certificados	No.de Diplomas
1983	160	266	146	179
1984	164	216	139	164
1985	20	121	205	174
1986	7	452	182	261

Fonte: MEC. SG. SEEC. Síntese do Ensino Supletivo: Exames: 1983/1986
Brasília, 1988.

Resultados dos Exames de Suplência Profissionalizantes - 1987 - ES

Modalidade Técnica	Inscritos	Presentes	Aprovados	%
Aux. Enfermagem	176	132	121	91,66
Tec. Enfermagem	—	92	51	55,43
Tec. Eletrotécnica	214	162	54	33,33
Tec. de Mecânica	119	90	10	11,11
Tec. Telecomunic.	407	335	60	17,91
Transações Imob.	440	337	169	50,14
Total	1497	1148	465	40,50

Fonte: DES/SEDU/ES

Ensino Supletivo - Função Suplência - Espírito Santo - 1985

Fonte	Programa	Municípios Atendidos	Escolas	Classes	Alunos	Índice de Aprovação						
						LPLB	Geog	Hist	Ingles	OSP	EXC	Matem
(1)	PEI 2a. etapa	40	162	206	5179							
(1)	3a. etapa	41	148	208	6268							
(2)	1o. semestre			223	6593							
(1)	SPG 2a. etapa	31	...	176	4811							
(1)	3a. etapa	35	...	173	6761							
(1)	1a. etapa	34	...	185	5708							
(2)	1o. semestre			197	7374							
(1)	Curso Fase II	17	...	201							
(2)	1o. semestre			203	7542							
(1)	CES 1o. Grau	4	4	---	2200							
(2)	CES 1o. Grau	4	4	---	1488							
(1)	CES 2o. Grau	4	4	---	986							
(2)	CES 2o. Grau	4	4	---	488							
(1)	Exames 1o.G/Ban- ca Permanente	...	1	---	672							
(1)	SSG 1a. etapa	10	12	---	246	46%	34%	68%	---	--	--	---
	Exames 2a. etapa	10	14	---	292	---	---	---	44%	70%	86%	23%
(1)	SSG 2a. etapa	11	16	16	687							
(1)	Cursos 3a. etapa	8	13	13	455							
(2)	1o. semestre	18	737							
(1)	HAPRONT	12	234	---	7020							
(2)		---	224							

Fontes: (1) Relatório Anual 1985 GPS. SEDU.

(2) DES. Seminário de Estudos sobre Educação Supletiva no Sistema Estadual de Ensino

PERFIL DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO NO BRASIL

Estado de Minas Gerais (2a. versão)

I. Dados Cadastrais

Secretaria de Educação de Minas Gerais
Superintendência Educacional
Diretoria de Ensino Supletivo
Av. Afonso Pena 941 - 2o. andar - Ed. Sul América
30.130 - Belo Horizonte - MG
fones (031) 222.3425/224.5653/344.7955 r.344
Diretora: Marilena Ferraz Caldas (1988)

Coordenação Estadual da Fundação Educar/MG
Av. do Contorno, 3257 - Sta. Ifigênia
30.110 - Belo Horizonte - MG
fones (031) 461.6311
Coordenadora: Sra. Odete Cândido e Sarmento

SESI-MINAS
Serviço Social da Indústria
Divisão de Educação e Cultura
Rua Timbiras 1200
30140 - Belo Horizonte - MG
Cx. Postal: 510 - Telex: 2095
fones (031) 271.2377 r.249/222.494 (direto)

II. Demanda por Ensino Supletivo

A análise dos dados de instrução do Censo de 1980 permite-nos inferir a demanda potencial por escolarização supletiva de 1o. Grau em Minas Gerais.

Déficits de Escolarização da População com 15 anos e mais - MG/1980

População Total c/ 15 anos e mais	Não sabem ler e escrever	X	Sem instrução ou c/ menos de 1 ano de estudo	X	De 1 a menos de 4 anos de estudo	X	De 4 a menos de 8 anos de estudo	X
8.285.690	2.085.512	125,17	2.108.047	125,44	2.021.943	124,40	2.744.362	133,12

Fonte: IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - IBGE

Como se observa, um quarto da população jovem e adulta (15% da população total do Estado) é analfabeta, configurando uma clientela potencial de programas de alfabetização de mais de 2 milhões de pessoas. Outros 2 milhões têm menos de 4 anos de estudo, constituindo a clientela potencial de programas de pós alfabetização. Ainda um terço da população jovem e adulta não concluiu os 8 anos da escolaridade básica obrigatória por lei, delineando uma clientela de mais de 2,7 milhões de indivíduos para cursos supletivos de 5a. a 8a. séries do 1o. Grau.

De fato, os índices de instrução da população com mais de 10 anos é bastante baixo, agravando-se com os elevados percentuais de evasão escolar:

Escolaridade da Pop. com 10 anos e mais - MG/1980

Escolaridade	X
Elementar	24,6
1o. Grau	5,2
2o. Grau	4,2
3o. Grau	1,2

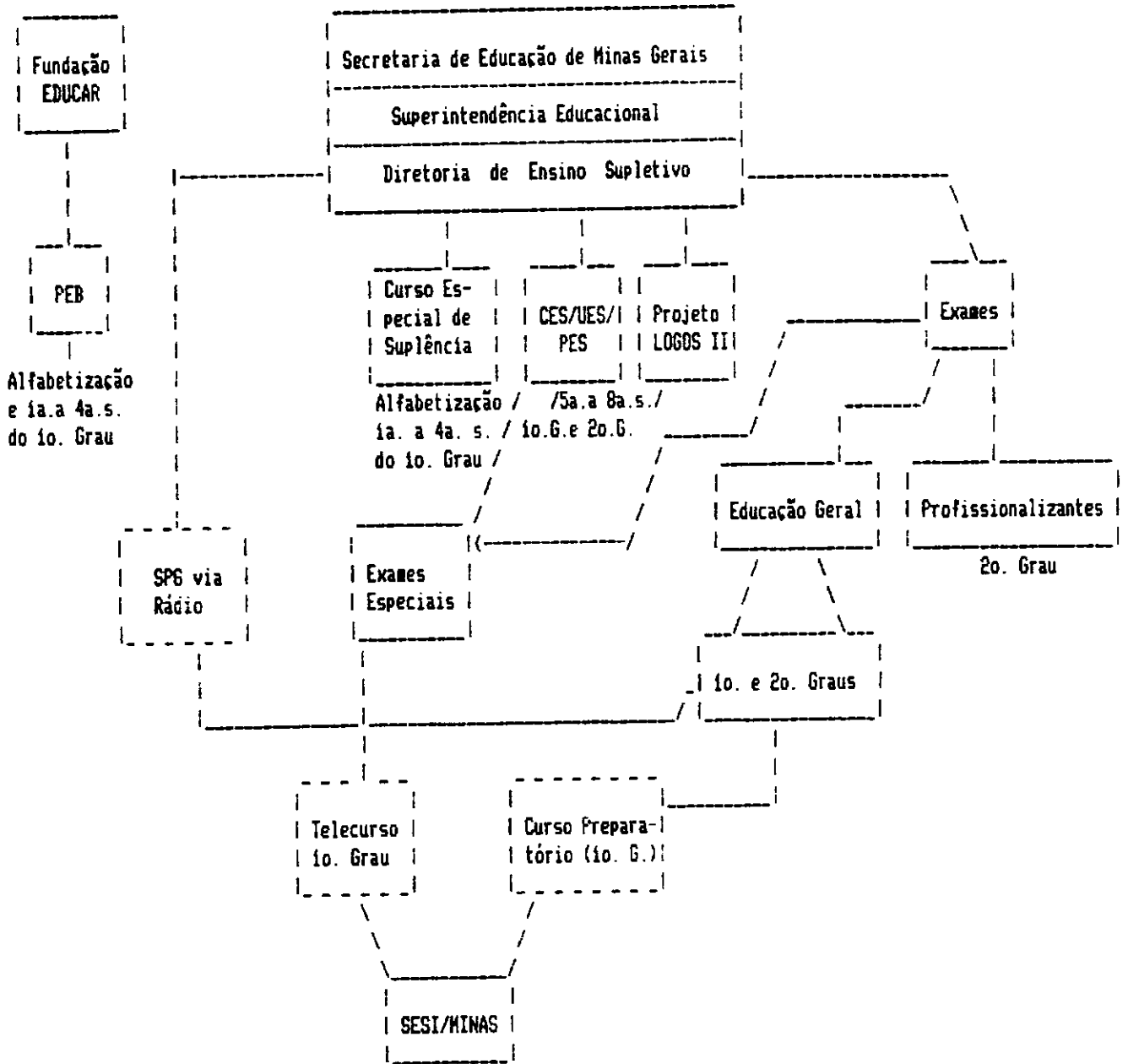
Fonte: Censo de 1980. IBGE

Evasão Escolar em MG - 1982

Grau	Séries	X Evasão
1o.	1a. a 4a.	22,19%
	5a. a 8a.	36,75%
2o.	1a. s.	32,17%
	2a. e 3a.	21,24%

Fonte: SEE-MG. 1982.

III. Quadro Geral do Atendimento



A. Progr de Educação Básica - PEB - da Fundação Educar

O PEB consiste num programa de alfabetização de adultos e suplência de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau, oferecido através de três módulos, sendo o primeiro dedicado à alfabetização e os demais à educação geral.

É oferecido mediante convênios firmados entre órgãos públicos, Prefeituras Municipais e empresas privadas.

Os dados disponíveis relativos ao PEB em MG são os seguintes:

Metas e Conveniamento do PEB no Estado de Minas Gerais - 1986/87

ANO	Previsão de Atendimento		Conveniamento				
	Classes	Alunos	Classes	%	Alunos	%	No. de Convênios
* 1986	4.109	67.520	3.187	77	53.457	79	509
1987	6.918	113.338	5.798	83	97.995	86	818

Fontes: Relatório de Atividades da Fundação EDUCAR. Período 1986.
Demonstrativo Físico do SICOP - 87.

* Obs.: Até 1986 a Coordenação da Fundação Educar de MG estava subdividida em Norte e Sul. Os dados correspondem à soma das duas Coordenações.

Em Julho de 1988, os dados de conveniamento eram os seguintes:

Conveniamento do PEB em MG - Julho de 1988:

Etapas	Municípios Atendidos	Classes	Alunos	No. de Entidades Conveniadas
1a.	—	2.089	41.634	—
2a.	—	1.036	19.824	—
3a.	—	908	16.839	—
Total	241	4.033	78.297	241

Fonte: Coordenação Estadual da Fundação Educar/MG.

B. Projeto Novo Cidadão - Alfabetização de Adultos

O "Projeto Novo Cidadão" foi uma campanha de alfabetização de adultos lançada pelo governo de Minas Gerais em fins de 1984, quando da gestão do Sr. Octávio Elísio A. de Brito na SE. A Campanha congregou entidades diversas de educadores, instituições educacionais, empresas e órgãos estatais sob coordenação do Sr. Neidson Rodrigues da Superintendência Educacional da SE com o objetivo de alfabetizar 2 milhões de adolescentes e adultos entre 1985 e 1987.

O regime de trabalho dos alfabetizadores era de voluntariado.

Em fins de 1985 a Campanha mantinha 357 classes de alfabetização em todo o Estado.

Os resultados obtidos com a sua execução ficaram muito aquém do esperado, segundo informações colhidas pela SEE-MG junto às Delegacias Regionais de Ensino que, até 1987, contavam um número de 30 jurisdições:

ANO	No. de Turmas	No. de Professores	No. de Alunos matriculados	No. de Alunos alfabetizados	No. de Municípios envolvidos
1985	211	207	3.339	868	11
1986	136	149	1.699	342	51
1987	21	39	278	121	06
Total	368	395	5.314	1.331	68

Fonte: SEMG. SE. DESU. 1988.

Em 1988, esse Projeto foi desativado. Os principais obstáculos à sua execução e, conseqüentemente, as causas do seu insucesso foram:

- exigência de voluntários como alfabetizadores;
- dificuldades na mobilização das comunidades;
- ocorrência de altos índices de evasão nas diversas classes ou grupos formados.

Junto a esses fatores, somou-se também o início das atividades da Fundação Educar (extinto Moorall), com oferecimento de recursos às Prefeituras Municipais para pagamento de um salário mínimo aos alfabetizadores.

C. Curso Especial de Suplência de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau

O Curso é oferecido pela Diretoria de Ensino Supletivo em substituição ao Programa de Educação Integrada do MOBRAL. É implementado em duas etapas - uma de alfabetização e outra de educação geral, em estabelecimentos oficiais da rede estadual de ensino e supervisionado pelas Delegacias Regionais de Ensino da SE.

Segundo a Resolução 363 do CEE/MG de 22/12/87, a idade mínima de ingresso para este grau de ensino é de 12 anos.

Até 1984 haviam concluído os cursos 140.914 alunos.

O material didático utilizado na etapa de Alfabetização é o Manual de Alfabetização que foi elaborado tendo por base uma pesquisa linguística realizada na Zona da Mata mineira. Atualmente está sendo proposta uma pesquisa etnográfica regionalizada - pela DESU e DRE - com vistas à adequação do material de alfabetização com as características linguísticas regionais. Quanto ao material didático utilizado na etapa do Núcleo Comum, a SEE-MG oferece propostas curriculares para cada matéria. O conteúdo dessas propostas têm por base os interesses, necessidades e características da clientela jovem e adulta.

A partir de 1985, os dados do Curso Especial de Suplência são os seguintes:

ANO	Municípios Atendidos	Alunos Matriculados		No. de Estabelecimentos		Número de Concluintes
		1a. etapa	2a. etapa	Z. Urb.	Z. Rural	
1985	495	19.651	64.843	1.119	218	
1986	552	24.068	62.647	1.338	311	17.652
1987	552	22.784	61.312	1.009	368	18.615
1988*						

(*) Ainda não temos dados completos.

D. Centros de Estudos Supletivos (5a. a 8a. séries do 1o. Grau e 2o. Grau)

Os Centros de Estudos Supletivos - CES - foram implantados em MG a partir de 1983, oferecendo cursos de 5a. a 8a. séries do 1o. Grau, de 2o. Grau, qualificação profissional e suprimento através de metodologia de ensino indireto.

Atendimento dos CES, UES e PES - MG - 1985 e 1987

1985				1987		
Estabelecimentos		Alunos		Estabelecimentos	Alunos	
Tipo	No.	Ed. Geral	Qual. Prof.	Número	Ed. Geral	Qual. Prof.
CES	23	10.619	454	24	11o.G.32142** 12o.G.39913**	5.170
UES	33	5.350	---	65		---
PES	20	*	---	86	40788***	---
Total	76	15.969	454	175		5.170

Fonte:

* Os alunos dos PES são computados nos CES aos quais se subordinam.

** Computados os inscritos em Exames de Educação Geral oferecidos em 1987.

*** Refere-se a junho/88.

Os CES possuem maior estrutura física e de pessoal que as UES - Unidades de Ensino Supletivo. Os PES - Postos de Ensino Supletivo - são extensões dos CES ou UES instalados em salas ociosas nas regiões periféricas dos centros urbanos de zonas rurais.

O material didático empregado são Módulos Instrucionais elaborados pela equipe do DESU para o 1o. Grau e estudos dirigidos e fichas didáticas para o 2o. Grau.

Os CES, UES e PES atendem também estudantes do ensino regular em recuperação de estudos.

A idade mínima de ingresso no 1o. grau é de 14 anos e no 2o. Grau de 18 anos (Resolução 363 do CEE/MG de 22/12/87).

E. Projeto Logos II

O Projeto Logos II teve início em 1980 e destina-se à habilitação em nível de 2o. Grau de professores não titulados em exercício no magistério das quatro séries iniciais do 1o. Grau. Os requisitos para o ingresso são a idade mínima de 19 anos e estar na regência de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau. A idade mínima para conclusão é de 21 anos.

O Logos II emprega metodologia de ensino à distância através de 188 módulos de ensino. Além da formação geral há 5 habilidades básicas para o exercício do magistério, oferecidas através de 280 hs de sessões de micro-ensino. A formação é completada por 60 hs de Encontros Pedagógicos e 720 hs de regência de classe a título de estágio.

Os dados disponíveis referem-se a 1985 e 1988:

Projeto LOGOS II - MG - 1985 (OUTUBRO) e 1988

ANO	Municípios Atendidos	No. de Núcleos	No. de Subnúcleos	Cursistas em processo	Docentes Habilitados
1985	549	30	34	3858	2170
1988	620	35	50	3844	4433

Fonte: Minas Gerais. SE. SE. DESU. A Educação Supletiva em Minas Gerais. Novembro/1985.
Minas Gerais. SE. SE. DESU. 1988.

A implantação do Logos II se justifica face ao numeroso contingente de professores leigos no exercício do magistério de 1o. Grau (1a. a 4a. séries):

Docentes Leigos no Magistério de 1a. a 4a. séries em MG - 1984 e 1986

Ano	Não possuem 1o.G. completo	%	Não possuem 2o.G. completo	%
1984	8.303	40,17	1.223	5,92
1986	3.399	53,37	104	24,13

Fonte: SIED/DESU/SEEMG/1984 e 1986.

O material didático adotado pelo Projeto LOGOS II é o do CETEB.

F. Teleeducação

Fi. SPG via Rádio

Em 1988 encontra-se em funcionamento apenas um radioposto do SPG via Rádio no Município de São Francisco. Não há dados sobre o atendimento no SPG.

F2. Ensino Supletivo via TV

Os documentos da DESU não mencionam o Ensino Supletivo via TV, porém o relatório do CFE de 1983 (1) menciona a existência de 3 telepostos com recepção do Telecurso 1o. Grau em 1981, frequentados por 250 alunos submetidos a avaliação em Exames Especiais. É provável que o dado se refira aos alunos do SESI-Minas (vide item H1).

G. Exames Supletivos

G1. Exames de Educação Geral de 1o. e 2o. Graus

Os Exames Supletivos de Educação Geral são oferecidos duas vezes ao ano (em abril e setembro) na Capital, sedes das DRES e Municípios credenciados pelo CEE. As idades mínimas para conclusão são de 18 anos para o 1o. Grau e 21 anos para o 2o. Grau.

Os dados históricos de conclusão e aprovação são os seguintes:

Concluintes e Aprovados em Exames de Educação Geral em MG - 1972/1987

Grau \ Ano	*	*	*	*							**	**	**	**	**	**
	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
1o.	426	1032	1846	1047	1256	1141	1105	2065	2747	1342	2835	2647	2432	3105	3354	3586
2o.	345	798	1293	1134	1758	1345	1835	3231	2116	1952	2819	3042	3432	4763	5240	4786

Fonte: MEC. CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, CFE, 1983.
SEMG. SE. DESU. 1988.

* dados estimados

** aprovados

(1) MEC. CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, 1983.

Para os anos mais recentes dispomos dos seguintes dados:

No. de Concluintes em Exames por Grau e Modalidade - MG

A N O	Certificados de Educação Geral		Suplência Profissionaliz. (2o.G)	
	1o.Grau	2o.Grau	No.de Certificados	No.de Diplomas
1983	2.664	2.785	657	737
1984	2.488	2.095	291	256
1985	2.167	2.543	109	234
1986	497	1.692	36	106

Fonte: MEC. SG. SEEC. Síncese do Ensino Supletivo: Exames: 1983/1986
Brasília, 1988.

Segundo a DESU/SEEMG o número de inscrições aos Exames de Educação Geral oscilou de 62.324 em 1973 a 153.141 em 1984, tendo atingido o maior número em 1978 quando 309.330 inscrições aos Exames foram efetuadas. Em 1985, no 1o. semestre, candidataram-se 22.258 candidatos, totalizando 89.389 inscrições (cada candidato inscreve-se em diversas disciplinas).

G2. Exames de Suplência Profissionalizante (2o. Grau)

Os Exames Profissionalizantes são oferecidos anualmente desde 1974 a candidatos com idade superior a 21 anos e 3 anos de experiência profissional comprovada.

Exames de Suplência Profissionalizante - MG - 1974/1981

Modalidades Técnicas	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	Total na série
Administração (Assist)	--	--	--	--	11	--	--	--	--	--	--	--	11
Agricultura	16	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	16
Agrimensura	--	--	--	--	--	118	--	42	--	40	--	--	200
Agropecuária	--	--	--	--	3	9	--	--	--	--	--	--	12
Contabilidade	--	--	--	--	124	--	148	--	73	205	--	--	550
Edificações	21	--	--	--	25	--	--	--	--	--	--	--	46
Eletromecânica	--	3	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	3
Eletrônica	20	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	20
Eletrotécnica	25	--	--	--	74	--	43	--	46	--	53	24	265
Enfermagem	--	109	291	--	87	--	--	--	--	123	--	--	610
Enfermagem (Auxiliar)	--	--	--	--	256	231	--	197	172	--	249	161	1266
Estradas	--	26	24	--	--	--	--	--	--	--	--	--	50
Hotelaria	10	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	10
Laboratórios Médicos	--	34	76	--	109	--	57	--	--	18	--	--	294
Magistério de 1o.6. (1a. a 4a. séries)	--	--	--	--	137	--	194	122	--	--	--	--	453
Mecânica	36	63	28	--	48	16	--	58	2	43	16	52	362
Ótica	--	--	261	--	120	155	--	90	--	--	--	92	718
Pecuária	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1
Prótese	--	--	146	--	--	--	68	--	30	48	--	--	292
Publicidade	2	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2
Química	--	--	--	--	--	11	--	15	2	--	--	--	28
Radiologia	--	--	--	--	62	--	--	--	44	--	--	--	106
Secretariado	45	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	45
Secretário de Escola	--	--	251	--	112	--	--	146	110	203	118	185	1125
Telecomunicações	--	5	--	--	--	--	50	18	--	--	5	--	78
Transações Imobiliari.	--	--	--	--	--	7	--	--	--	232	107	84	430
Turismo	14	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	14
Total no ano	190	240	1077	--	1168	547	560	688	479	912	548	598	7007

Fonte: MEC.CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, 1983.
SEMG. DESU. 1988.

Segundo a DESU/SEEMG, de 1974 a 1985 foram oferecidos 14 exames em 28 modalidades técnicas, com 16.508 candidatos e 6.584 aprovados.

63. Exames Especiais de Educação Geral

Os Exames Especiais destinam-se aos alunos que frequentam os CES e UES que não possuem avaliação no processo de aprendizagem. São oferecidos desde 1980 a qualquer época do ano aos alunos que já atingiram 80% de cada uma das unidades de Estudo que compõem o conteúdo programático das disciplinas do currículo.

Exames Especiais de Educação Geral - 1984/1987-MG

A N O	1o. Grau			2o. Grau		
	Insc.	Aprov.	%	Insc.	Aprov.	%
84	3428	3113	90,88	1144	1024	89,5
85	5147	3740	72,67	3298	2357	71,47
86	2451	1786	72,87	1867	1580	84,63
87	3593	2791	77,68	1267	1086	85,71

Fonte: SEEMG. DESU. 1988.

A SEEMG e a DESU promovem ainda exames especiais para a clientela de cursos privados que os requererem e pagarem por sua realização.

Isto se deve à legislação em vigor (Resolução 363 do CEE/MG de 22/12/87) que não autoriza os chamados "cursos supletivos especiais" a realizarem totalmente a avaliação no processo. A Resolução 363 obriga a que a avaliação no processo seja completamentada por avaliação especial promovida pelo DESU (Art. 13).

M. Cursos Supletivos Privados

A legislação mineira autoriza particulares a empreenderem cursos supletivos livres-preparatórios aos exames de massa, ou cursos supletivos especiais, com avaliação no processo complementada por exames especiais.

Não dispomos de dados sobre a rede privada de suplência, exceção feita ao SESI-MINAS.

Hi. SESIMINAS

O SESI-MINAS oferece 2 tipos de cursos supletivos de 1o. Grau há 38 anos, em período diurno.

O curso supletivo (de 1a. a 4a. séries e 5a. a 8a. séries do 1o. Grau) destina-se a preparar a clientela para os exames de massa realizados no calendário da SEEMG. O curso de 1a. a 4a. séries é conveniado com a Fundação Educar, cujo material didático é utilizado. O curso de 5a. a 8a. séries é organizado em 2 blocos de disciplinas e prepara os candidatos aos exames em 4 meses, seguindo o programa oficial do DESU, empregando os livros do IBEP e os módulos do DESU como material didático básico. O ingresso é autorizado a partir dos 16 anos, porém a conclusão só é possível a partir dos 18 anos.

O SESI-MINAS possui 5 escolas na Capital e 8 no Interior, atendendo em 1988 1.458 alunos neste tipo de curso supletivo.

O outro tipo de curso oferecido há 7 anos é um curso especial apoiado pela TV. As aulas e o material didático do Telecurso 1o. Grau são utilizados com adaptações, pois as unidades escolares possuem vídeo-cassete e a equipe produziu material didático auxiliar.

A avaliação é realizada em exames especiais requeridos ao DESU.

Esta modalidade é oferecida em 6 locais: 2 na Capital, 2 em Contagem, 1 em Betim e 1 em Governador Valadares.

PERFIL DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO NO BRASIL

Estado do Rio de Janeiro (2a. versão)

I. Dados Cadastrais

Secretaria de Educação do Rio de Janeiro
Departamento de Educação
Rua do Passeio 62 - 10o. andar - sala 1004
20021 - Rio de Janeiro - RJ
fone (021) 240.8391
Diretora Geral: Maria Noemi de Oliveira Knorr

Coordenação do Ensino Supletivo
Campo de São Cristóvão, 138
20020 - Rio de Janeiro - RJ
fone (021) 284.9227
Coordenador: Luiz Soares de Lima
Responsável pelo Setor de Estatística: Ivan Arruda

Coordenação Estadual da Fundação Educar
Av. Roberto Silveira, 306 - Icaraí
24230 - Niterói - RJ
fone (021) 711.1149
Coordenador: Eduardo Augusto Viana da Silva
Coordenadora do Projeto da Baixada Fluminense: Laura Fraguito Esteves de
Oliveira
fone (021) 275.5945

II. Demanda por Ensino Supletivo

Com base nos dados de instrução da população oferecidos pelo Censo de 1980 podemos estimar a demanda potencial por educação supletiva de 1o. Grau:

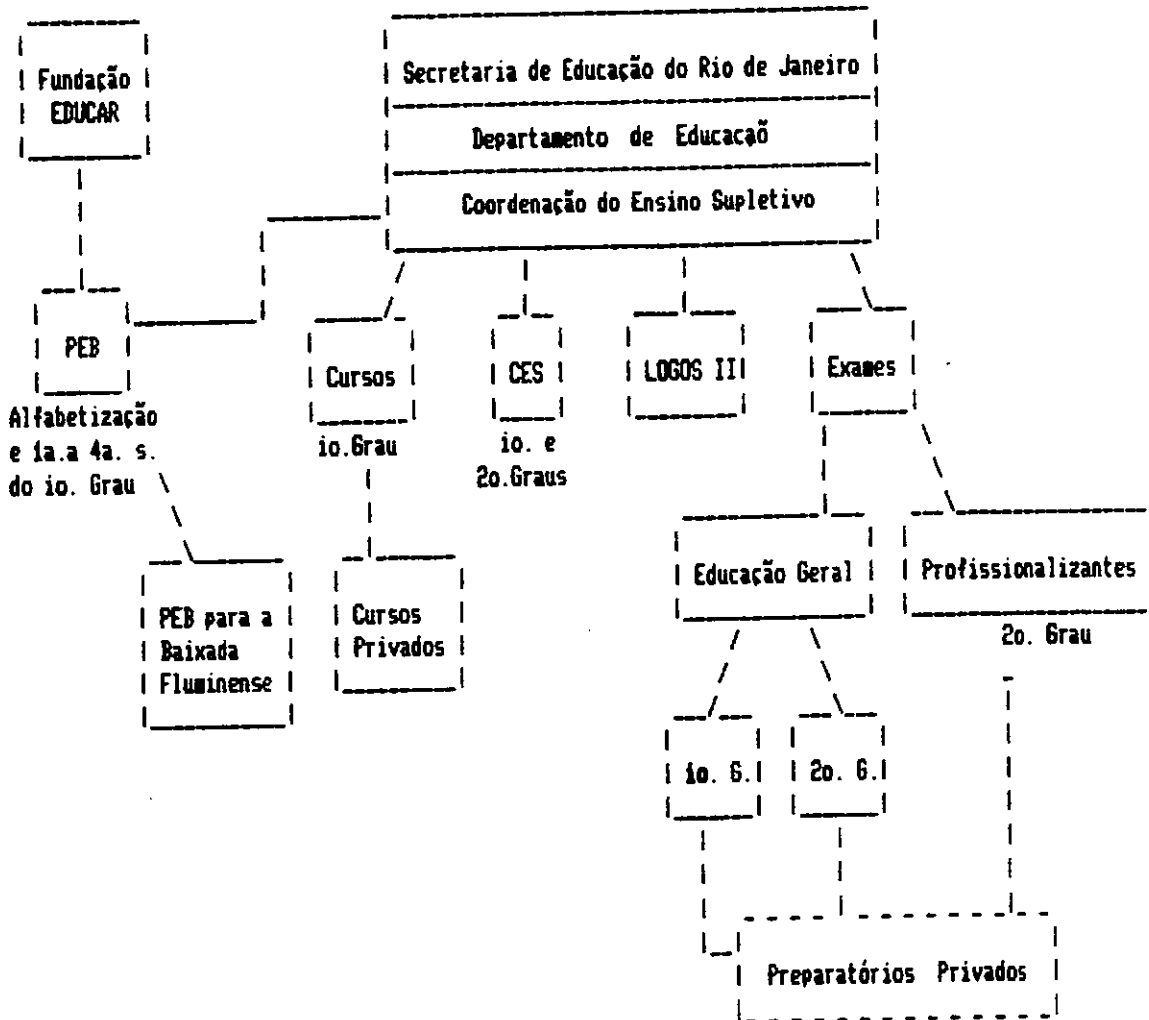
Déficits de Escolarização da População com 15 anos e mais - RJ/1980

População Total c/ 15 anos e mais	Não sabem ler e escrever	X	Sem instrução ou ou c/ menos de 1 ano de estudo	X	De 1 a menos de 4 anos de estudo	X	De 4 a menos de 8 anos de estudo	X
7.767.176	1.006.615	12,96	1.066.498	13,73	1.317.781	16,97	2.174.207	137,00

Fonte: IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - IBGE

O Estado do Rio de Janeiro é, depois do DF, a unidade da federação que apresenta menor índice de analfabetismo entre população jovem e adulta no país. Este dado reflete, talvez, o elevado índice de urbanização da população fluminense. Convertido em números absolutos, porém, este índice em torno de 13% transforma-se na cifra de mais de 1 milhão de analfabetos adultos, o que é um contingente numeroso de indivíduos a demandar programas de alfabetização. Outros 1 milhão e 300 mil jovens e adultos não concluíram as 4 primeiras séries do 1o. Grau, e mais de 2 milhões e 100 mil não concluíram as séries finais. Ao todo, mais de 4 milhões e meio de indivíduos constituíam a clientela potencial do ensino supletivo de 1o. Grau no Rio de Janeiro em 1980.

Quadro Geral do Atendimento



A. PEB - Alfabetização de Adultos e Suplência de 1a. a 4a. séries

A alfabetização de adultos no Rio de Janeiro está a cargo da Fundação Educar, mediante convênios com as Prefeituras Municipais e entidades civis.

Em 1988 conveniaram-se à Educar 65 Prefeituras Municipais a Secretaria Estadual de Educação através da Coordenação de Ensino Supletivo (Projeto Noroeste), a UFRJ, 5 órgãos públicos estaduais e federais, 11 empresas, Associações de Moradores e entidades religiosas.

Os dados disponíveis referentes ao Programa de Educação Básica - PEB (que abrange alfabetização e ensino equivalente às 4 primeiras séries do 10. Grau) são os seguintes:

Metas e Conveniamento para Educação Básica - Rio de Janeiro - 86/87

ANO	Previsão de Atendimento		Conveniamento				
	Classes	Alunos	Classes	%	Alunos	%	No.de Convênios
1986	2098	37251	1780	84	34276	92	191
1987-1	2416	43008	4297	177	78115	181	688
1987-2	2005	36475	2381	118	43534	119	384

Fontes: Relatório de Atividades da Fundação EDUCAR. Período 1986.

(1) Demonstrativo Físico do SICOP- 87

(2) Coordenação Estadual da Fundação Educar/RJ. 1988.

* Até 1986 havia no RJ duas Coordenações - Norte e Sul, reunidas em 1987. Os dados de 1986 são a soma das duas Coordenações.

Parte do crescimento do atendimento no PEB entre 1986 e 1987 deve-se, provavelmente, à implantação do Programa de Educação Básica para a Baixada Fluminense, projeto experimental conduzido pela Fundação Educar com apoio da UNICEF e destinado aos Municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João do Meriti, considerados bolsões de analfabetismo, como demonstram os dados a seguir.

Municípios	População Total	Pop. com + de 15 anos	Pop. com + de 15 anos alfabetiz.	Pop. com + de 15 anos analfabeta	% de Analfabetismo
Duque de Caxias	575.814	366.477	306.553	59.924	16,35
Nova Iguaçu	1.095.805	684.758	568.153	166.605	17,03
S. João Meriti	398.826	260.311	228.363	31.949	12,27
TOTAL	2.069.445	1.311.546	1.103.068	208.478	15,89

Fonte: IBGE - Censo de 1980 - Dados Distritais - RJ

O PEB para a Baixada Fluminense tem caráter experimental e procurou subsidiar financeira e pedagogicamente as instituições não governamentais e os grupos organizados da sociedade civil (MAB - Federação do Movimento de Amigos de Bairros de Nova Iguaçu; MUB - Movimento de União de Bairros de Caxias; Federação de Associação de Moradores de S.J. do Meriti; CPT; CUT; CGT, etc), contando ainda com o apoio das Dioceses católicas de Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

O Programa destina-se à alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 anos, em 3 etapas de 400 horas, totalizando 1200 horas.

O projeto teve início em agosto de 86, prevendo a instalação de 197 salas de aula e o atendimento a 4900 alunos (4000 de alfabetização e 900 de 1ª a 4ª séries do 1º. Grau), mediante 42 convênios firmados entre a Educar e a Caritas Diocesana, MAB, MUB e outras entidades. Em 1987 previa-se a instalação de 285 salas.

B. Programa de Educação Juvenil

No interior do Programa Especial de Educação, desenvolvido nos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS) entre 1984 e 1987, foi criado o Programa de Educação Juvenil, destinado a atender jovens analfabetos na faixa de 14 a 20 anos em horário noturno.

O funcionamento do Projeto previa atendimento diário das 18 às 22 horas, sendo oferecido jantar no início do período e aulas de Educação Física e Artes ao final do período, bem como acesso a salas ambiente, de leitura e lazer. O currículo era composto das seguintes disciplinas: linguagem (alfabetização), matemática, realidade social e cidadania, saúde, educação física e cultura.

A proposta pedagógica tinha por objetivos um processo de alfabetização que conduza ao domínio do código gráfico e a formação de uma consciência crítica acerca da realidade social do aluno. (1)

Não dispomos de dados sobre o atendimento efetuado pelo PEJ, e sequer se este teve continuidade após a mudança de governo, em 1987.

C. Cursos Supletivos com Avaliação no Processo (*)

C1. Cursos de 1o. Grau

As redes pública estadual e particular de ensino oferecem cursos supletivos com metodologia de ensino direto, frequência obrigatória e avaliação no processo de aprendizagem apenas para o 1o. Grau. A autorização de funcionamento é dada pelo CEE e a supervisão fica a cargo da Divisão de Apoio Técnico da Secretaria de Educação.

Os Cursos Supletivos de 1o. Grau atendem a clientela com idade superior a 14 anos e são oferecidos em 8 fases semestrais de 360 horas-aula cada, correspondentes a cada uma das séries do ensino regular de 1o. Grau.

(1) PEIXOTO FILHO, José P. (coord). Programa Especial de Educação: Educação Juvenil. CIEPS. Rio de Janeiro, 1985.

RIO DE JANEIRO (Estado). SE. PEE. "Fala 8: Educação Juvenil". IN: Alas ao Professor. Rio de Janeiro, SE.PEE, 1985, p. 34-37.

(*) Obs: Sobre os cursos de Suplência no Rio de Janeiro há as seguintes pesquisas:

ALVES, Marilda T. Dias. "Ensino Supletivo" (Evening School): a case study in Rio de Janeiro, Brasil. University of Southampton, 1979.

GALHEIGO, Ana Maria. O Planejamento Curricular como Mecanismo de Democratização do Ensino. Rio de Janeiro, PUC-RJ, 1984 (dissertação de mestrado).

LARQUE, Maria L. (coord). Ensino Supletivo: rendimento escolar e expectativas dos alunos em diversas populações no Estado do Rio de Janeiro. FGV, 1983.

VILLARDI, Vera Maria Saisse. Suplência ou Falência? A realidade de uma sala de aula de curso supletivo. Rio de Janeiro, UFRJ, 1980 (dissertação de mestrado).

Cursos Supletivos de 1o. Grau - Quadro de Alunos - Março de 1968

Região do Estado	1a. a 4a. séries do 1o.Grau		5a. a 8a. séries do 1o.Grau	
	No. Municípios	No. Alunos	No. Municípios	No. Alunos
Capital	01	19.373	01	40.144
Região Metropolitana	08	4.834	08	17.708
Noroeste Fluminense	08	2.555	07	2.992
Norte Fluminense	03	387	01	447
Baixada Litorânea	06	1.073	03	953
Médio Paraíba	06	1.301	04	3.474
Centro-Sul	06	616	04	1.121
Baía da Ilha Grande	01	116	--	---
Serrana	09	971	05	839
Total do Estado	48	31.226	33	67.678

Fonte: SEE/RJ. DE. CESU. 1968.

C.2. Cursos de 2o. Grau

A rigor não há oferta de cursos supletivos com metodologia de ensino direto e avaliação no processo de aprendizagem a nível de 2o. Grau no Estado do Rio de Janeiro. Tal fato se deve à Deliberação No.106/84 do CEE, revogando o Parecer 90/82 que autoriza a abertura de cursos de 2o. Grau. Recentemente o Parecer 146/CEDERJ/88 aprovou o Projeto "Desenvolvimento do Sistema de Ensino Supletivo-2o.Grau", favorecendo a abertura de cursos neste nível de ensino, porém não houve tempo hábil para sua implantação.

Há entretanto, exceções. Algumas escolas de ensino regular são autorizadas a ministrar cursos de 2o. Grau através de matrícula e créditos por disciplina, facultando ao aluno concluir o 2o. Grau entre 2 e 5 anos. Dois CES possuem autorização especial para avaliar clientes de 2o. Graus no processo de aprendizagem: o CES Casa do Marinheiro (cuja clientela, constituída por marinheiros, está embarcada por ocasião dos Exames de massa); e o CES de Niterói II (em caráter experimental); nestes casos, o ensino não é direto, e sim por instrução personalizada.

Há cursos privados preparatórios aos Exames Supletivos de Educação Geral de 2o. Grau.

D. Centros de Estudos Supletivos - CES (*)

Os Centros de Estudos Supletivos e os Polos Avançados dos CES oferecem cursos de suplência de 1o. Grau mediante instrução programada através de módulos de ensino.

Em 1986 havia no Rio de Janeiro 11 CES, sendo 5 na Capital, 1 em Duque de Caxias, 1 em Petrópolis, 1 em Teresópolis, 1 em Campos e 2 em Niterói. Havia ainda diversos polos avançados dos CES, alguns dos quais instalados no interior de presídios e empresas.

Apenas 3 CES oferecem também cursos a nível de 2o. Grau: o CES de Niterói II, em caráter experimental, com avaliação no processo; o CES Casa do Marinheiro, com avaliação no processo devido às especificidades da clientela; o CES/SENAI, cuja avaliação é realizada nos exames de massa.

(*) Sobre os CES do Rio de Janeiro, há as seguintes pesquisas:

- (1) COELHO, Eliane. Estudo sobre condições que podem afetar o desempenho do aluno do curso supletivo de 1o. grau mediante estratégia de ensino modularizado. Rio de Janeiro, PUC-RJ, 1983. (dissertação de mestrado)
- (2) CONFORTO, Dyrce Ferreira. Variáveis relacionadas a desempenho em módulos instrucionais em alunos do CES de Niterói. RJ. Rio de Janeiro, UFRJ, 1980. (dissertação de mestrado).
- (3) MELLO, Maria Inês S.M. Swiderle. CES de Niterói. Proposta de Reformulação do Currículo. Rio de Janeiro, IESAE-FGV, 1982. (dissertação de mestrado).
- (4) MIGUEZ, Laura M.F. Miranda. Implantação do CES no Município do Rio de Janeiro: um estudo de caso. Rio de Janeiro, UFRJ, 1982. (dissertação de mestrado)
- (5) MOTTA, Leda Eulalia Cordeiro. Módulos de Ensino de Comunicação e Expressão no Ensino Supletivo: Análise de Conteúdo. Rio de Janeiro, IESAE-FGV, 1980. (dissertação de mestrado).

Os dados do atendimento nos CES em 1988 são os seguintes:

Matrícula e Frequência aos CES do RJ - 1988 *

C E S	1o. G R A U		2o. G R A U	
	Matriculados	lc/frequência	Matriculados	lc/frequência
Casa do Marinheiro	2.176	45	10.476	1.393
NACES do Arsenal da Marinha	107	13	325	50
Duque de Caxias	2.529	907	---	---
IERJ	?	384	?	884
Ilha do Governador	834	517	---	---
Madureira	1.767	434	---	---
Niterói I	2.354	1.148	---	---
Niterói II	---	---	1.058	987
Petrópolis	718	305	---	---
Prof. Antonio Maria	1.804	459	---	---
SENAI	2.259	378	1.381	579
Teresópolis	?	419	---	---
Total	?	5.009	?	3.893

Fonte: SEE/RJ.DE.CESU.1988.

* estatística em 30/04/88

E. Telecursos 1o. e 2o. Graus pela TV

A Guanabara, atual estado do Rio de Janeiro, foi berço de uma das experiências pioneiras em termos de implantação de ensino supletivo via TV: entre 1962 e 1973 a TVE levou ao ar um Curso Preparatório aos Exames Supletivos de 1o. Grau, retransmitido para 15 estados brasileiros através de 10 emissoras da Rede Shell/Associadas. Este preparatório aos exames de madureza era conhecido como o "Curso do Artigo 99", referindo-se ao Art.99 da LDBEN de 1961 que autorizava a certificação nos Exames de Madureza Ginásial aos maiores de 16 anos. Era produzido pela Universidade de Cultura Popular, sob direção de Gilson Amado, e constituiu um dos precedentes que deu origem à FCBTVE (1).

O Rio de Janeiro foi também o campo experimental do Projeto João da Silva (Suplência de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau via TV), produzido pelo FCBTVE e levado ao ar a partir de fins de 1973 (2). Houve ainda acompanhamento experimental em 1979-80 do Projeto Conquista (Suplência de 5a. a 8a. séries do 1o. Grau via TV), produzido pela TVE-REC (2) e (3).

Nos anos mais recentes, porém, as ações de TV Educativa no Ensino Supletivo fluminense são pouco expressivas. Dispono de informações relativas apenas a uma rede de telepostos instalados em unidades do sistema penitenciário: segundo REMNHACK (4) em setembro de 1981 foram implantados telepostos em 4 unidades do sistema penitenciário, com 142 alunos do Telecurso 1o. Grau; a recepção do Telecurso 2o. Grau teve início em janeiro de 1982 em 8 unidades penais, também com 142 alunos.

Não dispono de outras informações sobre recepção organizada ou controlada dos Telecursos 1o. e 2o. Graus no Rio de Janeiro.

F. SP6 E SSG via Rádio

Embora o Rio de Janeiro sedie a produção nacional de programas educativos pelo rádio, visto aí localizar-se o Centro Brasileiro de Rádio Educativo Roquette Pinto, não dispono de informações sobre a existência de radiopostos que efetuem recepção organizada e/ou controlada do SP6 ou SSG via rádio no Estado do Rio de Janeiro.

(1) LEITÃO, Yacy de Andrade. Contribuições para o estudo da teledidática a partir de uma experiência de TV Educativa no Estado da Guanabara. Rio de Janeiro, PUC-RJ, 1973. (dissertação de mestrado).

(2) LOBO NETO, Francisco J. da S. "Teleducação no Rio de Janeiro e no Brasil (primeiras anotações). Tecnologia Educacional 10(38), 1981.

(3) RIBINIK, Maria L. R. Ficha para avaliação de programa de televisão didática. Rio de Janeiro, UFRJ, 1980 (dissertação de mestrado).

(4) REMNHACK, Anna M. de O. O Telecurso 1o. Grau e o Telecurso 2o. Grau. via TV aplicado em telepostos do sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UERJ, 1984 (dissertação de mestrado).

G. Projeto LOGOS II

O Projeto Logos foi aprovado pelo Parecer 223/80 do Conselho Estadual de Educação (CEDERJ), que abriu uma exceção à norma fixada no Parecer 214/79, que impedia a formação de professores no Estado do Rio de Janeiro por via supletiva.

O Projeto emprega a metodologia de ensino à distância.

A estrutura curricular foi montada em cima da divisão do programa em duas partes: Educação Geral - que abrange os conteúdos relativos ao ensino de 1o. e 2o. Graus, subdividida em 12 disciplinas e estas em 106 módulos. Educação Específica - abrangendo 18 disciplinas, em 99 módulos.

No Estado do Rio de Janeiro, o Projeto Logos II foi utilizado em duas etapas: A e L.

Etapa A: de 1980 a 1983 - 319 (trezentos e dezenove) cursistas atendidos, com 67% de cursistas aprovados, 23% evadidos e 10% de desistentes; atingiu 23 municípios próximos aos 7 CREs onde foram instalados os núcleos pedagógicos, a saber: Campos, Itaperuna, Macaé, Friburgo, São Fidélis, Três Rios e Vassouras.

Etapa L: de 1981 a 1987 - com 379 cursistas atendidos, com 65,23% de cursistas aprovados e 32,53% evadidos ou desistentes; atingiu 19 municípios próximos aos 8 CREs onde foram instalados os núcleos pedagógicos, a saber: Campos, Petrópolis, Caxias, Barra Mansa, Cabo Frio, Teresópolis, Rio Bonito e Niterói.

Para maiores esclarecimentos, recomenda-se a leitura dos seguintes Pareceres do Cederj: 114/81, 267/83 e 171/86.

H. Exames Supletivos (*)

E1. Os Exames Supletivos de Educação Geral de 1o. e 2o. Graus são oferecidos duas vezes ao ano para candidatos com idades superiores a 18 e 21 anos, respectivamente.

Os dados disponíveis são os seguintes:

Concluintes em Exames de Educação Geral - RJ/1973-81

ANO	1o. Grau	2o. Grau
1973	7797	6744
1974	8494	8927
1975	7203	11036
1976	8982	9900
1977	3760	4047
1978	616	976
1979	1332	1935
1980	1382	2140
1981	1922	2770

Fonte: MEC.CFE. O Ensino Suelativo no Brasil. Brasília, 1983.

No. de Concluintes por Graus e Modalidades de Exames - 1983/86 - RJ

ANO	No. de Certificados de Educação Geral		Exames Profissionalizantes - 2o. Grau	
	1o. Grau	2o. grau	No. de Certificados	No. de Diplomas
1983	830	907	127	149
1984	440	1580	510	126
1985	440	1580	310	130
1986	200	731	—	70
1987	170	785	142	209

Fonte: MEC.SG.SEEC. Sinopse do Ensino Suelativo - Exames: 83-86. Brasília, 1987.
SEE/RJ.DE.CESU.1988.

Os Exames de Suplência Profissionalizante de 2o. Grau são promovidos anualmente desde 1977, a candidatos que comprovem 3 anos de exercício profissional na área médica ou 2 anos para a área tecnológica.

Concluintes em Exames de Suplência Profissionalizante - RJ - 1977/1982

Modalidades Técnicas	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Administração (Assist)	59	--	--	--	--	--
Administração (Téc.)	--	--	--	--	2	--
Eletromecânica (Téc.)	--	--	--	1	--	--
Eletrônica (Técnico)	35	--	11	--	--	--
Eletrotécnica (Téc.)	--	208	--	--	--	--
Enfermagem (Auxiliar)	--	11820	68	125	102	132
Enfermagem (Técnico)	--	13136	37	53	--	--
Mecânica	24	--	--	--	--	--
Patologia Clínica (Téc.)	--	755	--	--	--	--
Prótese (Técnico)	30	--	--	--	--	--
Telecomunicações (Tec.)	--	--	1	30	55	45
Transações Imobil.(Tec.)	--	--	--	--	--	55
Total	148	15919	117	209	203	275

Fonte: MEC.CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, 1983.

(*) Sobre Exames Supletivos no Rio de Janeiro, dispõe-se das seguintes pesquisas:

CASTRO, Cláudio de Moura et al. O Enigma do Supletivo. Brasília, MEC, SEPS, 1980.

MELO, Margarida M. G. de. Análise das Provas e Resultados dos Exames Supletivos de 2o. Grau. Município do Rio de Janeiro - 1975. Rio de Janeiro, PUC, 1977 (dissertação de mestrado).

MACCARATO, Miguel. Condicionantes de Escolaridade e Exames Supletivos de 2o. Grau no Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, PUC, 1977 (dissertação de mestrado).

SORTANO, Elaine da M. Exames Supletivos e Mobilidade Social. Rio de Janeiro, PUC, 1977. (dissertação de mestrado).

PERFIL DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO NO BRASIL

Estado de São Paulo (2a. versão)

I. Dados Cadastrais

Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas - CENP
Serviço de Ensino Supletivo
Rua João Ramalho, 1546 - Pompéia
05008 - São Paulo - SP
fones (011) 864.5700
Coordenadora: Maria Clara Paes Lobo
Chefe do Serviço: Miriam Sanches
Contatos: Arlete Scotto, Dalva E. Araújo, Ester S. Marques, José Carlos
Neves, Maria Eneida Fachini, Ivete M. Sunamoto

Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo - COGESP
Largo do Arouche, 302 - 8o. andar - Centro
01219 - São Paulo - SP
fones (011)-220-4000 - 2204822

Coordenadoria de Ensino do Interior - CEI
Largo do Arouche, 302 - 7o. andar - Centro
01219 - São Paulo - SP
fones (011) 223.5722/221.1977
Contato: Rita de Cássia Felício

Centro de Informações Educacionais - CIE
Equipe Técnica de Informações Estatísticas
Praça da República, 53 - sala 136
01045 - São Paulo - SP
fones (011) 255.4077 r. 170, 171 e 179
Contatos: Shizu, Darcílio, Marly (Estatísticas), Luzia (Legislação)

Serviço Social da Indústria - SESI
Departamento Regional de São Paulo
Divisão de Educação Fundamental
Subdivisão do Ensino Supletivo
Av. Paulista, 1313
00000 - São Paulo - SP
fones (011) 284.9382/285.0573
Diretora da DEF: Terezinha Seluta Esteves
Chefe da SESU: Maria Aparecida F.M. Mendonça

Coordenação Estadual da Fundação EDUCAR
Rua Araújo, 124 - Vila Buarque
01220 - São Paulo - SP
fones (011) 255.9800
Coordenador: Auria Belo Galindo
Contatos: José Carlos

2211977 (Gabinete) → José Carlos Bortoloto (Coord.)
Equipe de Ensino Supletivo → Sheila (?)
Projeto AJA
↳ Escolas Municipais - Florivaldo Fracato
inc. particulares e municipais
verificar DRE → Ribesina Pato

II. Demanda por Ensino Supletivo de 1. Grau

Os dados do Censo de 80 relativos aos níveis de instrução da população por faixas etárias permitem-nos calcular a demanda potencial por ensino supletivo de 1. Grau:

Déficits de Escolarização da População com 15 anos e mais - SP - 1980

População Total c/ 15 anos e mais	Não sabem ler e escrever	X	Sem instrução ou ou c/ menos de 1 ano de estudo	X	De 1 a menos de 4 anos de estudo	X	De 4 a menos de 8 anos de estudo	X
16.786.077	2.339.023	13,93%	2.672.011	15,92%	3.417.056	20,36%	5.370.810	37,95%

Fonte: IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - IBGE

Embora em termos percentuais o índice de analfabetismo dentre a população jovem e adulta paulistana fosse bastante inferior à média nacional, São Paulo era o Estado que em 1980 apresentava o maior contingente total de analfabetos do país.

Somados os analfabetos e os que receberam menos de 1 ano de instrução, eram mais de 2,5 milhões. Outros 3,5 milhões tinham menos de 4 anos de estudos, totalizando mais de 6 milhões de pessoas com 15 anos e mais que demandariam ensino supletivo correspondente às quatro séries iniciais do 1. Grau, mais de 36% da população nesta faixa etária. Um número equivalente de indivíduos demandaria cursos de suplência de 5a. a 8a. séries do 1. Grau.

Ao todo, 74% da população jovem e adulta paulista não concluiu o ensino de 1. Grau.

III. Breve Histórico do Ensino Supletivo no Estado de São Paulo

Quando a Lei 5692/71 instituiu o Ensino Supletivo no Brasil, o Estado de São Paulo já acumulava ampla experiência neste campo da educação, desde a década de 40.

Até meados dos anos dos anos 40 o ensino de adultos encontrava-se pouco desenvolvido no Estado, onde o governo mantinha Cursos Populares Noturnos de Educação Primária destinados a adultos, com 2 anos de duração. Somavam-se à iniciativa do governo estadual também cursos mantidos pelas Prefeituras e entidades particulares, totalizando 702 classes em 1946 (1). Em 1947 o governo federal deu início à Campanha de Educação de Adultos, destinando ao Estado de São Paulo recursos para a manutenção de 1000 classes de ensino supletivo, recursos estes ampliados nos anos subsequentes, de maneira que em 1950 já eram 2100 as classes mantidas por recursos federais. Para implementar a Campanha em São Paulo foi criado no início de 1948 o Serviço de Educação de Adultos, pela Lei 76 de 34/02/48. A Lei colocou os recursos humanos e materiais do ensino primário fundamental a serviço do ensino de adultos, estimulando o magistério com atribuição de pontos (válidos para ascensão na carreira) e gratificações. A CEA continuou até 1958, e outras iniciativas federais a ela se somaram, como a Campanha Nacional de Educação Rural (que em São Paulo atuou em Pinhal, Ilhabela, Avaré e Apiaí). Em 1958 a CEA foi substituída pela Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, que teve pequenas atuações em São José dos Campos e Caraguatatuba. Estes empreendimentos não afetaram substancialmente o ensino supletivo em São Paulo, cujo funcionamento deveu-se fundamentalmente ao Serviço de Educação de Adultos.

No início dos anos 60, as idéias pedagógicas de Paulo Freire e a conjuntura político social ensejaram algumas experiências alternativas, como a alfabetização de adultos promovida pela União Estadual de Estudantes em Osasco em 1963 e a "Operação Ubatuba" conduzida pelo Movimento de Educação em 1964. O Serviço de Educação de Adultos incorporou algumas destas práticas renovadoras.

Em 1969, a Fundação Padre Anchieta, em convênio com o SEA, executou um projeto experimental de educação pelo rádio e TV: o Curso de Madureza Ginásial, destinado à preparação dos candidatos aos exames de madureza. Neste mesmo ano o SEA foi extinto, e substituído pelo Serviço de Ensino Supletivo, criado pelo Decreto 52324/69.

Como decorrência da Lei 5.379 de 15/12/67, o Estado de São Paulo estruturou a Coordenação Estadual do Mobra em 1971, o que já ocorrera em 1970 no âmbito da capital paulistana.

(1) BEISIEGEL, Celso de Rui. Estado e Educação Popular: um estudo sobre a Educação de Adultos. São Paulo. Pioneira. 1974.

A promulgação da Lei 5692/71 que instituiu o Ensino Supletivo nos moldes atuais, ao invés de estimular a ampliação do ensino de adultos, acabou por reduzir o atendimento, ao menos no âmbito da rede estadual de cursos. A ampliação do ensino básico obrigatório para 8 anos conduziu a uma multiplicação de salas do ensino regular diurno e noturno e dos turnos nas escolas, o que acabou por restringir o espaço físico e institucional para os cursos supletivos, que viram suas salas reduzidas de 3000 para 1000 em 1977 (2).

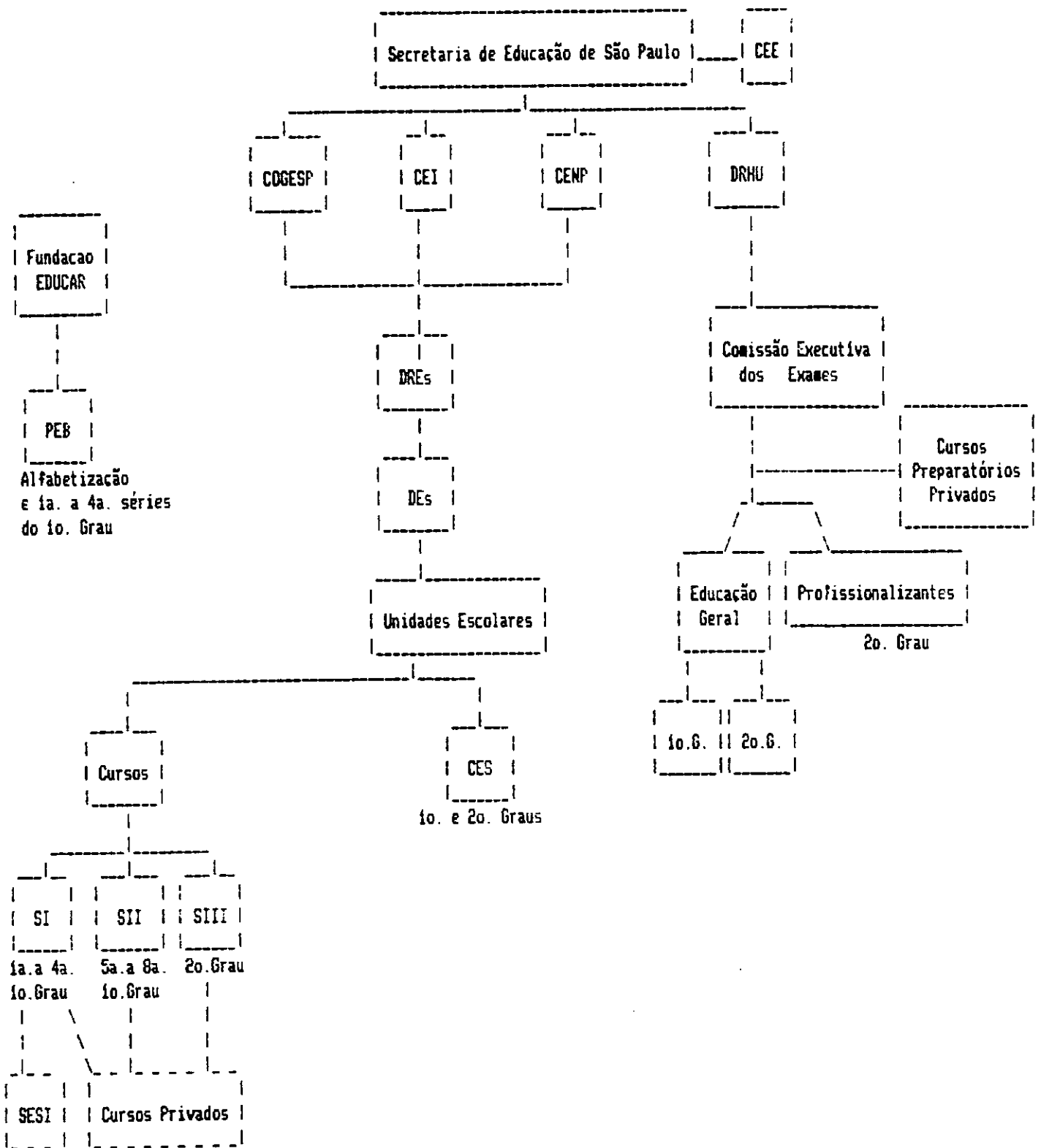
As modalidades de oferta, sem dúvida, se diversificaram. Já em 1971 foi constituída a Comissão Central de Exames Supletivos, que passou a promover os Exames Supletivos de Educação Geral em substituição aos de Madureza, e em 1976 deu início à oferta de Exames de Suplência Profissionalizante. Em 1976 teve início também a recepção organizada do Projeto Minerva (Suplência de 1o. Grau via rádio), serviço este que perdurou até 1983. Em 1978 foram ao ar as primeiras emissões do Telecurso 2o. Grau produzido e difundido em colaboração pelas Fundações Padre Anchieta e Roberto Marinho. Em 1981 foi a vez do Telecurso 1o. Grau e da instalação do primeiro CES no Estado de São Paulo.

Os dados apontam, entretanto, para uma redução do número de salas e matrículas nos cursos supletivos sistemáticos, entre 1976 e 1982. Nota-se também a crescente privatização desse setor, especialmente nas últimas séries do 1o. Grau e no 2o. Grau. A equipe responsável pelo Ensino Supletivo na Secretaria de Educação possuía inúmeras funções de assistência técnica e supervisão, mas estava isenta da criação e manutenção de cursos. A política vigente era de que a ação do Estado deveria ser supletiva, desenvolvendo-se apenas nas regiões e níveis de ensino em que não houvesse atendimento por parte da iniciativa particular ou de outras esferas do setor público. BARRETO (op. cit.) aventa a hipótese de que tal esvaziamento da rede estadual de cursos supletivos resulte de um acordo tácito entre a Secretaria de Educação e o setor privado, mediado pelo CEE, onde este último era majoritariamente representado.

A partir de 1982, com as eleições diretas do governo estadual, o Estado passou a ser pressionado para ampliar a suplência pública, o que passou a realizar especialmente a nível do 1o. Grau. O crescimento da suplência pública é perceptível nos últimos anos, com a ampliação da Suplência I a taxas de 20% ao ano, instalação dos cursos de 5a. a 8a. séries do 1o. Grau (a partir do 2o. semestre de 1984), de 2o. Grau (a partir de 1987), e de novos CES na Capital e no Interior. Os níveis de atendimento anteriores a 1970, porém, não foram ainda restabelecidos.

(2) BARRETO, Elba S. da Sá. *O Ensino Supletivo em São Paulo*. Campos de Jordão - SP. Out. 1986.

IV. Quadro Geral de Atendimento



A. Alfabetização de Adultos e Suplência I (1o. a 4o. termos do 1o. Grau)

Atualmente coexistem no Estado de São Paulo diversas ofertas e programas de alfabetização de adultos e Suplência I, promovidos pelas redes pública e privada, estadual e municipais com recursos próprios ou suplementados pela Fundação Educar mediante convênios.

A1. A Fundação Educar mantém convênios para o Programa de Educação Básica (PEB) com órgãos públicos, Prefeituras Municipais, empresas privadas e associações da sociedade civil. Os dados para 1986 e 1987 disponíveis são os seguintes:

Programa de Educação Básica da Fundação Educar - SP - 1986/87

ANO	Previsão de Atendimento		Conveniamiento				
	Classes	Alunos	Classes	%	Alunos	%	No. de Convênios
1986	7.395	167.762	2.898	39	60.337	36	338
1987	6.017	119.790	4.210	69	88.849	74	1.139

Fontes: Relatório de Atividades da Fundação EDUCAR - 1986.
Demonstrativo Físico do SICOP - 87.

Por motivos ainda não aclarados, o Estado de São Paulo teve uma das menores porcentagens de conveniamiento em relação à previsão de atendimento em 1986. Em 1987 a previsão foi reduzida e o conveniamiento cresceu.

Para o ano de 1988 os dados disponíveis são os seguintes:

Conveniamiento do PEB em SP - 1988

	No. de Salas	No. de Alunos	No. de Municípios	No. de Convênios
PEB I	2463	--	--	--
PEB II	1662	--	--	--
PEB III	1499	--	--	--
Total (1)	5624	--	--	--
Total (2)	5919	128.565	356	419

(1) Até Junho de 1988

(2) Até Julho de 1988

Fonte: Coordenação Estadual da Fundação EDUCAR/SP - 1988.

Natureza das Entidades Conveniadas

Empresas	28
Universidades	03
Entidades	38
Prefeituras	350
Total	419

A2. A Secretaria de Educação oferece, com as oscilações citadas no histórico, classes de Suplência I há longa data. Em 1987 ela introduziu uma nova meta no P.T.A., destinada a dinamizar atendimento da população não alfabetizada - Alfabetização de Jovens e Adultos - AJA, dotado de maior flexibilidade que os cursos sistemáticos convencionais e apoiado por materiais didáticos produzidos pelo IDAC (Instituto de Desenvolvimento e Ação Cultural). A partir de 1988 a denominação AJA caiu em desuso, porém a Resolução 293/86, que estrutura o Termo I nos moldes do AJA continua em vigor. Os recursos alocados no AJA, porém, foram reduzidos drasticamente em 1988, desestruturando a equipe de coordenadores nas Delegacias de Ensino. Os materiais didáticos e subsídios metodológicos ficaram à disposição dos cursos de Suplência I Termo I, como alternativa de trabalho para os professores. A idade mínima de ingresso na Suplência I é de 14 anos.

O Termo II da Suplência I tem seu funcionamento regulamentado pela Deliberação CEE 23/83 e pelo Parecer 598/86 do CEE.

No. de Alunos dos Cursos de Suplência I (1a. a 4a. séries do 1o. Grau)

ANO	COGESP - Gde. São Paulo	CEI - Interior	Total do Estado
1984	17.207	26.472	42.679
1985	21.391	29.841	51.232
1986	25.024	37.670	62.694

Fonte: CENP, 1987. (dados coletados pelos Assistentes Técnicos do Ensino Supletivo das DREs)

A3. A Secretaria do Bem Estar Social do Município de São Paulo mantém, desde 1971, em convênio com a Fundação Educar, um Programa de Educação de Adultos, cujas características são descritas na seção dedicada ao ensino supletivo no Município de São Paulo (em anexo).

A4. As Prefeituras Municipais da Grande São Paulo e Interior também mantêm programas próprios de alfabetização e educação básica, geralmente em convênio com a Fundação Educar. Quase sempre esses convênios incluem, da parte da Educar, o fornecimento do material didático que inclui cartilhas e livros.

A5. SESI - Serviço Social da Indústria

O SESI oferece cursos sistemáticos de Suplência I, correspondente à alfabetização de jovens e adultos e ensino de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau, a maiores de 14 anos.

Os cursos do SESI estão instalados nos Centros Educacionais do SESI ou em classes isoladas, cedidas gratuitamente por entidades diversas.

Os professores são polivalentes, com formação mínima a nível de Magistério (2o. Grau), recebem cursos de treinamento periódicos além da orientação pedagógica por parte das Assistentes Educacionais.

O material didático foi elaborado pela Divisão de Educação e é constituído por cartazes, fichas de leitura e silábicas e da cartilha "Ver, ouvir, ler e escrever".

O curso é organizado em quatro termos, com duração mínima de 90 dias letivos cada, com quatro horas/aula diárias. O currículo é composto por Áreas de Estudo e Atividades nos três primeiros termos, e por disciplinas no quarto termo, correspondentes ao Núcleo Comum e Art. 7o. da Lei 5692/71. O aluno é excluído se faltar a 25% dos dias letivos. Os recursos para manutenção dos cursos são provenientes do Salário-Educação.

Os dados disponíveis referem-se ao ano de 1986:

Cursos do SESI em funcionamento - SP - 1986

Região	No. de Cursos	No. de Classes	No. de Alunos
Capital	74	151	4.133
Interior	76	142	3.698
TOTAL	150	293	7.831

Fonte: SESI. SES. O Ensino Supletivo - SESI. São Paulo, 1986.

B. Cursos de Suplência II (5a. a 8a. séries do 1o. Grau) e de 2o. Grau

Os cursos sistemáticos de suplência a nível de 5a. a 8a. séries do 1o. Grau (denominados termos I a IV da Suplência II) e de 2o. Grau foram normatizados pelas Deliberações 14/73 e 19/82 do CEE e, posteriormente, pela Deliberação CEE 23/83.

São Cursos com 2 anos de duração para 1o. Grau e 2 ano para o 2o. Grau, cada termo com um semestre letivo de duração, com exceção do Termo I da Suplência de 2o. Grau, que corresponde a 1 ano letivo. A frequência é obrigatória e a avaliação é realizada no processo, sendo os certificados expedidos pela própria escola quando autorizada pelo CEE.

São ministrados pelas redes públicas estadual e municipal e pela rede privada, que realiza a maior parte do atendimento (vide Tabela I). Na rede pública estadual a idade mínima para ingresso nos cursos Suplência II é de 18 anos (ou 16 se proveniente da Suplência I), e nas demais redes de 14 anos. No 2o. Grau, a idade mínima de ingresso é de 19 anos.

C. Centros de Estudos Supletivos

Em 22/04/81 teve início o atendimento do Centro Estadual de Estudos Supletivos "Dona Clara Mantelli", cujo regimento foi aprovado pelo Parecer CEE 158/77. Neste ano foi oferecido curso de suplência de 1o. Grau a 1316 clientes matriculados, assim distribuídos:

CEES "Ana Clara Mantelli" - 1981

Nível	Fase	Matric.Inicial	Evasão	%	Matric.Efetiva	Característica
1a. a 4a. séries do 1o. Grau	I	?	?	?	56	Consolidação da Alfabetiza- ção Pré-Modular
	II	?	?	?	96	
	Sub.T.	209	57	117,26	152	----
5a. a 8a. séries do 1o. Grau	Sub.T.	1.107	?	?	?	Modular
1o. Grau	Total	1.316	?	?	?	----

Fonte: CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, DF, 1983, p. 80-1.

Entre maio de 1981 e fevereiro de 1984 estiveram matriculados no CEES "Dona Clara Mantelli" 4.172 clientes, tendo sido certificados 190 alunos, apenas 4% do total. Este baixo índice de aprovação levou a que o CEE desaconselhasse a abertura de novos CES, devido ao elevado custo e baixo rendimento. Tal cálculo, porém, computa a matrícula por disciplina, sendo que um aluno matriculado em

várias disciplinas é computado mais de uma vez. Muitos optam pela avaliação nos exames de massa. Se somados os alunos concluintes no próprio CES àqueles aprovados nos exames supletivos de educação geral, os índices de aproveitamento elevar-se-iam entre 25% (em matemática) e 75% (EMC), segundo pesquisa realizada pelo próprio CES em conjunto com a CENP em 1985 (3).

O CEE-SP não encampou iniciativas de abertura de novos CES até 1984, tendo se instalado quatro centros em 1985, em Bauru, Marília, Americana e Registro.

Em fins de 1986 foi instalado o primeiro CES de Santos, em prédio cedido pelo INPS. Em 1987 foram instalados os CES de Ribeirão Preto, Sorocaba, Marília (COHAB) e criado o NACES da UNICAMP.

A partir de 1984 o MEC e o MINT elaboraram um programa comunitário-educacional de instalação de CES nas COHABS (Conjuntos Habitacionais Populares). De acordo com esse programa, a CENP selecionou 8 conjuntos habitacionais para a instalação de CES: Santos, Campinas, São Vicente, Humaitá, Bauru, Marília e Capital (Itaquera 1 e 2). Destes, foram instalados um CES na COHAB de Marília e outro na COHAB de Santos, ambos em 1987 e o CES da COHAB de Campinas em Julho de 1988.

Em 1988 são ao todo 11 os CES implantados no Estado e mais um NACES. Estão previstas a criação dos CES de Itapevi, Ribeirão Pires, Taubaté e Itaquera.

Implantação dos CES no Estado de S. Paulo

CENTROS DE ESTUDOS	Nível de Atendimento						Início de Atividades	Total de Concluintes desde a In			
	Municípios	Alfabetiz.	Consolid.	Pre-Modular	Modular						
		Fase 1	Fase 2	Fase 3	15.a	8a./1.G	2.Graul	Data de Instalação	Início de 2.G	1.G	2.G
CEES Dna. Clara Mantelli	Sao Paulo	---	---	x	x	x	05/81	11/88	838	-	-
CEES Pres. Tancredo Neves	Bauru I	---	---	x	x	x	07/85	10/87	631	0	0
CEES de Marília	Marília I	---	---	x	x	x	07/85	03/88	601	0	0
CEES de Registro	Registro	x	x	x	x	x	08/85	08/88	221	-	-
CEES de Americana	Americana	x	x	x	x	---	08/85	---	1671	0	0
CESS Ma. Ap. P. Figueiredo	Santos (INPS)	x	x	x	x	---	10/86	---	151	-	-
CEES Dr. Archimedes J. Baua*	Santos (COHAB)	x	x	x	x	---	12/86	---	031	-	-
CEES Profa. Iria F. Seixas	Marília (COHAB)	---	---	x	x	---	07/87	---	051	-	-
CEES de Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	x	x	x	x	---	10/87	---	081	-	-
NACES-UNICAMP	Campinas	---	---	x	x	x	10/87	10/87	041	-	-
CEES de Sorocaba	Sorocaba	x	x	x	x	---	02/88	---	051	-	-
CEES Cohab V. Costa e Silva	Campinas (COHAB)	x	x	x	x	---	06/88	---	---	-	-
Total do Estado - 12	9	7	7	12	12	5			11901	0	0

(*) Esteve inativo de Out/87 a Abr/88 por problemas administrativos.

(3) BARRETO, Elba S. de Sá (coord.). Ensino Supletivo em São Paulo, entre ricas experiências e pobres resultados. São Paulo, FCC, p. 37-8.

Atendimento em Centros de Estudos Supletivos no Estado de São Paulo-1o.Sem./1988

Centros Estaduais de Ensino Supletivo	1a. a 4a. séries do 1o. Grau			5a. a 8a. séries do 2o. Grau			2o. Grau		
	Matric.	Concl.	Desist.	Matric.	Desist.	Concl.	Matric.	Desist.	Concl.
Clara Mantelli	455	362	83	1940	266	45	---	---	---
Pres.Tancredo Neves	235	90	39	707	99	09	324	86	01
Marília	429	265	92	1747	367	09	362	125	01
Registro	410	89	---	494	47	03	44	---	---
Americana	424	316	108	1223	172	40	584	180	04
Ma.Ap.P Figueiredo	403	104	139	1065	541	10	---	---	---
Dr.Archimedes J.Bava	208	45	39	426	130	02	---	---	---
Profa.Iria F.Seixas	123	90	33	1393	441	05	---	---	---
Ribeirão Preto	492	237	145	1141	281	08	---	---	---
NACES - UNICAMP	206	21	24	1236	139	04	---	---	---
Sorocaba	271	145	19	546	74	05	---	---	---
COHAB-V.Costa e Silva	106	---	---	344	139	---	---	---	---
Total do Estado	3762	1764	721	12262	2557	140	1314	391	06

Fonte: SEESP, CENP, Serviço de Ensino Supletivo, 1988.

D. Teleducação

D1. Suplência via Rádio

A primeira emissão do Projeto Minerva teve início no Estado de São Paulo em 1976, autorizada pelo Parecer 705/76 do CEE em caráter experimental. A aplicação da Fase II foi autorizada pelo CEE no Parecer 179/77, que entretanto exigiu que os alunos dos radiopostos se submetessem aos Exames Supletivos para obterem a certificação de 1o. Grau.

Em 1977 foram providos exames especiais para a clientela do Minerva, mas nos anos subsequentes a Comissão Executiva dos Exames, que é subordinada ao DRHU, alegou não ter condições de continuar promovendo provas especiais. A dissociação entre processo de ensino e avaliação conduziu a um baixo rendimento, tornando o programa frustrante e ineficaz. A Secretaria de Estado da Educação optou por suspender esse serviço em 1983.

D2. Suplência via TV: Telecurso de 1o. e 2o. Graus

Como já foi apontado no histórico, São Paulo foi o Estado pioneiro na emissão de cursos supletivos pela TV, através do Curso Madureza Ginásial empreendido pela Fundação Padre Anchieta - Rádio e TV Cultura, em 1969.

Em 1978 a FPA associou-se à Roberto Marinho na produção e transmissão do Telecurso 2o. Grau que foi ao ar até 1985. Em 1986 a Fundação Roberto Marinho associou-se à Fundação Bradesco na produção do Novo Telecurso 2o. Grau, hoje veiculado.

O Telecurso 1o. Grau começou a ser emitido em 1981 e continua sendo veiculado até hoje, e resulta de uma produção conjunta das Fundações Padre Anchieta e Roberto Marinho.

Não há recepção organizada dos Telecursos em virtude da inadequação dos horários de veiculação, nas primeiras horas da manhã.

E. Exames Supletivos

El. Os Exames Supletivos de Educação Geral de 1o. e 2o. Graus (4) são oferecidos duas vezes ao ano para candidatos com idade superior a 18 e 21 anos, respectivamente. As provas são elaboradas de forma centralizada e aplicadas simultaneamente em todo o Estado.

Os dados históricos disponíveis são os seguintes:

Concluintes em Exames de Suplência de Educação Geral - SP - 1976/1981

Grau \ Ano	Ano					
	1976	1977	1978	1979	1980	1981
1o. Grau	2204	8819	6210	3884	5603	5551
2o. Grau	793	2259	1543	1576	1491	2237

Fonte: MEC. CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, CFE, 1983.

(4) Sobre o assunto, existem os seguintes estudos:

BARROSO, C.L. & OLIVEIRA, L.L.de. O Madureza em São Paulo. São Paulo, FCC, 1971 (Série Pesquisas Educacionais).

GATTI, Bernardete & OLIVEIRA, L.L.de. Os Exames Supletivos de 1o. e 2o. Graus no Estado de São Paulo. 2o. Semestre - 1981. São Paulo, FCC, 1982.

GATTI, Bernardete A. "Alguns dados comparativos sobre os exames supletivos de 1o. e 2o. Graus no Estado de São Paulo". Educação e Seleção (5). São Paulo, FCC, jan/jun 1982, p. 63-67.

GATTI, Bernardete A. Os Exames Supletivos de 2o. Grau no Estado de São Paulo - 1980 (1o. Semestre). São Paulo, FCC, 1981.

GATTI, Bernardete A. Os Exames Supletivos de 1o. Grau no Estado de São Paulo - 1981 (2o. Semestre). São Paulo, FCC, 1982.

GATTI, Bernardete A. Os Exames Supletivos - 1978 - 2o. Grau. São Paulo, FCC, 1978.

GATTI, Bernardete A. Os Exames Supletivos de 1o. Grau no Estado de São Paulo - 1978. São Paulo, FCC, 1978.

JULIANO, Leda S. Estudo Comparativo de Algumas Características e do Desempenho dos Candidatos aos Exames Supletivos de 1o. Grau nos anos 78 e 80. São Paulo, PUC-SP, 1985 (dissertação de mestrado).

Concluintes em Exames Supletivos por Grau e Modalidade - SP - 1983/86

A N O	Certificados de Educação Geral		Suplência Profissionaliz. (2o.G)	
	1o.Grau	2o.Grau	No.de Certificados	No.de Diplomas
1983	2.893	1.784	286	100
1984	1.870	1.415	259	592
1985	3.529	2.822	66	315
1986	3.264	2.446	291	384

Fonte: MEC. SG. SEEC. Síntese do Ensino Supletivo. Exames: 1983/1986
Brasília, 1988.

E2. Os Exames de Suplência Profissionalizante de 2o. Grau são realizados anualmente desde 1975 e destinam-se a candidatos com idade superior a 21 anos, que possuem 1o. Grau completo e comprovem 2 ou 3 anos de experiência profissional, respectivamente para obtenção de modalidade parcial ou plena.

Além dos dados de 83/86 citados anteriormente, possuímos dados para 1978/82:

Aprovados em Exames de Suplência Profissionalizante - SP - 1978/82

Modalidades	Ano de Conclusão				
	1978	1979	1980	1981	1982
Técnicas					
Economia Doméstica	42	27	9	3	4
Eletrônica	8	18	11	9	16
Eletrotécnica	17	9	10	15	23
Enfermagem (Auxiliar)	--	226	9	105	284
Laborat.de Prótese Dentária	--	25	57	34	44
Mecânica	38	42	19	24	26
Ótica	--	41	27	31	27
Radiologia Médica (Radiodiag)	--	--	--	49	43
Reabilitação (Massagista)	--	--	--	--	2
TOTAL	105	388	142	270	469

Fonte: MEC. CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, 1983.

TABELA I - Função Suplência - Quadro Evolutivo da Matrícula Inicial em Curso Supletivo no Estado de São Paulo

ANO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	SI-NÍVEL I		SI-NÍVEL II		SUBT. DE 1a. A 4a. s. DO 1o. G.	
		CLASSES	ALUNOS	CLASSES	ALUNOS	CLASSES	ALUNOS
1	ESTADUAL		21838		27454	0	49292
9	MUNICIPAL		1640		1934	0	3574
8	PARTICULAR		13980		19986	0	33966
0	TOTAL	0	37458	0	49374	0	86832
1	ESTADUAL	643	21242	784	26197	1564 (1)	47439
9	MUNICIPAL					90	2687
8	PARTICULAR					836	23818
1	TOTAL	643	21242	784	26197	2490	73944
1	ESTADUAL	662	22593	795	27006	1617 (1)	49599
9	MUNICIPAL					81	2626
8	PARTICULAR					491	15838
2	TOTAL	662	22593	795	27006	2189	68063
1	ESTADUAL					0	0
9	MUNICIPAL					0	0
8	PARTICULAR					0	0
3	TOTAL	0	0	0	0	0	0
1	ESTADUAL	699	21355	825	25559	1524	46914
9	MUNICIPAL	150	3785	12	354	162	4139
8	PARTICULAR	291	10263	294	10628	585	20891
4	TOTAL	1140	35403	1131	36541	2271	71944
1	ESTADUAL	723	25386	832	29019	1555	54405
9	MUNICIPAL	2	48	1	26	3	74
8	PARTICULAR	94	3101	136	4848	230	7949
5	TOTAL	819	28535	969	33893	1788	62428
1	ESTADUAL	792	28555	863	30466	1655	59021
9	MUNICIPAL	8	230	8	295	16	525
8	PARTICULAR	77	2281	86	2808	163	5089
6	TOTAL	877	31066	957	33569	1834	64635
1	ESTADUAL	824	28543	832	27605	1656	56148
9	MUNICIPAL	16	526	18	693	34	1219
8	PARTICULAR	91	2881	88	2981	179	5862
7	TOTAL	931	31950	938	31279	1869	63229

CONT.

TABELA I - Função Suplência - Quadro Evolutivo da Matrícula Inicial em Curso Supletivo no Estado de São Paulo

ANO	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA	S-II TERMO-I		S-II TERMO-II		S-II TERMO-III		S-II TERMO-IV		SUBT. DE 5 A 8 TERMO/I.G.		TOTAL DO I. G.	
		CLASSES	ALUNOS	CLASSES	ALUNOS	CLASSES	ALUNOS	CLASSES	ALUNOS	CLASSES	ALUNOS	CLASSES	ALUNOS
1	ESTADUAL		350		270		303		171	0	1094	0	50386
9	MUNICIPAL		2330		2375		1799		1809	0	8313	0	11887
8	PARTICULAR		1600		26815		23932		33772	0	100520	0	134486
0	TOTAL	0	18681	0	29460	0	26034	0	35752	0	109927	0	196759
1	ESTADUAL									28	1063	1592	48502
9	MUNICIPAL									236	9266	326	11953
8	PARTICULAR									2735	112257	3571	136075
1	TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	2999	122586	5489	196530
1	ESTADUAL									10	269	1627	49868
9	MUNICIPAL									237	9841	318	12467
8	PARTICULAR									2615	102392	3106	118230
2	TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	2862	112502	5051	180565
1	ESTADUAL									0	0	0	0
9	MUNICIPAL									0	0	0	0
8	PARTICULAR									0	0	0	0
3	TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1	ESTADUAL									0	0	1524	46914
9	MUNICIPAL									0	0	162	4139
8	PARTICULAR									0	0	585	20891
4	TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2271	71944
1	ESTADUAL									0	0	1555	54405
9	MUNICIPAL									0	0	3	74
8	PARTICULAR									0	0	230	7949
5	TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1788	62420
1	ESTADUAL	372	13939	196	6836	182	6479	15	521	765	27775	2420	86796
9	MUNICIPAL	145	5659	112	4407	119	4738	58	2251	434	17055	450	17580
8	PARTICULAR	293	12190	275	11299	404	18035	278	10992	1250	52516	1413	57605
6	TOTAL	810	31788	583	22542	705	29252	351	13764	2449	97346	4283	161981
1	ESTADUAL	402	14271	285	9182	354	12031	170	5172	1211	40656	2867	96804
9	MUNICIPAL	96	3769	90	3576	95	3697	52	1864	333	12906	367	14125
8	PARTICULAR	389	15868	411	16972	582	25425	411	16316	1793	74581	1972	80443
7	TOTAL	887	33908	786	29730	1031	41153	633	23352	3337	128143	5206	191372

CONT.

TABELA I - Função Suplência - Quadro Evolutivo da Matrícula Inicial em Curso Supletivo no Estado de São Paulo

ANO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	SIII 1o.TERMO		SIII 2o.TERMO		SIII 3o.TERMO		SUBTOTAL 2o.GRAU	
		CLASSES	ALUNOS	CLASSES	ALUNOS	CLASSES	ALUNOS	CLASSES	ALUNOS
1	ESTADUAL							7	174
9	MUNICIPAL							61	2052
8	PARTICULAR							1901	75488
0	TOTAL	0	0	0	0	0	0	1969	77714
1	ESTADUAL							4	93
9	MUNICIPAL							61	2252
8	PARTICULAR							1900	75467
1	TOTAL	0	0	0	0	0	0	1965	77812
1	ESTADUAL							3	51
9	MUNICIPAL							61	2278
8	PARTICULAR							1740	67715
2	TOTAL	0	0	0	0	0	0	1804	70044
1	ESTADUAL								
9	MUNICIPAL								
8	PARTICULAR								
3	TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0
1	ESTADUAL								
9	MUNICIPAL								
8	PARTICULAR								
4	TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0
1	ESTADUAL								
9	MUNICIPAL								
8	PARTICULAR								
5	TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0
1	ESTADUAL								
9	MUNICIPAL								
8	PARTICULAR								
6	TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0
1	ESTADUAL	26	1030	1	32	0	0	27	1062
9	MUNICIPAL	9	323	8	234	4	88	21	645
8	PARTICULAR	353	13385	317	12607	198	6501	868	32493
7	TOTAL	393 (2)	14918(2)	329 (2)	12963(2)	204 (2)	6646 (2)	926 (2)	34527(2)

Fontes: SE/ATPCE/CIE/ETIE. Levantamento de Dados da Educação. Quadros resumo.

TABELA II - Outras Modalidades de Atendimentos no Ensino Supletivo - Função Suplência - Estado de São Paulo

	1976	1977	1978	1979	1980	1981
	CURSOS ALUNOS		CURSOS ALUNOS		CURSOS ALUNOS	
TEST.	14765	260	9489		318	10819
PROJETO (MUN.						26
MINERVA (PART.						928
TOTAL	14765	260	9489		318	11058
CES 1. GRAU						
CES 2. GRAU						
CES TOTAL						
TELECURSO						
(1. GRAU)						
TELECURSO						
(2. GRAU)						
TOTAL	14765	260	9489		318	11058

CONT.

	1982	1983	1984	1985	1986	1987
	CURSOS ALUNOS		CURSOS ALUNOS		CURSOS ALUNOS	
TEST.	287	8826	110	3429	219	8291
PROJETO (MUN.	26	805	269	7268	27	928
MINERVA (PART.			1	29	989	40232
TOTAL	313	9631	380	10726	1235	49451
CES 1. GRAU						
CES 2. GRAU						
CES TOTAL						
TELECURSO						
(1. GRAU)						
TELECURSO						
(2. GRAU)						
TOTAL	313	9631	380	10726	1235	49451

Fontes: SE/ATPCE/CIE/ETIE. Levantamento de Dados da Educação. Quadros resumo.

PERFIL DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO NO BRASIL

Ensino Supletivo no Município de São Paulo (2a. versão)

I. Dados Cadastrais

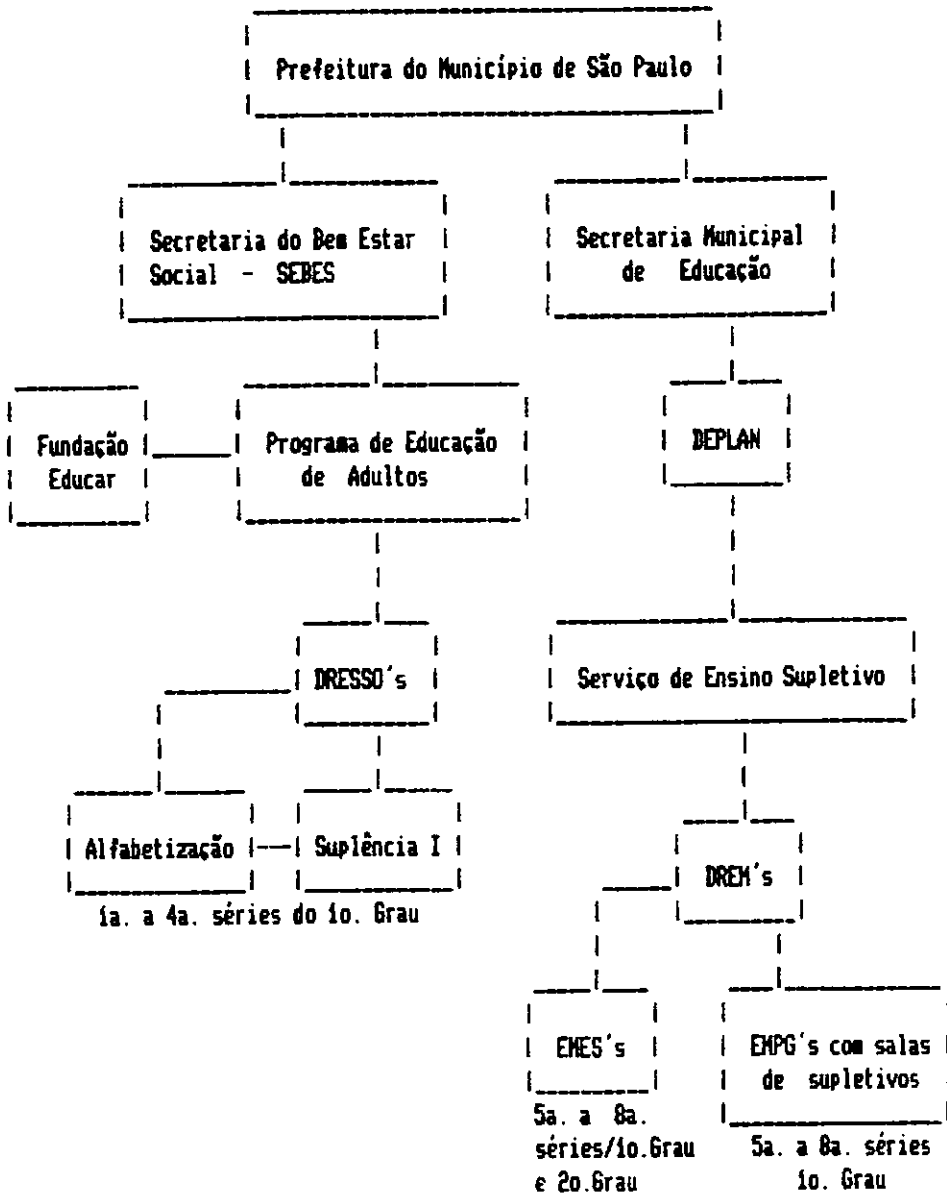
Secretaria Municipal de Educação
Departamento de Planejamento - DEPLAN
Serviço de Ensino Supletivo
Rua Dr. Diogo de Faria 1247 - 1o. andar - Vila Clementino
04037 - São Paulo - SP
fones (011) 549.3516
Coordenadora: Kátia Issa Drugg

Secretaria Municipal de Educação
Av. Paulista, 2198 - 13o. andar
01310 - São Paulo - SP
fones (011) 283.4177/283.4211 (PABX)
Secretário: Dr. Paulo Zingg
Chefe de Gabinete: Dr. Ricardo do Amaral Dick
Secretária: Magda
Banco de Dados
Chefia: Marisa
fones (011) 288.1021/283.4211

Secretaria Municipal do Bem Estar Social
Programa de Educação de Adultos
Rua José de Magalhães, 191
04026 - São Paulo - SP
fones (011) 549.4356
Coordenador: Maria Cecília A. Moreira

Coordenação da Fundação Educar
Rua Araújo 124 - Vila Buarque
01220 - São Paulo - SP
fones (011) 255.9800
Coordenador: Douglas Leite
Contatos: Barreto

II. Quadro Geral do Atendimento



A. A Suplência de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau

O Município de São Paulo oferece também cursos de alfabetização e educação básica a jovens e adultos, correspondentes à Suplência de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau. Essa oferta resulta da evolução da campanha de alfabetização iniciada pelo MOBRAL a partir de 1970, e promovida a nível municipal pela então Secretaria do Bem Estar Social (SEBES).

Entre 1970 e 1984 a SEBES manteve convênio com o MOBRAL, instalando classes dos Programas de Alfabetização Funcional (PAF) e Educação Integrada (PEI) com apoio das comunidades. A comunidade solicitava a instalação das classes e a SEBES providenciava sua instalação e alocava os monitores, remunerados pelo MOBRAL. A orientação pedagógica e o material didático era aquele produzido pelo MOBRAL Central.

Em 1984 o Município rompeu esse Convênio, em virtude de reiteradas divergências quanto à orientação do MOBRAL, considerada demasiadamente centralista e diretiva (3). Além disto, o Município arcava com 90% dos custos do Programa, o material didático era quase todo complementado pela Secretaria e a única razão para manutenção do vínculo com o MOBRAL era a expedição do certificado, o que tornou-se desnecessário através da autorização concedida pelo CEE/SP para que a Secretaria passasse a manter e supervisionar os cursos (Parecer CEE No.1126/84). Nesta ocasião a então Secretaria da Família e Bem Estar Social (FABES) estruturou seu próprio Programa de Educação de Adultos - EDA, procurando formular uma nova proposta pedagógica e material didático próprio. Este processo, que ocorreu durante a gestão do Prefeito Mário Covas (1984/85) não teve continuidade na atual gestão do Prefeito Jânio Quadros (1986/88). Jânio extinguiu a FABES, remetendo parte de suas atribuições às Secretarias Municipais de Educação e Habitação, mantendo alguns serviços vinculados à Superintendência de Bem Estar Social (SUBES). O EDA ficou subordinado a esta Superintendência, que em 1987 voltou a ser transformada em Secretaria. A alteração mais significativa, porém, refere-se à volta do convênio com a Fundação Educar, cujo material didático passou a ser novamente utilizado.

Em 1988 o Convênio firmado entre a PMSP e a Fundação EDUCAR previa a instalação de 1448 classes (O convênio restringe-se ao fornecimento de material didático, cabendo à Prefeitura remunerar os monitores que desde 1981 são funcionários públicos municipais). Das 1448 classes previstas para o atendimento de cerca de 40.000 alunos, em meados do 1o. semestre havia apenas 998 instaladas, atendendo 24.688 alunos. Para exercer a função de monitor é exigido no mínimo 1. Grau completo e atestado de frequência a 2. Grau. Foi criado o cargo de Professor, para os que possuem habilitação de Magistério a nível de 2. Grau.

(3) informação prestada pela então Coordenadora do EDA, Profa. Vicentina Velasco em maio de 1985.

Programa de Educação de Adultos - Município de São Paulo - 1985 a 1987

Ano	Fase	Cursos			Alunos
		Previsão	Realizados	%	
1985	1.	1448	1381	95,37	36720
	2.	1448	1378	95,23	31779
1986	1.	1448	1215	83,91	34682
	2.	1448	1137	78,58	25572
1987	1.	1448	1051	72,58	30220
	2.	1448	1022	70,58	24707

Fonte: PMSF. SEBES.EDA. 1988

EDA - SEBES - PMSF

	1985		1986		1987	
	1o. sem.	2o. sem.	1o. sem.	2o. sem.	1o. sem.	2o. sem.
A						
classes	628	618	514	472	458	438
alunos *	17303/12508	14883/10752	15503/10325	11526/ 8492	14897/ 8644	14133/ 8278
% evasão	28,5	27,7	33,4	26,3	41,9	25,6
S						
classes	753	760	701	665	593	584
alunos *	19217/14048	16896/12522	19179/13112	14046/10520	15323/10648	13574/10515
% evasão	26,9	25,8	31,6	25,1	30,5	22,5
T						
classes	1381	1378	1215	1137	1051	1022
alunos *	36720/26556	31779/23274	34682/23437	25572/19012	30220/19292	24707/18793
% evasão	27,7	26,8	32,4	25,7	36,2	23,9

Fonte: SEBES/ACTP/IT

* Matrícula geral/matriculados ao final do semestre

A = Alfabetização (AI + AII)

S = Suplência (S1 + S2 + S3)

T = Total (A + S)

B. O Ensino Supletivo de 5a. a 8a. séries do 1o. Grau e 2o. Grau no Município de São Paulo

A história do Ensino Supletivo no Município de São Paulo remonta a 1972 quando, por solicitação dos funcionários da Gráfica Municipal foi instalada uma primeira classe de 34 alunos, preparatória aos exames de madureza. No semestre seguinte passaram a ser duas as classes instaladas na EMPG Duque de Caxias, formadas por funcionários da Gráfica Municipal, Limpeza Pública e Almoarifado da Secretaria Municipal de Educação (1).

Em 1975 o Depto. Municipal de Educação constituiu um grupo de estudo voltado à implementação do Ensino Supletivo Municipal. Como resultado, em 1976 a Secretaria Municipal de Educação assume a responsabilidade pelo Ensino Supletivo, consubstanciada na Lei No. 8389 de 19/05/1976. Neste mesmo ano foram criadas por decreto duas Escolas Municipais de Ensino Supletivo: E.M.E.S. "Prefeito Prestes Maia" e E.M.E.S. "Prefeito Abrahão Ribeiro", ambas oferecendo cursos de 1o. e 2o. Graus. Em 1977 foi criada a E.M.E.S. "Prefeito José Pires do Rio", de 1o. e 2o. Graus. Em 1978 foram criadas duas unidades atendendo apenas ao 1o. Grau: E.M.E.S. "Washington Luis Pereira de Souza" e "Prefeito Antonio da Silva Prado".

Em 1978 foi criado o Serviço de Ensino Supletivo no interior do DEPLAN. Em 1982, um novo grupo de estudo propõe a criação de outras 12 escolas de ensino supletivo, o que se realiza através do Decreto No. 18.448 de 02/12/1982.

Em 1984/85 privilegiou-se a implantação de classes de supletivo em Escolas Municipais de 1o. Grau.

Assim, em 1986 o Município contava com 17 escolas de Ensino Supletivo, apenas duas das quais ofereciam cursos de 2o. Grau. Outras 31 Escolas Municipais de ensino regular possuíam classes de supletivo.

O investimento no Ensino Supletivo da Rede Municipal cresceu significativamente em 1985 e 86, e dentre os obstáculos ao seu desenvolvimento evidenciou-se a elevada evasão. Em 1986 o Serviço de Ensino Supletivo promoveu uma pesquisa que analisou a evasão nas EMES's e EMPG's com classes de supletivo, concluindo que a evasão era mais acentuada nestas últimas (2). Com base nos resultados desta pesquisa o SES da SME adotou a política de privilegiar a criação de unidades específicas de ensino supletivo, ao invés de disseminar salas nas Escolas Municipais de 1o. Grau.

Em 1987 o Decreto No. 23301 de 14/01/87 criou outras 10 EMES's de 2o. Grau.

Em 1988 outras quatro EMES's foram criadas e implantadas. Assim, em 1988 o Município oferecia 14 EME's de 2o. Grau, 30 EME's de 1. Grau e 19 EMPG's com salas de Suplência de 1o. Grau.

(1) SOARES, Amélia M.J. "Histórico do Ensino Supletivo. Uma década de Ensino Supletivo Municipal". IN: Anais do I Seminário Municipal de Ensino Supletivo. São Paulo, 1986, 4 p.

(2) SÃO PAULO (Cidade). Secretaria de Educação. DEPLAN 2. Brasil. Evasão nas EMES's e EMPG's com classes de supletivo na RME. Análise evolutiva da evasão -

1983 a 1985. São Paulo, 1986.

Deste processo de expansão, chega-se em 1988 ao seguinte quadro evolutivo da oferta de ensino supletivo na Rede Municipal Paulistana:

Evolução do Atendimento da Rede Municipal de Suplência (Sa. a 8a. série do 1o. Grau e 2o. Grau) - SP - 1976/88

ANO	Número de EMES's			No. Classes em EMES's			No. de EMPG's com classe de Suplência	No. de classes de Suplência em EMPG's	No. de Alunos Matriculados		
	1o.G.	2o.G.	Total	1o.G.	2o.G.	Total			1o.Grau	2o.Grau	Total
1976	02	02	02	14	05	19	-----	-----	606	192	798
1977	03	02	05	34	07	41	-----	-----	1.429	265	1.694
1978	03	02	05	57	09	66	-----	-----	2.379	378	2.757
1979	03	02	05	62	10	72	-----	-----	2.550	439	2.989
1980	03	02	05	63	11	74	-----	-----	2.762	514	3.276
1981	03	02	05	--	--	73	-----	-----	2.566	565	3.131
1982	03	02	05	--	--	--	-----	-----	2.556	534	3.090
1983	15	02	17	--	--	--	-----	-----	5.275	614	5.889
1984	15	02	17	--	--	--	-----	-----	6.787	526	7.313
1985	15	02	17	216	17	233	24	105	9.753	659	10.412
1986	15	02	17	221	21	242	31	205	11.223	603	11.826
1987	22	12	32	261	56	317	25	179	16.998	2.114	19.102
1988*	30	14	42	278	58	336	19	178	17.774	3.326	21.100

* os dados de 1988 referem-se ao mês de Junho.

Fonte: Diário Oficial do Município, São Paulo, 33 (155), 18/08/1988.

Estas unidades e salas de Ensino Supletivo referem-se à Suplência de Sa. a 8a. séries de 1o. Grau (com 4 semestres letivos de duração) e ao 2o. Grau (com 3 semestres letivos de duração). O funcionamento das E.M.E.S.'s é semelhante ao das E.M.P.G.'s, contando com o Diretor, a Assitente Pedagógica, o Orientador Educacional, o Secretário e o Corpo Docente (constituído por professores habilitados nas respectivas disciplinas) e pessoal auxiliar. Além disso, convênios firmados pela SME com órgãos como o SENAI e SENAC possibilitam também a oferta paralela de cursos de qualificação profissional (pedreiro, pintor, eletricitista, etc...). As EMES's contam com assistência do Depto. de Saúde Escolar e fornecem merenda diariamente.

C. Outros Dados

Cursos de Suplência no Município de São Paulo. Classes e Alunos por Dependência Administrativa e Nível de Ensino - 1. Semestre de 1987 (*)

Dep.	1. Grau - Suplência I			1. Grau - Suplência II												
	Termos 1-2	Termos 3-4	Subtotal	Termo 1	Termo 2	Termo 3	Termo 4	Subtotal								
Adm.	CL	Alunos	CL	Alunos	CL	Alunos	CL	Alunos	CL	Alunos	CL	Alunos				
Est.	202	6669	181	5947	383	12616	134	4948	99	3382	118	3960	69	2165	420	14455
Mun.	-	-	-	-	-	-	66	2574	66	2578	64	2438	34	1253	229	8843
(*)																
Part.	32	923	29	914	61	1837	145	6139	166	7096	215	9718	169	6769	695	29722
Tot.	234	7592	210	6861	444	14453	344	13661	331	13056	397	16116	272	10187	11344	53820

(*) O Programa EDA da SEBES/PMSP abrange 2 subprogramas: Alfabetização (A), com dois níveis (AI e AII, com 1 semestre de duração cada) e Suplência (S) em 3 níveis (S1, S2 e S3, com 1 semestre de duração cada) não havendo correspondência nível/série com o Ensino Regular ou nível/termo com o Ensino Supletivo Estadual.

Dep.	1. Grau		2. Grau				Total dos Graus					
	Total	Termo 1	Termo 2	Termo 3	Total							
Adm.	CL	Alunos	CL	Alunos	CL	Alunos	CL	Alunos				
Est.	803	27071	8	344	0	0	0	8	344	811	27415	
Mun.	229	8843	-	-	-	-	-	-	-	229	8843	
Part.	756	31559	147	5837	140	5767	85	2921	372	14525	11281	46084
Tot.	11788	67473	155	6181	140	5767	85	2921	380	14869	12168	82342

* corresponde a coleta de dados realizada em 30/03/87

Fonte: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. ATPCE. CIE. Sistema de Informações Educacionais. Quadro Resumo. Município São Paulo. 1987.

Os Exames de Suplência Profissionalizante de 2o. Grau são oferecidos anualmente desde 1981. Em 1981 houveram 159 concluintes na modalidade técnica "Transações Imobiliárias".

Os dados mais recentes disponíveis são os seguintes:

Concluintes em Exames Supletivos por Grau e Modalidade - MS - 1983/86

A N O	Certificados de Educação Geral		Suplência Profissionaliz. (2o.G)	
	1o.Grau	2o.Grau	No.de Certificados	No.de Diplomas
1983	83	19	100	65
1984	224	106	249	71
1985	152	208	197	93
1986	30	272	217	51

Fonte: MEC. SG. SEEC. Síntese do Ensino Supletivo: Exames: 83/86. Brasília, 1988.

IV. Estatísticas do Atendimento no Ensino Supletivo no MS - 1986/87

Programa	1986					1987				
	Mat. Inic.	Evasão	Aprov.	Reprov.	Concl.	Mat. Inic.	Evasão	Aprov.	Reprov.	Concl.
Programa de Educação Integrada (PEI)	9041	4685	1989	2085	---	4145	2204	825	1033	84
SPG - via Rádio										
Ciências	2238	600	1158	400	---	1861	548	850	445	---
Geografia	2242	680	1137	425	---	1861	548	858	445	---
Língua Port.	2069	606	858	605	---	---	---	---	---	---
História	2069	604	941	524	---	---	---	---	---	---
Matemática	---	---	---	---	---	2651	632	1035	948	---
OSP-B-ENC	---	---	---	---	---	2651	632	1240	771	---
DES e NAES										
1o. Grau	10630	5335	---	---	453	---	---	---	---	---
2o. Grau	860	259	---	---	58	---	---	---	---	---
Logos II	364	---	---	---	109	546	---	---	---	120

Fonte: SENS/MES.

REGIÃO SUL

PERFIL DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO NO BRASIL

Estado do Rio Grande do Sul (2. versão-corrigida)

I. Dados Cadastrais

Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul
Departamento de Educação Especializada
Divisão de Ensino Supletivo
R. Carlos Chagas, 55 - 8. andar sala 813 - Centro
90.030 - Porto Alegre-RS
Fones: (0512) 24-7618/24-5444 Ramais 255/256
Coordenadora: Profa. Zulma Cruz Meira

Coordenação Estadual da Fundação EDUCAR
Av. Júlio de Castilhos, 596-8. andar - Centro
90030 - Porto Alegre-RS
Fones (0512) 26-8514
Coordenador: Prof. Briguino Carlos Farias de Oliveira

II. Demanda por Ensino Supletivo

Segundo os dados do Censo de 1980, os déficits de escolarização da população jovem e adulta no Rio Grande do Sul eram os seguintes:

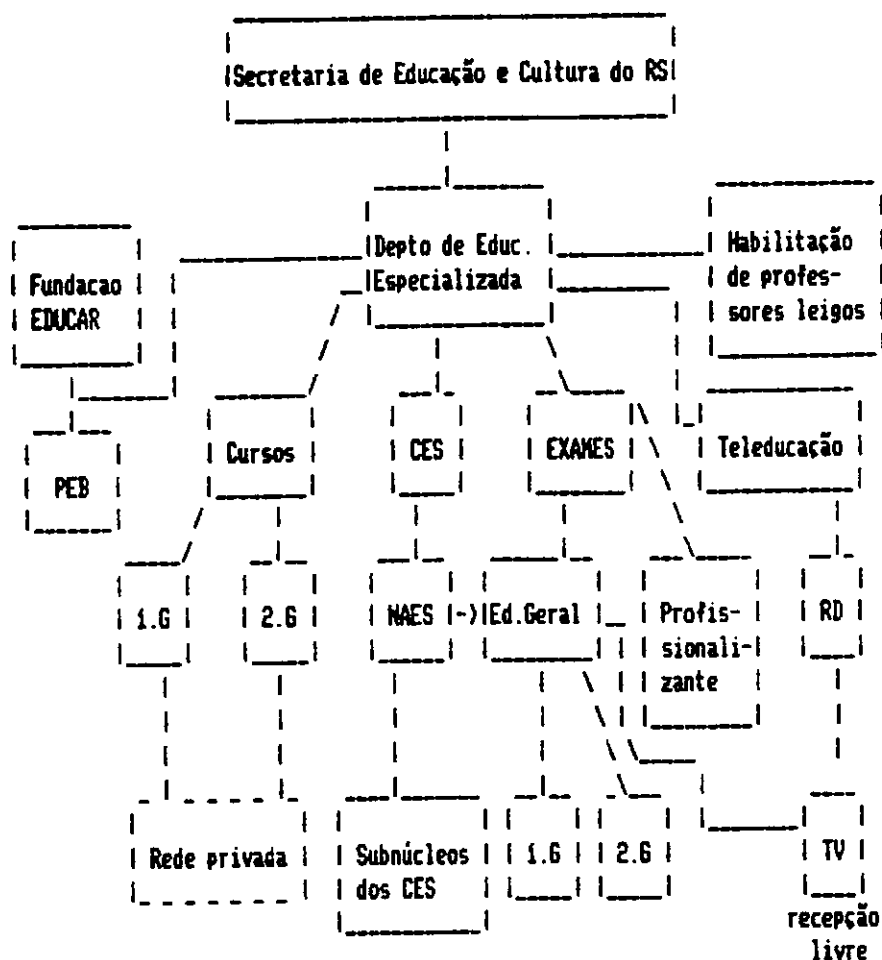
Déficits de Escolarização da População com 15 anos e mais - RS/1980

População Total c/ 15 anos e mais	Não sabem ler e escrever	%	Sem instrução ou ou c/ menos de 1 ano de estudo	%	De 1 a menos de 4 anos de estudo	%	De 4 a menos de 8 anos de estudo	%
5.254.459	709.466	13,50	714.267	13,59	994.389	18,92	2.468.586	46,98

Fonte: IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - IBGE

Embora seja um dos Estados com menores índices de analfabetismo, o RS apresentava numeroso contingente de jovens e adultos que não haviam concluído a escolaridade básica, especialmente aquela referente as quatro últimas séries do 1. grau.

III. Quadro Geral do Atendimento na Soplência



A. Programa de Educação Básica - PEB - da Fundação Educár

A alfabetização de adultos e a suplência de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau cabem à Fundação Educár, em convênio com as Prefeituras, entidades e empresas.

Os dados gerais disponíveis para 1986/1987 são os seguintes:

Quadro Demonstrativo de Metas e Conveniamento para o PEB-RS - 1986/1987

Ano	Previsão de Atendimento		Conveniamento				
	Classes	Alunos	Classes	%	Alunos	%	N. de convênios
1986	1.257	23.917	1.272	101	24.392	102	322
1987	2.560	45.001	2.819	110	55.478	121	648

Fontes: Relatório de Atividades da Fundação EDUCAR - Período 1986.
Demonstrativo Físico do SICOP-87.

Estes dados apontam para um crescimento significativo dos convênios e atendimento para 1987 em relação ao ano de 1986. É possível que tais dados estejam superestimados, pois não coincidem com os dados colhidos na Coordenação Estadual da Educar/RS, como veremos a seguir.

A SEC-RS mantém convênio com a Educar para um pequeno número de classes em 8 das 39 Delegacias de Ensino (em 1988). Pelo procedimento usual, a Delegacia de Ensino elabora um projeto de acordo com os seus interesses, submete o projeto ao DESU e este o remete à Educar. A supervisão do projeto cabe à Delegacia de Ensino. Os professores pertencem ao quadro da rede estadual, possuem a habilitação a nível de magistério de 2o. Grau e são remunerados pelos padrões da rede. O material didático utilizado varia de projeto para projeto.

A Educar mantém no RS convênios com as Prefeituras Municipais, empresas e entidades, na oferta de cursos do Programa de Educação Básica. Em 1987, 180 dos 202 municípios do Estado possuíam algum tipo de atendimento.

Os antigos PAF e PEI vêm sendo paulatinamente substituídos pelo PEB, que já está totalmente implantado nas etapas 1 e 2. Como o material didático da 3a. etapa ainda não ficou pronto, ela vem sendo atendida através do PEI.

Os dados disponíveis para 1987 são os seguintes:

SITUAÇÃO DE CONVÊNIO - DADOS DE OUTUBRO/1987

Tipo de entidade conveniada	Número de convênios	P R O G R A M A S										T O T A L	
		PEB 1		PEB 2		PEB 3		PEI		OUTROS		Classe	Alunos
		Cl.	Al.	Cl.	Al.	Cl.	Al.	Cl.	Al.	Cl.	Al.		
Prefeitura/Secr.	279	499	9297	389	7351	01	34	323	7014	-	-	1212	23696
Entidades Cívis	72	269	5410	83	1544	-	-	16	341	-	-	368	7295
Outros	08	26	448	15	280	03	60	03	60	-	-	47	848
TOTAL	359	794	15155	487	9175	04	94	342	7415	-	-	1627	31839
Meta da Coordenação	-	790	16258	688	13273	334	7220	-	-	-	-	1812	36751

Fonte: DIROP/DESUP - RS/9.87

A Educar/RS vem incentivando experiências inovadoras e ações diferenciadas, como a capacitação de técnicos para atuarem como monitores nas empresas (caso da Massey-Ferguson de Caxias), convênios nas Universidades para preparação de monitores leigos nas zonas rurais e pequenos municípios, articulação da educação básica com semi-qualificação profissional, etc...

B. Cursos de Suplência de 5a. a 8a. séries do 1o. Grau e de 2o. Grau

É difícil caracterizar os cursos supletivos de 1o. e 2o. Graus com avaliação no processo de aprendizagem devido à diversidade e flexibilidade conferida pela legislação. Está em vigor a Resolução 189/87 do CEE/RS que fixa as idades mínimas de 14 e 18 anos para ingresso nos cursos supletivos de 1o. e 2o. Graus, respectivamente, e que permite que cada escola estabeleça seu projeto de curso e o submeta ao CEE, combinando ou não ensino direto e indireto, com grande flexibilidade no que concerne à estrutura e funcionamento. A legislação é complementada ainda pelo Parecer 420/85 que disciplina o aproveitamento de estudos, facultando às escolas dispensar os alunos que tenham obtido certificados de uma ou mais disciplinas através dos CES ou Exames de Educação Geral.

Em 1988 havia 112 unidades escolares que ofereciam ensino supletivo do 1o. Grau, predominando aquelas mantidas pela rede estadual. A nível de 2o. Grau havia 11 escolas, com amplo predomínio da rede privada de ensino.

C. Os Centros, Núcleos e Subnúcleos de Estudos Supletivos

Em 1986 o Estado do Rio Grande do Sul oferecia ensino supletivo indireto e semi-direto através de ensino personalizado com módulos didáticos em 6 CES, 38 Núcleos e 10 Sub-Núcleos situados na capital e interior. Em 1988 são 6 CES, 40 MOES, 15 Sub-Núcleos e 3 Naces.

Dos 6 CES, 2 localizavam-se na Capital e 4 no Interior (Santo Angelo, Cruz Alta, Caxias e Rio Grande). 16 Núcleos dos 38 existentes estavam situados em presídios.

Nos CES a avaliação é realizada na própria unidade, ao longo do processo de aprendizagem. Já os núcleos e sub-núcleos remetem seus clientes aos exames supletivos de educação geral.

A estrutura dos CES assemelha-se àquela dos demais existentes no país. A coordenação cabe à Direção, constituída por um Diretor Geral, um Vice-Diretor Pedagógico, um Vice-Diretor Administrativo que constituem o Conselho Administrativo Pedagógico. A organização e controle do fluxo da clientela cabe ao setor de Tráfego. A ação pedagógica é planejada e coordenada pela Supervisão Pedagógica, à qual se vincula a Orientação de Aprendizagem, constituída pelos professores das 14 disciplinas do currículo de 1o. e 2o. Graus. O setor de avaliação é o encarregado da elaboração, testagem e aplicação da avaliação do desempenho, assim como da organização do Banco de Questões. Quando o CES dispõe de estrutura, possui também um setor de nivelamento de dificuldades de aprendizagem. Os CES possuem ainda um Serviço de Orientação Educacional, de Biblioteca e Audio-Visual e de Secretaria.

O funcionamento prevê atendimento individualizado, sem frequência obrigatória do aluno. Os módulos de ensino utilizados são editados pelo IBEP e estão sendo progressivamente substituídos por material produzido nos próprios Centros. O cliente recebe os módulos de ensino e orientação de aprendizagem, e quando apresentar aproveitamento pode passar ao módulo seguinte. O CES expede certificados para os clientes aprovados em todas as disciplinas do grau, e também certificados de aprovação nas disciplinas em separado.

Os Núcleos possuem uma estrutura simplificada, constituída por um Coordenador, um Supervisor, um Professor responsável pelo setor de Trânsito, o Orientador Educacional e os Orientadores de Aprendizagem das disciplinas. Em alguns casos há o Professor nivelador, que orienta grupos que não possuem base suficiente para acompanhar os módulos e necessitam reforço de alfabetização, utilizando o material didático da Fundação Educar.

Há vários projetos inovadores em andamento particularmente no CES de Porto Alegre, como oficina de redação, clube de leitura e computação.

D. Teleducação

Há no RS recepção livre dos programas nacionais SFG e SSG via Rádio e dos Telecursos de 1o. e 2o. Graus, porém não há recepção controlada ou organizada em radiopostos ou telepostos.

Em obediência à Portaria Inter-Ministerial 568/80, que determina os horários obrigatórios de rádio-educativo, a SEC/RS produz programas que são transmitidos pelas emissoras comerciais. As ofertas que afetam a suplência são: "Série Supletivo de 1o. Grau" (5a. a 8a. séries); "Preparação para o Trabalho" (1a. a 4a. séries do 1o. Grau); "Curso de Preparação aos Exames de Inglês do 2o. Grau". É surpreendente que um Estado com tantas modalidades de emissão não disponha de qualquer sistema de recepção organizada. A FEPLAM - Fundação Educacional Padre Landell de Moura - possui uma rede de "radiopostos" que, segundo informações recentes, não adotam a tecnologia do rádio...

E. Projeto de Habilitação de Docentes Leigos

A SEC do RS mantém um projeto próprio (distinto do LOGOS) de habilitação de docentes leigos que regem classes de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau. Segundo resolução do CEE, cada agência (escola estadual ou privada) interessada em oferecer esta modalidade de ensino supletivo elabora um projeto e o submete à aprovação do Conselho. A metodologia pode variar: ensino direto, indireto ou instrução personalizada. Atualmente há no Estado 8 instituições que mantêm cursos desta natureza. Como eles habilitam professores do ensino municipal, espera-se a colaboração das Prefeituras no financiamento destes projetos.

F. Exames Supletivos

Os Exames Supletivos de Educação Geral de 1. e 2. Graus (1) são oferecidos duas vezes ao ano para clientela com idade superior a 18 e 21 anos respectivamente.

Os dados históricos disponíveis são os seguintes:

Ano de Conclusão em Exames Supletivos de Educação Geral - RS: 1972/81

Ano	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
1. G.	180	660	906	1309	1044	1064	1294	870	459	444
2. G.	96	582	863	842	859	582	814	358	550	491

Fonte: MEC. CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, 1983.

A procura pelos exames vem crescendo bastante nos últimos anos. Em 1987, o número de inscritos foi o seguinte:

Exames Supletivos de Educação Geral - RS - número de inscritos em 1987			
Grau	Primeira Oportunidade	Segunda Oportunidade	Total
1o.	14.542	12.231	26.773
2o.	19.377	16.881	36.258
Total	33.919	29.112	63.031

Fonte: SEE.DESU.

(1) Sobre o Assunto leia-se: HILDEBRAND, M. Helena Bastos. Os deserdados da educação brasileira; análise das expectativas da clientela dos exames supletivos. Porto Alegre, UFRGS, 1984.

Os Exames de Suplência Profissionalizante de 2o. Grau são oferecidos anualmente desde 1977 a candidatos com idade superior a 21 anos que comprovem três anos de exercício profissional.

Concluintes em Exames de Suplência Profissionalizante - RS - 1979/1982

Modalidades Técnicas	1979	1980	1981	1982
Administração (Assist)	21	--	--	--
Eletrônica	--	--	7	9
Eletrotécnica	--	--	--	16
Enfermagem	102	--	38	24
Inspetor Seg. do Trab.	--	--	--	27
Mecânica	46	--	--	33
Processamento de Dados	--	--	--	--
Química	20	--	--	--
Radiologia Médica	--	--	47	--
Secretariado	2	--	--	--
Serviços Bancários	--	--	5	--
Total	191	--	97	109

Fonte: MEC.CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, 1983.

N. de Concluintes por Modalidade e Grau em Exames Supletivos-RS

Ano	N. de Certificados-Educação Geral		Sup. Profissionalizante (2.Grau)	
	1. Grau	2. Grau	N.de Certificados	N. de Diplomas
1983	837	782	54	82
1984	1088	1184	--	--
1985	1329	1050	55	123
1986	--	--	--	--

Fonte: MEC. SG. SEEC. Sinopse do Ensino Supletivo-Exames: 83/86. Brasília, 1988.

Quadro Geral do Atendimento no Ensino Supletivo - Função Suplência - no RS/1986-87

Modalidades e Programas	Nível de Ensino	1986				1987			
		No. de Estabelecimentos			Matricula	No. de Estabelecimentos			Matricula
		Munic.	Estad.	Partic.		Munic.	Estad.	Partic.	
P E PAF-Programa de Alfabetização Funcional	Alfabetização	---	05	---	148	---	04	---	97
B PEI-Programa de Educação Integrada	1a.a 4a. séries do 1o. Grau	---	44	---	2049	---	30	---	1449
Cursos Supletivos de 1o. Grau (Res.137/78)	5a.a 8a. séries do 1o. Grau	---	100	07	27658	---	106	07	27380
Cursos Supletivos de 2o. Grau (Res.182/86)	2o. Grau	---	01	06	4061	---	01	06	4500
CES - Centros de Estudos Supletivos	1o. e 2o. Graus	---	06	---	6346	---	06	---	5405
NOES- Núcleos de Orien- tação do Ens. Supletivo	1o. e 2o. Graus	---	39	---	9531	---	40	---	10593
Habilitação de Docentes Leigos	2o. Grau	01	09	04	1082	01	05	02	919

Fonte: SEE/RS. DESU. GFI. 1988.

REGIÃO SUL

PERFIL DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO NO BRASIL

Estado do Paraná (2a. versão, corrigida e ampliada)

I. Dados Cadastrais

Secretaria de Educação do Paraná
Departamento de Ensino Supletivo
Av. Água Verde 1682 - Água Verde
80329 - Curitiba - PR
fones (041) 242.3632
Diretora do DESU: Carmem Regina Castilho dos Santos

Coordenação Estadual da Fundação Educar
R. Presidente Carlos Cavalcanti 480
80000 - Curitiba - PR
fones (041) 224.9264
Coordenador: Arthur F. P. Ribeiro

II. Demanda por Ensino Supletivo

Os dados do Censo de 1980 relativos aos níveis de instrução da população com 15 anos e mais permitem-nos calcular a demanda potencial por escolarização supletiva.

Déficits de Escolarização da População com 15 anos e mais - PR/1980

População Total c/ 15 anos e mais	Não sabem ler e escrever	%	Sem instrução ou c/ menos de 1 ano de estudo	%	De 1 a menos de 4 anos de estudo	%	De 4 a menos de 8 anos de estudo	%
4.616.297	959.679	20,79	1.081.662	23,43	1.225.692	26,55	1.505.203	32,61

Fonte: IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - IBGE

Embora para os padrões nacionais o Estado do Paraná apresente baixos níveis de analfabetismo da população jovem e adulta, ele é o Estado da Região Sul que apresenta maiores números absolutos e relativos de analfabetos e indivíduos com baixo nível de instrução nesta faixa etária.

Havia, em 1980, em torno de 1 milhão de paranaenses com mais de 15 anos por alfabetizar; um quarto da população nesta faixa etária, embora alfabetizada, não havia concluído as quatro séries iniciais do 1o. Grau e um terço da população não havia concluído as séries finais.

Assim, mais de 82% da população jovem e adulta constituía clientela potencial de programas de ensino supletivo de 1o. Grau, reunindo um contingente de mais de 3,8 milhões de pessoas.

III. Histórico do Ensino Supletivo no Paraná

O Sistema Estadual de Ensino do Paraná foi criado pela Lei 4978 de 05/12/1964, a mesma que determinou a constituição do CEE. Essa Lei previa, em seu art. 74, que a elaboração de normas especiais para educação de adultos seria competência do CEE. No exercício desta atribuição, o CEE baixou entre 1965 e 1970 diversas resoluções, autorizando o funcionamento de cursos noturnos com estrutura própria e normas complementares à legislação federal em relação aos exames de madureza.

O ensino primário supletivo, previsto pela Resolução 31/69 não chegou a ser implantado, tendo prevalecido as antigas escolas primárias noturnas, com currículo e duração idênticos ao ensino primário diurno e frequência facultada a maiores de 12 anos.

Entre 1966 e 1968 o CEE emanou pareceres e resoluções que resultaram no surgimento de cursos Ginásiais e Colegiais noturnos com calendário especial, e que vieram a ser conhecidos como "Mini Ginásios" e "Mini Colégios". Não se tratavam propriamente de cursos supletivos, e sim de cursos similares aos de ensino regular em que era facultada a exclusão das práticas educativas do currículo e a carga horária cumprida em calendários especiais, com redução das férias e recessos escolares, permitindo que o aluno concluísse o Ginásio ou Colégio em espaço de tempo menor. A frequência a esses cursos noturnos era permitida a jovens e adultos com mais de 16 anos.

Esses cursos com calendário especial funcionaram até 1976, quando a Deliberação 09/76 fixou um prazo limite de validade para a autorização de funcionamento e adaptação às novas normas do Ensino Supletivo previstas pela Lei 5692/71.

Quando o Ensino Supletivo começou a ser implantado em 1972, coexistiam no Paraná diversas iniciativas voltadas à educação de jovens e adultos: o Projeto Alfa, o Mobra, o Projeto Minerva, os Grupos Escolares Noturnos, os Ginásios Estaduais Noturnos, os Mini Ginásios, os Mini Colégios e Escolas Profissionalizantes Privadas, os Exames Supletivos de Educação Geral e Profissionalizantes e os cursos do SENAI, SENAC e PIPMO voltados ao ensino profissionalizante.

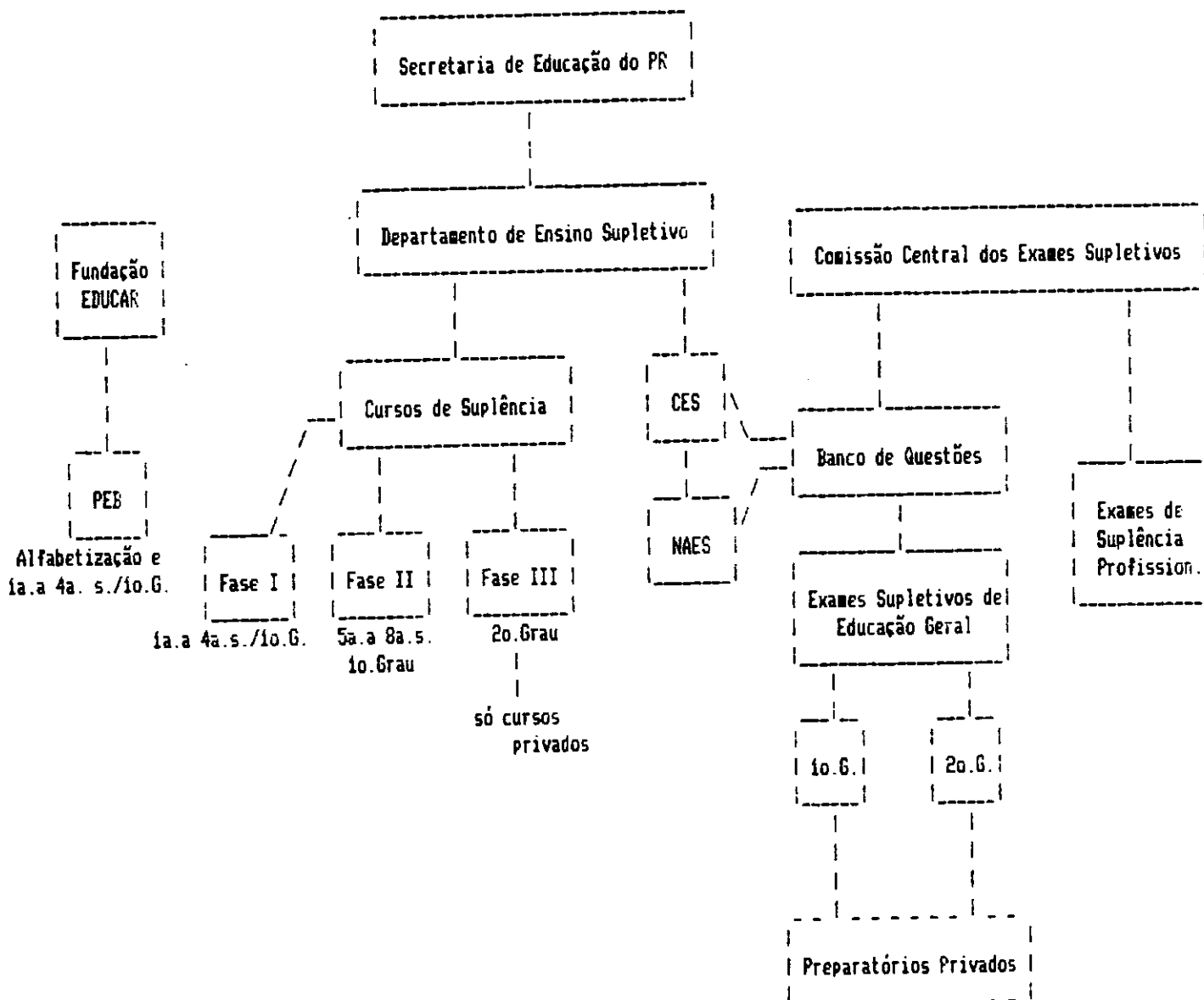
Os antigos Grupos Escolares e Ginásios Estaduais Noturnos foram sendo absorvidos pelos Cursos Supletivos Fase I e II. Estes últimos, embora tenham passado a atender uma clientela mais ampla (pois a idade mínima de ingresso foi reduzida de 16 para 14 anos), sofreram uma nítida redução. Se em 1972 os Ginásios Noturnos atendiam 198 Municípios, em 1980, os cursos supletivos Fase II abrangiam não mais que 61 Municípios, somadas as redes oficial e particular.

Na década de 70 o CEE emanou uma série de pareceres de cunho nitidamente privatizante (Pareceres 114/74, 104/75, 24/75), desestimulando a expansão da rede pública de ensino supletivo onde houvesse estabelecimento privado atuando no setor e até mesmo recomendando convênios para "compra de vagas" nas escolas particulares.

O ensino supletivo de 2o. grau através de cursos (Fase III) é mantido exclusivamente pela rede privada, muitas vezes como resultado da transformação dos antigos Colégios Profissionalizantes em Cursos Supletivos de 2o. Grau. Para estes cursos é prevista uma carga horária de 300 horas de formação profissional, dispensável em caso de comprovação de exercício profissional (apresentação de carteira de trabalho).

Mais recentemente o Estado tomou algumas iniciativas no sentido de diversificar a oferta pública de Suplência, criando os Centros e Núcleos de Estudos Supletivos (Deliberação 35/80 e 34/84), o Supletivo 1o. Grau via rádio e o Telecurso de 1o. e 2o. Graus.

IV. Quadro Geral de Atendimento na Suplência



Estrutura e Funcionamento da Suplência no Paraná - Quadro Síntese

Modalidade	Fase	Período	Equivalência com o ensino regular	Carga horária	Duração total	Requisitos p/ ingresso	Redes de ensino envolvidas	Observações
	Fase I	1o.	1a. e 4a. séries do 1o. grau	660hs/aula	2 semestres	14 anos	estadual * municipal	Avaliação no processo
		2o.		660hs/aula	2 semestres		particular	
F A S E	II	3o.	5a. série do 1o. grau	500hs/aula	1 semestre	Conclusão da Fase I, do antigo primário ou 1a. a 4a./IGI	estadual * municipal	Avaliação no processo
		4o.	6a. série do 1o. grau	500hs/aula	1 semestre	Conclusão do período precedente da Fase II ou equivalente do ensino regular	particular	
		5o.	7a. série do 1o. grau	500hs/aula	1 semestre			
		6o.	8a. série do 1o. grau	500hs/aula	1 semestre			
F A S E	III	1o.	1a. série do 2o.G.	650hs/aula	1 semestre	Conclusão do 1o.G. por via regular ou supletiva *	particular * estadual municipal	** 18 anos p/alunos que exerçam e comprovem atividade profissional e 21 anos os demais. Estes últimos devem receber + 300 hs de formação profissional. Avaliação no processo.
		2o.	2a. série do 2o.G.	650hs/aula	1 semestre	Conclusão de período antecedente da Fase III ou equivalente no ensino regular		
		3o.	3a. série do 2o.G.	650hs/aula	1 semestre			

Observação: para o ano de 1989 as Fases I, II e III estarão sujeitas a reformulações, que aguardam aprovação do CEE/PR.

Estrutura e Funcionamento da Suplência no Paraná - Quadro Síntese

Modalidade	Fase	Período	Equivalência com o ensino regular	Carga horária	Duração total	Requisitos p/ ingresso	Redes de ensino envolvidas	Observações
Exames de Educação Geral	1o.G.	---	1a. a 4a.s. do 1o.G. 5a. a 8a.s. do 1o.G.	----	----	14 anos 18 anos		
Geral	2o.G.		2o. grau	----	----	21 anos, sem necessidade de comprovar escolaridade anterior		
MAES	1o.G.	---	1o. grau	frequência	----	18 anos	estadual	Avaliação no processo mediante solicitação banca permanente de exames de massa.
CES	1o. e 2o. G.	---	1o. e 2o. Graus	livre	----	21 anos		

A. Programa de Educação Básica - PEB - da Fundação EDUCAR

A Fundação Educar atua no Paraná em convênio com as Prefeituras e entidades civis. Não há convênio com a Secretaria de Educação, e os demais convênios não estão sujeitos a supervisão e controle da SEED.

A Fundação Educar forneceu os seguintes dados para 86/87:

Educação Básica 1986/1987 - Metas e Conveniamento

Ano	Previsão de Atendimento		Conveniamentos				
	Classes	Alunos	Classes	%	Alunos	%	No. de Convênios
1986 (até 30/11/86)	1399	34.395	1207	90	30.755	89	355
1987 (até 02/03/88)	1714	34.980	1923	112	35.498	101	716

Fontes: Relatório de Atividades da Fundação EDUCAR - Período 1986.
Demonstrativo Físico do SICOP-87.

B. Cursos Supletivos Fase I (1a. a 4a. séries do 1o. Grau)

A Fase I corresponde ao ensino de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau com 2 anos de duração subdivididos em períodos anuais de 660 hs/aula e desenvolvido em etapas semestrais. Atende clientela com idade superior a 14 anos.

A Suplência Fase I foi criada a partir de 1976 e até 1980 era mantida por Convênio firmado entre o MOBRAF e o DESU/SEED. O Mobral cedia o material didático (o mesmo do Programa de Educação Integrada) e o DESU/SEED promovia a Orientação, Supervisão e Avaliação dos cursos.

Atualmente a Fase I mantida pela SEED é independente da Educar. De acordo com modificações introduzidas e que aguardam aprovação do CEE, a 1a. etapa será de alfabetização sem tempo limitado de duração, respeitando o ritmo próprio de cada aluno. A 2a., 3a. e 4a. etapas, todas com duração de 6 meses, correspondem respectivamente às 2a., 3a. e 4a. séries do 1o. Grau.

Segundo dados de 1980, a maioria dos docentes em exercício na FASE I é constituída por indivíduos com formação de Magistério de 2o. grau ou formação Pedagógica a nível de 3o. grau. São professores efetivos, pertencentes aos quadros do Magistério público estadual.

C. Cursos Supletivos Fase II (5a. a 8a. séries do 1o. Grau)

A Fase II corresponde ao ensino de 5a. a 8a. séries do 1o. Grau com 2 anos de duração subdivididos em 4 períodos semestrais de 500 hs/aula cada. Atende clientela com idade superior a 14 anos. O ensino é sistemático e a avaliação realizada no processo de aprendizagem.

D. Cursos Supletivos Fase III (2o. Grau)

A Fase III corresponde ao ensino de 2o. Grau e é desenvolvida em um ano e meio em 3 períodos semestrais de 650 hs/aula cada. A carga horária total da Fase III inclui ainda 300 hs de formação profissional. Atende clientela com idade superior a 18 anos desde que comprove exercício profissional mediante apresentação de Carteira de Trabalho (neste caso, são computadas as 300 hs de formação profissional). Caso contrário, só aceita alunos com mais de 21 anos e que devem cumprir as 300 hs de formação profissional.

A Fase III é desenvolvida quase que exclusivamente pela rede particular, e resulta da transformação dos Antigos Colégios Noturnos Profissionalizantes, existentes até 1976.

Suplência de Educação Geral - Fase I,II e III - 1o. Semestre 1987

	Municípios Atendidos			Número de escolas				Matricula 1o.Semestre 1987			
	Estad.	Munic.	Partic.	Estad.	Munic.	Partic.	Total	Estad.	Munic.	Partic.	Total
Fase I	16	01	07	95	02	12	109	2913	118	122	3153
Fase II	20	03	60	60	03	105	168	18189	805	17252	36246
Fase III	-	01	60	-	01	112	113	-	133	28188	28321
Total	36	05	127	155	06	229	390	21102	1056	45562	67920

Fonte: DESU. SEED. 1988.

E. Centros de Estudos Supletivos e Núcleos Avançados de Estudos Supletivos

De criação mais recente, os CES e NAES foram autorizados pelo CEE pelas Deliberações 35/80 e 34/84, respectivamente.

Trata-se de atendimento assistemático de 1o. e 2o. graus com metodologia de ensino personalizado, através de módulos de ensino. A frequência é facultada a estudantes com idade superior a 18 e 21 anos para cursar 1o. e 2o. graus, respectivamente. A avaliação é feita no processo ou nos exames de massa.

Os módulos de ensino variam de um CES para outro. Alguns CES e NAES adotaram os livros do Telecurso da Fundação Roberto Marinho, outros os módulos elaborados pelo DESU/SEED, e alguns elaboraram seus próprios módulos de ensino. Em geral as equipes docentes e técnico-pedagógica dos CES e NAES elaboram instrumentos de apoio, como os guias de estudo do 2o. Grau.

CES E NAES - Demonstrativo do Ano de 1987

CES e NAES		Início do ano		Alunos matriculados		Concluintes por disciplina		Evadidos		No Processo	
No. CES	07	1o. Grau	2o. Grau	1o. Grau	2o. Grau	1o. Grau	2o. Grau	1o. G.	2o. G.	1o. G.	2o. G.
No. NAES	24										
Munic. atend.	31	3279	632	16626	3423	6806	878	4593	1672	8506	1505

Fonte : DESU. SEED. 1988.

F. Exames Supletivos de Educação Geral

Os Exames Supletivos de Educação Geral de 1o. e 2o. graus são oferecidos 2 vezes ao ano desde 1973. As provas são elaboradas de maneira centralizada pelo Comissão Central dos Exames Supletivos (subsidiada pelo Banco de Questões) e aplicadas simultaneamente em diversos estabelecimentos autorizados pelo CEE.

Disponemos apenas de dados até 81 para o número de concluintes:

Concluintes dos Exames Supletivos de Educação Geral - PR - 1973/81

ANO	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
1o. G.	100	123	176	155	235	89	209	51	73
2o. G.	19	77	75	100	78	40	45	23	25

Fonte: CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, 1983.

Há dados sobre inscritos (total) e aprovados por disciplinas em 1986 (1o. semestre) e 1987:

Total de Inscritos e Aprovados em Exames de Educação Geral em 1986 (1o. semestre)

Grau	Total de inscritos no grau	Língua Portuguesa	L.Port.e Literat. Brasil.	História	Geo - grafia	Mate- mática	Ciências Físicas e Biol.	OSPB	E.M.C.	Inglês	Francês	Espanhol
1o.	1166	753	X	714	713	929	754	649	642	X	X	X
2o.	2016	X	1219	1209	1232	1712	1550	1050	971	693	38	499
Total	3182	753	1219	1923	1945	2641	2295	1699	1613	693	38	499

Fonte: DESU. Comissão Central dos Exames Supletivos. 13/05/86.

Total de Inscritos e Aprovados em Exames de Educação Geral em 1987

Grau	Total de inscritos no grau	Língua Portuguesa	L.Port.e Literat. Brasil.	História	Geo - grafia	Mate- mática	Ciências Físicas e Biol.	OSPB	E.M.C.	Inglês	Francês	Espanhol
1o.	15143	2091	X	2332	2140	2666	2147	1891	1876	X	X	X
2o.	32858	X	3693	4146	3915	5334	5020	3317	3164	2302	154	1791
Total	48001	2091	3693	6478	6055	8000	7167	5208	5040	2302	154	1791

Fonte: DESU. SEED. 1988.

G. Os Exames de Suplência Profissionalizante (2o. Grau)

Iniciados em 1977, os Exames de Suplência Profissionalizante a nível de 2o. grau destinam-se à habilitação de adultos com idade superior a 21 anos já inseridos na força de trabalho. Os candidatos devem comprovar formação de 1o. ou 2o. graus completos e 3 anos de experiência profissional.

Resultados dos Exames de Suplência Profissionalizante no Paraná - 1977/1981

Modalidades	1977		1978		1979		1980		1981	
	Insc.	Aprov.	Insc.	Aprov.	Insc.	Aprov.	Insc.	Aprov.	Insc.	Aprov.
Agricultura	-	-	-	-	-	-	03*	2 *	03	02
Edificações	-	-	-	-	11	02	-	-	-	-
Eletrônica	-	-	-	-	-	-	63*	0 *	54	0
Eletrotécnica	-	-	-	-	-	-	61*	0 *	47	0
Aux. Enfermag.	-	-	-	-	63 *	15 *	125	25	57	25
Aux. Tec. Enf.	-	-	-	-	125	45	-	-	-	-
Insp. Seg. Trab.	-	-	-	-	04	04	04	04	-	-
Mecânica	-	-	-	-	11	01	-	-	-	-
Ótica	-	-	-	-	41	29	23	09	-	-
Patolog. Clin.	-	-	-	-	19	13	19	13	07	05
Prótese Odont.	-	-	-	-	46	34	46	34	7	23
Química	14	0	-	-	23	16	-	-	-	-
Radiol. Med.	-	-	-	-	-	-	27	20	27	20
Secretariado	11	02	-	-	-	-	-	-	-	-
Telecomunic.	-	-	-	-	-	-	106	0	86	0
Trans. Imobil.	-	-	-	-	-	-	38	19	-	-
Total	25	2	-	-	381	178	515	148	281	75

Fontes: SEED/DESU/CCES. citado por ENS, R. T. [dados de 78 a 80]

CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. [dados de 77 a 81]

* Segundo o CFE não teria havido nem inscrições nem aprovações.

Obs: Em 1978 não foram realizados Exames no Paraná.

Tabela conferida pelo DESU-SEED.

Resultados dos Exames de Suplência Profissionalizante no Paraná - 1982/1988

Modalidades	1982		1983		1984		1985		1986		1987	
	Insc.	Aprov.	Insc.	Aprov.	Insc.	Aprov.	Insc.	Aprov.	Insc.	Aprov.	Insc.	Aprov.
Aux. Enfermag.	47	12	87	21	46	17	133	60	244	102	278	123
Téc. Trans. Imob.	235	82	324	58	244	113	315	-	1625	-	1563	-
Téc. Ótica	27	12	58	23	41	20	-	-	-	-	-	-
Téc. Eletrotec.	80	04	48	03	35	02	308	06	255	37	268	47
Téc. Telecomun.	47	03	53	02	61	07	88	06	84	13	93	-
Téc. Eletrônica	41	03	29	03	-	-	-	-	-	-	-	-
Téc. Mecânica	26	0	12	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Téc. Edificac.	31	0	12	01	-	-	-	-	-	-	-	-
Téc. em Radiol. Médica-Radiodiagnóstico	-	-	32	14	30	13	59	26	61	34	-	-
Instrumentador Cirúrgico	-	-	02	01	-	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria de Unid. de Inter.	-	-	04	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Téc. Agrimensu.	-	-	21	03	-	-	-	-	-	-	-	-
Téc. Patol. Clin.	-	-	-	-	-	-	21	13	14	07	-	-
Total	534	116	682	129	457	172	924	111	2283	193	2205	195

H. Teleducação

H1. Cursos através do rádio

No Estado do Paraná não há recepção organizada ou controlada de rádio.

H2. Cursos através da televisão

Segundo o relatório do CFE, o Estado do Paraná teria recepção organizada dos Telecursos de 1o. e 2o. graus, com avaliação em exames específicos para sua clientela. Os dados disponíveis para 1981 eram os seguintes:

	No. de Telepostos	Clientela
1o. grau	6	194
2o. grau	5	91
Total	11	295

Fonte: MEC.CFE. O Ensino Suelativo no Brasil. 1983.

Atualmente não há recepção organizada dos Telecursos 1o. e 2o. Graus, que é emitido livremente.

Alunos Atendidos pelo Departamento de Ensino Supletivo do 1o. Semestre de 1988

	1o. Grau Educação Geral	2o. Grau Educação Geral	2o. Grau Profissionalizante	TOTAL
Seriado Estadual	29.197	-----	-----	29.197
Seriado Municipal	1.332	223	-----	1.555
Seriado Particular	19.490	20.190	3.794	43.474
C E S	8.169	4.102	-----	12.271
N A E S	8.138	-----	-----	8.138
	66.316	24.515	3.794	2.428
HAPRONT	-----	-----	2.428	
Exames de Equivalencia 1a. a 4a. series	4.200	-----	-----	4.200
Exames de Educ. Geral	7.950	19.780	-----	23.730
Exames Profissiona- lizantes	-----	-----	12.989	12.989
Total	78.476	44.295	19.211	141.982

Fonte: SEE.PR/DES. 1988.

PERFIL DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO NO BRASIL

Estado do Rio Grande do Sul (2. versão-corrigida)

I. Dados Cadastrais

Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul
Departamento de Educação Especializada
Divisão de Ensino Supletivo
R. Carlos Chagas, 55 - 8. andar sala 813 - Centro
90.030 - Porto Alegre-RS
Fones: (0512) 24-7618/24-5444 Ramais 255/256
Coordenadora: Profa. Zulma Cruz Meira

Coordenação Estadual da Fundação EDUCAR
Av. Júlio de Castilhos, 596-8. andar - Centro
90030 - Porto Alegre-RS
Fones (0512) 26-8514
Coordenador: Prof. Briguino Carlos Farias de Oliveira

II. Demanda por Ensino Supletivo

Segundo os dados do Censo de 1980, os déficits de escolarização da população jovem e adulta no Rio Grande do Sul eram os seguintes:

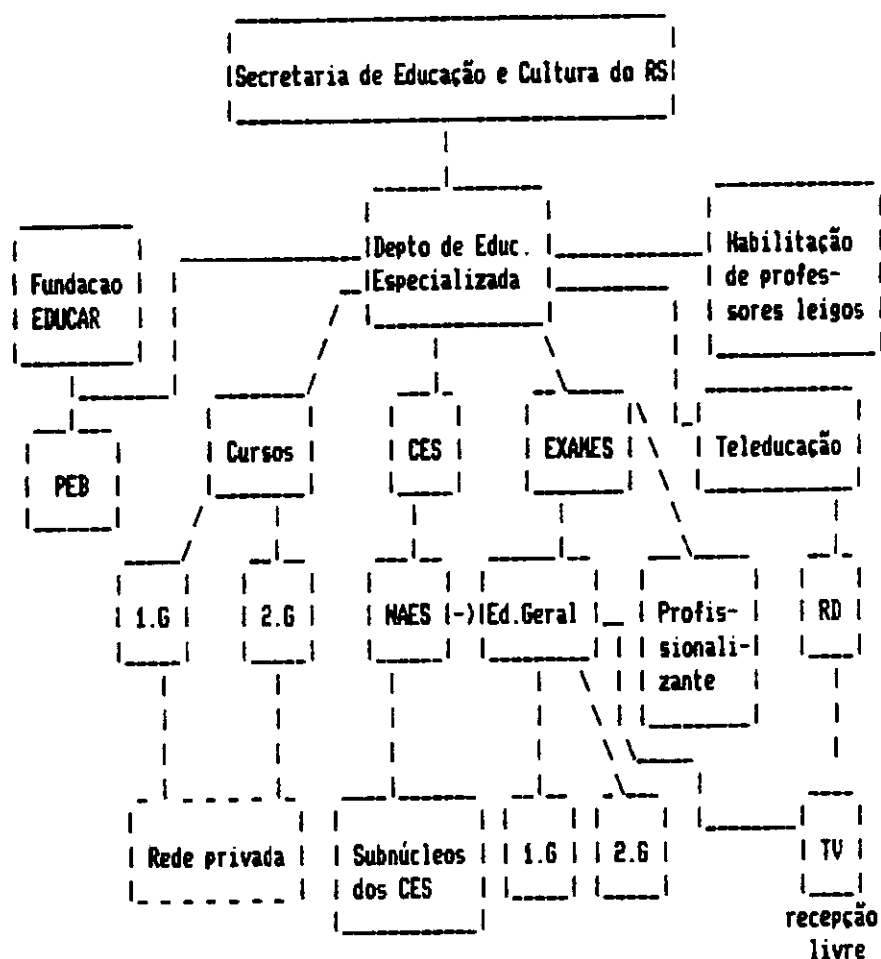
Déficits de Escolarização da População com 15 anos e mais - RS/1980

População Total c/ 15 anos e mais	Não sabem ler e escrever	X	Sem instrução ou ou c/ menos de 1 ano de estudo	X	De 1 a menos de 4 anos de estudo	X	De 4 a menos de 8 anos de estudo	X
5.254.459	709.466	13,50	714.267	13,59	994.389	18,92	2.468.586	46,98

Fonte: IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - IBGE

Embora seja um dos Estados com menores índices de analfabetismo, o RS apresentava numeroso contingente de jovens e adultos que não haviam concluído a escolaridade básica, especialmente aquela referente as quatro últimas séries do 1. grau.

III. Quadro Geral do Atendimento na Suplência



A. Programa de Educação Básica - PEB - da Fundação Educar

A alfabetização de adultos e a suplência de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau cabem à Fundação Educar, em convênio com as Prefeituras, entidades e empresas.

Os dados gerais disponíveis para 1986/1987 são os seguintes:

Quadro Demonstrativo de Metas e Conveniamento para o PEB-RS - 1986/1987

Ano	Previsão de Atendimento		Conveniamento				
	Classes	Alunos	Classes	X	Alunos	X	N. de convênios
1986	1.257	23.917	1.272	101	24.392	102	322
1987	2.560	45.801	2.819	110	55.478	121	648

Fontes: Relatório de Atividades da Fundação EDUCAR - Período 1986.
Demonstrativo Físico do SICOP-87.

Estes dados apontam para um crescimento significativo dos convênios e atendimento para 1987 em relação ao ano de 1986. É possível que tais dados estejam superestimados, pois não coincidem com os dados colhidos na Coordenação Estadual da Educar/RS, como veremos a seguir.

A SEC-RS mantém convênio com a Educar para um pequeno número de classes em 8 das 39 Delegacias de Ensino (em 1988). Pelo procedimento usual, a Delegacia de Ensino elabora um projeto de acordo com os seus interesses, submete o projeto ao DESU e este o remete à Educar. A supervisão do projeto cabe à Delegacia de Ensino. Os professores pertencem ao quadro da rede estadual, possuem a habilitação a nível de magistério de 2o. Grau e são remunerados pelos padrões da rede. O material didático utilizado varia de projeto para projeto.

A Educar mantém no RS convênios com as Prefeituras Municipais, empresas e entidades, na oferta de cursos do Programa de Educação Básica. Em 1987, 180 dos 202 municípios do Estado possuíam algum tipo de atendimento.

Os antigos PAF e PEI vêm sendo paulatinamente substituídos pelo PEB, que já está totalmente implantado nas etapas 1 e 2. Como o material didático da 3a. etapa ainda não ficou pronto, ela vem sendo atendida através do PEI.

Os dados disponíveis para 1987 são os seguintes:

SITUAÇÃO DE CONVENIAMENTO - DADOS DE OUTUBRO/1987

Tipo de entidade conveniada	Número de convênios	P R O G R A M A S										T O T A L	
		PEB 1		PEB 2		PEB 3		PEI		OUTROS		Classe	Alunos
		C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.		
Prefeitura/Secr.	279	499	9297	389	7351	01	34	323	7014	-	-	1212	23696
Entidades Cívis	72	269	5410	83	1544	-	-	16	341	-	-	368	7295
Outros	08	26	448	15	280	03	60	03	60	-	-	47	848
TOTAL	359	794	15155	487	9175	04	94	342	7415	-	-	1627	31839
Meta da Coordenação	-	790	16258	688	13273	334	7220	-	-	-	-	1812	36751

Fonte: DIROP/DESUP - RS/9.87

A Educar/RS vem incentivando experiências inovadoras e ações diferenciadas, como a capacitação de técnicos para atuarem como monitores nas empresas (caso da Massey-Ferguson de Caxias), convênios nas Universidades para preparação de monitores leigos nas zonas rurais e pequenos municípios, articulação da educação básica com semi-qualificação profissional, etc...

B. Cursos de Suplência de 5a. a 6a. séries do 1o. Grau e de 2o. Grau

É difícil caracterizar os cursos supletivos de 1o. e 2o. Graus com avaliação no processo de aprendizagem devido à diversidade e flexibilidade conferida pela legislação. Está em vigor a Resolução 189/87 do CEE/RS que fixa as idades mínimas de 14 e 18 anos para ingresso nos cursos supletivos de 1o. e 2o. Graus, respectivamente, e que permite que cada escola estabeleça seu projeto de curso e o submeta ao CEE, combinando ou não ensino direto e indireto, com grande flexibilidade no que concerne à estrutura e funcionamento. A legislação é complementada ainda pelo Parecer 420/85 que disciplina o aproveitamento de estudos, facultando às escolas dispensar os alunos que tenham obtido certificados de uma ou mais disciplinas através dos CES ou Exames de Educação Geral.

Em 1988 havia 112 unidades escolares que ofereciam ensino supletivo do 1o. Grau, predominando aquelas mantidas pela rede estadual. A nível de 2o. Grau havia 11 escolas, com amplo predomínio da rede privada de ensino.

C. Os Centros, Núcleos e Subnúcleos de Estudos Supletivos

Em 1986 o Estado do Rio Grande do Sul oferecia ensino supletivo indireto e semi-direto através de ensino personalizado com módulos didáticos em 6 CES, 38 Núcleos e 10 Sub-Núcleos situados na capital e interior. Em 1988 são 6 CES, 40 NOES, 15 Sub-Núcleos e 3 Naces.

Dos 6 CES, 2 localizam-se na Capital e 4 no Interior (Santo Angelo, Cruz Alta, Caxias e Rio Grande). 16 Núcleos dos 38 existentes estavam situados em presídios.

Nos CES a avaliação é realizada na própria unidade, ao longo do processo de aprendizagem. Já os núcleos e sub-núcleos remetem seus clientes aos exames supletivos de educação geral.

A estrutura dos CES assemelha-se àquela dos demais existentes no país. A coordenação cabe à Direção, constituída por um Diretor Geral, um Vice-Diretor Pedagógico, um Vice-Diretor Administrativo que constituem o Conselho Administrativo Pedagógico. A organização e controle do fluxo da clientela cabe ao setor de Tráfego. A ação pedagógica é planejada e coordenada pela Supervisão Pedagógica, à qual se vincula a Orientação de Aprendizagem, constituída pelos professores das 14 disciplinas do currículo de 1o. e 2o. Graus. O setor de avaliação é o encarregado da elaboração, testagem e aplicação da avaliação do desempenho, assim como da organização do Banco de Questões. Quando o CES dispõe de estrutura, possui também um setor de nivelamento de dificuldades de aprendizagem. Os CES possuem ainda um Serviço de Orientação Educacional, de Biblioteca e Audio-Visual e de Secretaria.

O funcionamento prevê atendimento individualizado, sem frequência obrigatória do aluno. Os módulos de ensino utilizados são editados pelo IBEP e estão sendo progressivamente substituídos por material produzido nos próprios Centros. O cliente recebe os módulos de ensino e orientação de aprendizagem, e quando apresentar aproveitamento pode passar ao módulo seguinte. O CES expede certificados para os clientes aprovados em todas as disciplinas do grau, e também certificados de aprovação nas disciplinas em separado.

Os Núcleos possuem uma estrutura simplificada, constituída por um Coordenador, um Supervisor, um Professor responsável pelo setor de Trânsito, o Orientador Educacional e os Orientadores de Aprendizagem das disciplinas. Em alguns casos há o Professor nivelador, que orienta grupos que não possuem base suficiente para acompanhar os módulos e necessitam reforço de alfabetização, utilizando o material didático da Fundação Educar.

Há vários projetos inovadores em andamento particularmente no CES de Porto Alegre, como oficina de redação, clube de leitura e computação.

D. Teleducção

Há no RS recepção livre dos programas nacionais SP6 e SSG via Rádio e dos Telecursos de 1o. e 2o. Graus, porém não há recepção controlada ou organizada em radiopostos ou telepostos.

Em obediência à Portaria Inter-Ministerial 568/80, que determina os horários obrigatórios de rádio-educativo, a SEC/RS produz programas que são transmitidos pelas emissoras comerciais. As ofertas que afetam a suplência são: "Série Supletivo de 1o. Grau" (5a. a 8a. séries); "Preparação para o Trabalho" (1a. a 4a. séries do 1o. Grau); "Curso de Preparação aos Exames de Inglês do 2o. Grau". É surpreendente que um Estado com tantas modalidades de emissão não disponha de qualquer sistema de recepção organizada. a FEPLAM - Fundação Educacional Padre Landell de Moura - possui uma rede de "radiopostos" que, segundo informações recentes, não adotam a tecnologia do rádio...

E. Projeto de Habilitação de Docentes Leigos

A SEC do RS mantém um projeto próprio (distinto do LOGOS) de habilitação de docentes leigos que regem classes de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau. Segundo resolução do CEE, cada agência (escola estadual ou privada) interessada em oferecer esta modalidade de ensino supletivo elabora um projeto e o submete à aprovação do Conselho. A metodologia pode variar: ensino direto, indireto ou instrução personalizada. Atualmente há no Estado 8 instituições que mantêm cursos desta natureza. Como eles habilitam professores do ensino municipal, espera-se a colaboração das Prefeituras no financiamento destes projetos.

F. Exames Supletivos

Os Exames Supletivos de Educação Geral de 1. e 2. Graus (1) são oferecidos duas vezes ao ano para clientela com idade superior a 18 e 21 anos respectivamente.

Os dados históricos disponíveis são os seguintes:

Ano de Conclusão em Exames Supletivos de Educação Geral - RS: 1972/81

Ano Grau	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
1.G	180	660	906	1309	1044	1064	1294	870	459	444
2.G.	96	582	863	842	859	582	814	358	550	491

Fonte: MEC. CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, 1983.

A procura pelos exames vem crescendo bastante nos últimos anos. Em 1987, o número de inscritos foi o seguinte:

Exames Supletivos de Educação Geral - RS - número de inscritos em 1987			
Grau	Primeira Oportunidade	Segunda Oportunidade	Total
1o.	14.542	12.231	26.773
2o.	19.377	16.881	36.258
Total	33.919	29.112	63.031

Fonte: SEE.DESU.

(1) Sobre o Assunto leia-se: HILDEBRAND, M. Helena Bastos. Os deserdados da educação brasileira; análise das expectativas da clientela dos exames supletivos. Porto Alegre, UFRGS, 1984.

Os Exames de Suplência Profissionalizante de 2o. Grau são oferecidos anualmente desde 1977 a candidatos com idade superior a 21 anos que comprovem três anos de exercício profissional.

Concluintes em Exames de Suplência Profissionalizante - RS - 1979/1982

Modalidades Técnicas	1979	1980	1981	1982
Administração (Assist)	21	--	--	--
Eletrônica	--	--	7	9
Eletrotécnica	--	--	--	16
Enfermagem	102	--	38	24
Inspetor Seg. do Trab.	--	--	--	27
Mecânica	46	--	--	33
Processamento de Dados	--	--	--	--
Química	20	--	--	--
Radiologia Médica	--	--	47	--
Secretariado	2	--	--	--
Serviços Bancários	--	--	5	--
Total	191	--	97	109

Fonte: MEC.CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, 1983.

N. de Concluintes por Modalidade e Grau em Exames Supletivos-RS

Ano	N. de Certificados-Educação Geral		Sup. Profissionalizante (2.Grau)	
	1. Grau	2. Grau	N.de Certificados	N. de Diplomas
1983	837	782	54	82
1984	1088	1184	--	--
1985	1329	1050	55	123
1986	--	--	--	--

Fonte: MEC. SG. SEEC. Sinopse do Ensino Supletivo-Exames: 83/86. Brasília, 1988.

Quadro Geral do Atendimento ao Ensino Supletivo - Função Suplência - no RS/1986-87

Modalidades e Programas	Nível de Ensino	1986				1987			
		No. de Estabelecimentos			Matricula	No. de Estabelecimentos			Matricula
		Munic.	Estad.	Partic.		Munic.	Estad.	Partic.	
P PAF-Programa de E Alfabetização Funcional	Alfabetização	—	05	—	148	—	04	—	97
B PEI-Programa de Educação Integrada	1a. a 4a. séries do 1o. Grau	—	44	—	2049	—	30	—	1449
Cursos Supletivos de 1o. Grau (Res.137/78)	5a. a 8a. séries do 1o. Grau	—	100	07	27658	—	106	07	27380
Cursos Supletivos de 2o. Grau (Res.182/86)	2o. Grau	—	01	06	4061	—	01	06	4500
CES - Centros de Estudos Supletivos	1o. e 2o. Graus	—	06	—	6346	—	06	—	5405
NOES- Núcleos de Orien- tação do Ens.Supletivo	1o. e 2o. Graus	—	39	—	9531	—	40	—	10593
Habilitação de Docentes Leigos	2o. Grau	01	09	04	1082	01	05	02	919

Fonte: SEE/RS. DESU. GFI. 1988.

PERFIL DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO NO BRASIL

Estado de Santa Catarina (2a. versão)

I. Dados Cadastrais

Secretaria de Educação de Santa Catarina
Coordenadoria de Ensino
Divisão de Educação de Adultos
88000 - Florianópolis - SC
fones (048) 222.3877 r.217
Diretora da SUESU: Rosamaria Beck Monguilhott (1986)
Celina Cordioli (1987/88)

Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis
Cidade Universitária
Caixa Postal 5006
88000 - Florianópolis - SC
fones (048) 233.9245
Secretário: Julio Wiggers

Coordenação Estadual da Fundação EDUCAR
Rua Dom Joaquim, 141 - 3o. andar - Centro - Cx.P. 1131
88015 - Florianópolis-SC
fones (048) 223.3944 - Telex: (482) 0105
Coordenador: Salvador dos Santos
Coordenadora Adjunta: Evanir Dario

II. Demanda por Ensino Supletivo

Os dados de instrução da população catarinense fornecidos pelo Censo de 89 permitem-nos inferir a clientela potencial do ensino supletivo de 1o. Grau:

Déficits de escolarização da população com 15 anos e mais: 1980 - SC

População total com 15 anos e mais	Não sabem ler e escrever	X	Sem instrução ou com menos de um ano de estudo	X	De 1 a menos de 4 anos de instrução	X	De 4 a menos de 8 anos de instrução	X
2.262.710	302.937	13,39	294.544	13,02	497.493	21,99	996.632	44,05

Fonte: IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980. IBGE.

Observação:

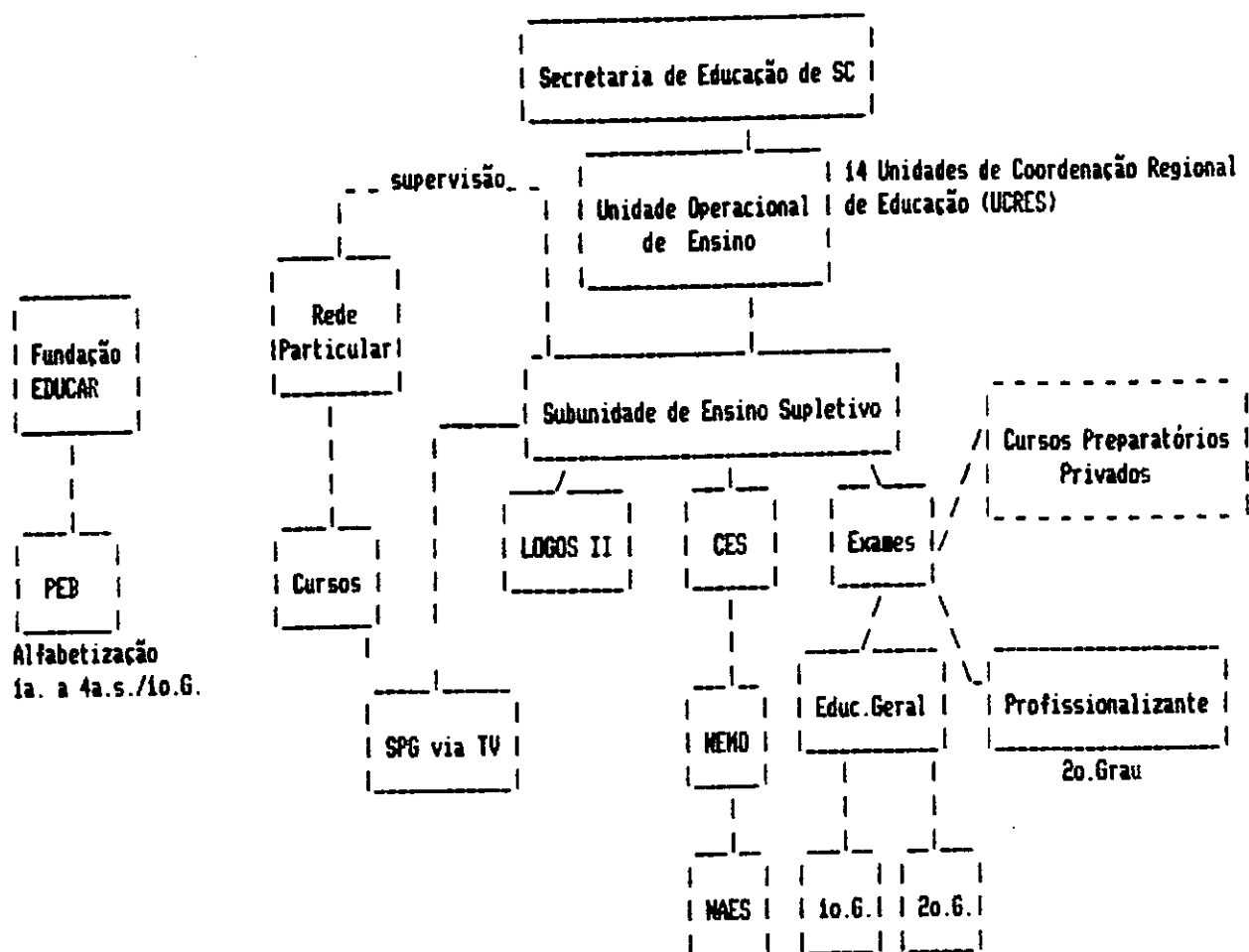
Observa-se na tabela uma incoerência: a população analfabeta ("não sabem ler e escrever") é superior à população "sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo". Seria de se esperar que ocorresse o contrário, pois a 2a. categoria compreende a 1a. Tal incoerência só ocorre nos dados do Censo relativos a SC. Consultamos o IBGE a este respeito e obtivemos as seguintes informações:

- Os resultados da 1a. variável, alfabetização, são obtidos do próprio universo do levantamento através da agregação do conjunto de pessoas que possuem o mesmo atributo. Já a 2a. variável, sem instrução e menos de 1 ano, é obtida através da expansão do atributo em relação ao universo (vide Metodologia do Censo Demográfico - Volume 4).
- O IBGE não constatou diferenças de características entre a amostra e o universo que pudessem evidenciar tendenciosidade na coleta ou tamanho inadequado da amostra.
- As variáveis de apuração dos dois atributos são independentes. Por exemplo, é possível que pessoas com mais de 1 ano de estudo tenham declarado não saber ler ou escrever.

III. Cronologia da Implementação de Projetos de Educação Supletiva em Santa Catarina (Redes Públicas)

- 1948 - Criação de Escolas Profissionais Femininas - EPF.
- 1973 - Convênio com o Serviço de Rádio-Difusão Educativa - Projeto Minerva.
- 1974 - Convênio com o Mobral para realização do programa de Educação Integrada.
 - Exames Supletivos de Educação Geral - 1o. e 2o. Graus.
- 1975 - Projeto de Capacitação de Recursos Humanos, em convênio com o Ministério da Educação e Cultura.
- 1977 - Criação do Centro de Estudos Supletivos - CES 1o. Grau.
 - Implantação dos Exames Supletivos Profissionalizantes - 2o. Grau.
- 1978 - Implantação Projeto Logos II.
- 1981 - Convênio com o Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o meio rural - PRONASEC - Rural.
- 1982 - Convênio com a Organização Reconstrução e Trabalho - ORT - Sistema de Educação à Distância - SAED.
 - Convênio com o Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e culturais às populações carentes urbanas - PRONASEC - Urbano.
- 1983 - Criação do Núcleo de Ensino Modularizado - NEMO.
- 1984 - Criação da Escola de Produção de Canoinhas.
- 1985 - Criação dos Núcleos Avançados de Ensino Supletivo - MAES.
- 1986 - Programa de Educação Básica da Fundação Educar substitui PAF e PEI.
 - Implantação do 2o. Grau no CES.

IV. Quadro Geral do Atendimento no Ensino Supletivo



A. Programa de Educação Básica (PEB) - EDUCAR

A alfabetização de adultos e o ensino supletivo de 1a. a 4a. séries do 1o. Grau em Santa Catarina são responsabilidade da Fundação EDUCAR, conveniada com Prefeituras, entidades da sociedade civil, empresas e instituições educacionais.

Os professores que atuam nos projetos/convênios são contratados pelas entidades convenientes pelo regime CLT. Para atuar no PEB, um dos critérios de seleção dos professores é habilitação a nível de 2o. grau na área educacional. Somente na zona rural quando não se tem disponível elementos habilitados são recrutados professores leigos, sendo que estes normalmente atuam na rede regular de ensino.

A capacitação dos professores, no ano de 1988 passou a ser de responsabilidade das entidades convenientes, tendo em vista a caracterização da EDUCAR como órgão de fomento.

Considerando que as Secretarias Municipais de Educação dos Municípios de pequeno porte não possuem estrutura na área educacional, a Coordenação de Santa Catarina firmou Termo de Intenções com a Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE para que as mesmas prestem assessoramento aos municípios nos momentos de capacitação de professores.

Nos casos em que as entidades, por suas características, não tenham condições de assumir a capacitação o corpo técnico da Coordenação ministra o treinamento de professores.

A grande maioria das entidades vem adotando a proposta metodológica da EDUCAR; somente os municípios de Florianópolis, Criciúma e Lages vêm desde 1987 experienciando novas propostas de trabalho e criando para as mesmas materiais didáticos a partir da realidade da clientela envolvida (1).

A Secretaria de Educação do Estado está formulando seu projeto para o PEB, e o convênio com a Educar ainda se encontra em fase de negociação.

Os dados relativos ao PAF e PEI de 80 e 87 são os seguintes:

Dados Estatísticos Referentes ao Programa de Educação Integrada - PEI

ANO	No. Alunos Conveniados	Perda de Mobilização	X	No. Alunos Invadidos	No. Alunos Evadidos	X	No. Alunos Aprovados	X
1980	2.643	144	5,4	108	1.052	39,8	1.447	54,7
1981	2.194	186	7,7	282	1.302	54,3	906	37,8
1982	2.426	281	9,5	430	1.043	42,9	1.152	47,4
1983	2.024	795	39,2	233	848	41,8	381	18,8
1984	7.382	2.364	32,0	1.804	2.657	35,9	2.361	31,9
1985	6.423	111	1,7	1.463	3.599	56,0	2.713	42,2
1986	2.109	894	42,3	183	963	45,6	252	11,9
1987	3.940	*	*	404	1.641	41,6	*	*
Total	29.341	4.725	16,1	4.907	13.105	44,6	9.210	31,3

Dados extraídos do setor de processamento da EDUCAR/SC.

(1) Sobre estas experiências veja-se: ENCONTRO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS (I: Florianópolis, SC: 1987). Alfabetização e Educação Básica. Florianópolis, EDUCAR/SEE/UEDESC, 1987.

Dados Estatísticos Referentes ao Programa de Alfabetização Funcional - PAF

ANO	No. Alunos Conveniados	Perda de No- bilização	X	No. Alunos Invadidos	No. Alunos Evadidos	X	No. Alunos Aprovados	X
1980	25.345	381	1	5.262	10.891	43	14.073	55
1981	6.861	1.140	16	489	2.871	41	2.850	41
1982	5.136	795	15	607	2.132	41	2.209	41
1983	7.658	426	5	1.421	4.199	55	3.033	40
1984	8.368	1.946	23	2.623	2.818	34	3.604	43
1985	8.546	1.580	18	1.642	3.485	41	3.481	41
1986	7.338	2.082	28	556	3.345	45	1.951	26
1987	4.060	*	*	155	530	13	*	*
Total	73.312	8.352	11	12.755	30.271	41	31.161	43

Dados extraídos do setor de processamento da EDUCAR/SC.

Os dados disponíveis relativos ao PEB são os seguintes:

ANO	Previsão de Atendimento		Conveniamto				
	Classes	Alunos	Classes	X	Alunos	X	No. de Convênios
1986	1081	17.277	707	65	13.590	79	146
1987	1690	29.589	342	21	5.823	19	126
1988*	—	—	354	—	6.283	—	78

Fontes: Relatório de Atividades da Fundação EDUCAR - 1986.
 Demonstrativo Físico do SICOP - 87.
 Coordenação Estadual da Fundação EDUCAR-SC. 1988.

(*) dados até julho de 1988.

É interessante notar o decréscimo do número de classes e alunos conveniados pela EDUCAR entre 86 e 87, reduzindo em mais de 50% o atendimento neste nível de suplência.

Os dados mais recentes do PEB referem-se a 15/08/88:

Atendimento do PEB em SC - em 15/08/88

Etapa do PEB	Classes	Alunos	Evadidos	Invalidos	Mun. Atendidos	Total de Convênios
PEB I	203	3.406	275	50	—	—
PEB F	230	4.083	176	75	—	—
Total	433	7.489	451	125	59	92

Fonte: Coordenação Estadual da Fundação Educar/SC. 1988.

B. Cursos Supletivos com Avaliação no Processo de Aprendizagem

Em Santa Catarina, apenas a rede particular de ensino oferece cursos supletivos de 1. e 2. Graus com avaliação no processo de aprendizagem. A supervisão destes cursos é efetuada pela SUESU por solicitação do CEE, que autoriza seu funcionamento. Segundo JENSEN (1) havia em 1980 em SC 43 cursos supletivos privados autorizados pelo CEE.

Possuímos dados apenas para o ano de 1981:

**Matrículas e Conclusões em Cursos Supletivos com Avaliação no Processo
Santa Catarina - 1981**

	1. GRAU			2. GRAU		
	Rede Est.	Rede Priv.	Total	Rede Est.	Rede Priv.	Total
Matrículas	350	4710	5060	—	1542	1542
Concluintes	42	...	42	—

Fonte: MEC.CFE. Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, 1983.

Obs.: Os números indicados na rede estadual de 1. Grau devem referir-se ao CES.

(1) JENSEN, Rea. Montagem de um modelo de supervisão para o Ensino Supletivo do Estado de Santa Catarina. Porto Alegre, UFRGS. 1980. (dissertação de mestrado).

A Secretaria de Educação, através da Divisão de Ensino Supletivo, não pode oferecer dados estatísticos atualizados sobre os cursos supletivos privados, informando apenas que são em número de 34 no 1o. Grau e 18 no 2o. Grau, em 1988.

C. CES, MEMO e MAES

A política estadual de ensino supletivo privilegia a oferta de cursos com metodologia de ensino indireto, através de instrução personalizada com módulos didáticos.

Este atendimento é realizado no CES (Centro de Estudos Supletivos) da Capital, nos 13 MEMOS (Núcleos de Ensino Modularizado) localizados em cidades de porte médio e nos 17 MAES (Núcleos Avançados de Educação Supletiva).

O CES de Florianópolis foi criado em outubro de 1976 por convênio firmado entre o DESU/NEC e a SUESU, e nos primeiros anos apresentou elevada evasão e baixíssimo rendimento: até 1979, apenas 13 cursistas haviam obtido certificado de 1. Grau, e até 1982 o total de concluintes era de apenas 31 alunos. Entre 1980/81 o CES passou por uma reformulação, criando grupos para atendimento de dificuldades de aprendizagem, e o rendimento melhorou. Em 1986 o CES atendia ia. a 4a. séries (sem convênio com EDUCAR) e 5a. a 8a. séries do 1. Grau, com 169 módulos didáticos elaborados pelos próprios professores do Centro; estavam implantando o 2. Grau, utilizando os Módulos do CETEB.

Em 1987 o CES de Florianópolis havia recebido 4373 matrículas e possuía 1500 alunos frequentando regularmente o Centro.

Os MEMOS oferecem apenas o 1. Grau a um número máximo de 250 clientes. Estão instalados em unidades escolares da rede pública regular, utilizando 2 salas: uma para administração e outra para atendimento. Não há cabines, biblioteca nem recursos audio-visuais. O pessoal é constituído por 1 Coordenador, 1 responsável pelo tráfego e 5 professores.

Os MAES são extensões dos MEMOS, que supervisionam a avaliação no processo. Possuem apenas 3 professores: um de Português, um da área de Estudos Sociais e outro de Ciências e Matemática. Atendem apenas 1o. Grau.

Há ainda unidades volantes instaladas em Kombis que se deslocam a locais cedidos pelas comunidades ou a repartições públicas e aí permanecem por períodos de 2 a 3 horas para atendimento aos clientes.

Clientela dos CES, MEMOS e MAES de SC - 1983/85

Ano	1983	1984	1985
Clientes	1352	2100	4143

Fonte: SE. SUESU. 1986.

D. SPG via TV

No que concerne à Teleducação, existem dois núcleos de recepção organizada do Telecurso 1o. Grau, via TV, em caráter experimental, atendendo clientela com idade superior a 14 anos. Utilizam-se os fascículos da Fundação Roberto Marinho.

E. LOGOS II

O Logos II é um projeto de habilitação a nível de Magistério de 2. Grau de professores leigos que atuam no ensino de 1a. a 4a. séries do 1. Grau, mediante instrução personalizada através de 230 módulos de ensino e 500 horas de estágio supervisionado.

O Projeto Logos II foi implantado em Santa Catarina em 1979 na UCRE de Chapecó, atendendo inicialmente 75 professores leigos. O Plano de Revitalização do Ensino Supletivo - 1980 a 1985 previa a expansão do LOGOS II ao planalto e oeste catarinenses, através da implantação de núcleos nas UCRES de Lages, S. Miguel do Oeste, Mafra, Caçador, Joaçaba e Concórdia.

Atualmente o Projeto Logos II atende 20 Municípios e adota os módulos do CETEB.

F. Exames Supletivos

Os Exames Supletivos de Educação Geral são oferecidos duas vezes ao ano para candidatos com idade superior a 18 e 21 anos, respectivamente ao 1. e 2 Graus. As provas são realizadas nas 14 sedes das UCRES.

Concluintes nos Exames de Educ. Geral em S.C.

Ano	1. Grau	2. Grau
1972	1534	1091
1973	1259	1479
1974	124	225
1975	331	379
1976	522	266
1977	786	538
1978	525	855
1979	242	757
1980	168	677
1981	209	366

Fonte: MEC. CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília. 1983.

Os Exames de Suplência Profissionalizantes de 2o. Grau são oferecidos anualmente desde 1979 a candidatos com 1. grau completo, idade mínima de 21 anos e 2 anos de experiência profissional comprovada.

Concluintes em Exames de Suplência Profissionalizantes - SC - 1978/1982

Modalidades Técnicas	1978	1979	1980	1981	1982
Agrimensura (Técnico)	--	10	--	--	11
Eletrotécnico (Técnico)	--	4	16	17	--
Enfermagem (Auxiliar)	54	75	116	--	47
Enfermagem (Técnico)	45	--	--	--	--
Ótica (Técnico)	--	--	--	24	--
Telecomunicações (Tec.)	--	--	--	16	--
Total	99	89	132	57	58

Fonte: MEC.CFE. O Ensino Supletivo no Brasil. Brasília, 1983.

No. de Concluintes por Grau e Modalidades - Exames - Santa Catarina

Ano	Educação Geral		Profissionalizantes (2.G)	
	Certificado de 1.Grau	Certificado de 2.Grau	Certificados	Diplomas
1983	152	316	60	157
1984	--	--	--	--
1985	196	488	77	192
1986	--	--	--	--

Fonte: MEC.SG.SEEC. Síntese do Ensino Supletivo-Exames: 1983/86. Brasília.1988.

MENTELA DO ENSINO SUPLETIVO NA REDE ESTADUAL EM SANTA CATARINA - 1980 A 1988

	1980			1981			1982			1983			1984		
	No Proc.	Concl.	Evad.	No Proc.	Concl.	Evad.	No Proc.	Concl.	Evad.	No Proc.	Concl.	Evad.	No Proc.	Concl.	Evad.
1o. Grau (5a. a 8a. séries)															
NEAD										647	22	52	1313	291	19
MAES															
CES	252	08	100	273	42	110	261	50	104	267	88	106	594	128	237
EXAME	3488	167		1123	288		1665	114		1768	151		1418	130	
Sub-total	3738	175	100	1396	250	110	1926	164	104	2702	261	158	3325	549	256
2o. Grau															
CES															
LOGOS II	75			479	63	57	887	261	349	382	458	112	1125	394	347
EX. ED. GERAL	8875	676		3088	365		4203	177		4848	315		4333	265	
EXAME PROFIS.	318	67		99	42		386	112		426	235			265	
Sub-total	9268	763		3664	470	57	5476	550	349	5656	1008	112	5458	659	347
Qualif. Profis.															
EPF							5012	4396	616	4433	4101	332	5730	4420	1310
SAED													125	75	58
Sub-total							5012	4396	616	4433	4101	332	5855	4495	1368
Total Geral	23008	938	100	5060	720	167	12414	5110	1069	12791	5370	602	14638	5703	1923

Fonte: SEE/CODEN/DIVEA

(Continuação)

(con

CLIENTELA DO ENSINO SUPLETIVO DA REDE ESTADUAL EM SANTA CATARINA - 1980 A 1988

	1985			1986			1987			TOTAL		
	No Proc.	Concl.	Evad.	No Proc.	Concl.	Evad.	No Proc.	Concl.	Evad.	No Proc.	Concl.	Evad.
1o. Grau (5a. a 8a. séries)												
MEMO	2812	492	573	2754	592	388	3160	661	823	10888	2058	1855
MAES	—	—	—	—	—	—	2106	709	407	2105	709	407
CES	1223	143	489	1086	120	435	1199	125	480	5155	704	2061
EXAME	1471	84	—	2439	169	—	4489	147	—	17879	1170	—
Sub-total	5506	719	1062	6279	881	823	10953	1642	1710	35925	4641	4323
2o. Grau												
CES	133	01	—	396	06	198	788	24	394	1317	31	592
LOGOS II	2049	450	162	1037	351	225	449	549	140	5843	2521	1392
EX. ED. GERAL	5367	488	—	10524	459	—	8900	502	—	50138	3247	—
EXAME PROFIS.	318	269	—	—	—	—	1255	1035	—	2802	1780	—
Sub-total	7227	1208	162	11957	816	423	11392	2105	534	60099	7579	1984
Qualif. Profis.												
EPF	9697	8183	1514	10405	9172	1233	12007	110518	1489	47284	140790	6494
SAED	352	278	74	290	218	72	263	230	33	1030	801	229
Sub-total	10049	8461	1588	10695	9390	1305	12270	110748	1522	48314	141591	6323
Total Geral	22782	10388	2812	28931	11087	2551	34615	114495	3766	144237	153811	12630

Fonte: SEE/CODEN/DIVEA

CLIENTELA DO ENSINO SUPLETIVO DA REDE ESTADUAL - 1987

	1 9 8 7			
	Número	C L I E N T E L A		
	Núcleos	No processo	Concluente	Evadida
1o. Grau (5a. à 8a. séries)				
MEMO	13	3.160	582	823
MAES	18	2.105	389	407
CES	01	1.199	125	480
EXAME	--	4.489	147	--
SUB-TOTAL	32	10.953	1.642	1.710
2o. Grau				
CES	01	788	24	394
LOGOS II	20	449	544	140
EXAME - EDUC. GERAL	--	8.900	502	--
EXAME - PROFISSIONALIZ.	--	1.255	1.035	--
SUB-TOTAL	21	11.392	2.105	534
QUALIF. PROFISS.				
ESC. PROFIS. FEMININAS	13	12.007	10.518	1.489
SIST. ABERTO DE EDUC. A DISTANCIA (SAED)	03	263	230	33
SUB-TOTAL	16	12.270	10.748	1.522
TOTAL	69	34.615	14.495	3.766

Fonte: SE/CODEN/DIVEA. 1988.